



Mira

CÂMARA MUNICIPAL

**RELATÓRIO DE GESTÃO E NOTAS
AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO
DE RESULTADOS 2013**

P.C.
1917



Handwritten signature and initials.



ÍNDICE

SÍNTESE	3
I - INTRODUÇÃO	5
II - EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS	7
II.1 - EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL DESENVOLVIDA PELA AUTARQUIA	7
II.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	8
A - DESPESA	8
B - RECEITA	12
II.3 - EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO	21
II.4 - DESCRIÇÃO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	26
II.5 - INDICADORES DE NATUREZA ORÇAMENTAL	33
III - EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	36
IV - BALANÇO SOCIAL	44
INTRODUÇÃO	44
ORGANIGRAMA	45
RECURSOS HUMANOS	46
PRESTADORES DE SERVIÇOS	46
EVOLUÇÃO GLOBAL DOS TRABALHADORES	47
ESCALÃO ETÁRIO	47
NÍVEL DE ANTIGUIDADE	48
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	49
TRABALHADORES ESTRANGEIROS	50
TRABALHADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA POR CARGO/CARREIRA SEGUNDO O GÉNERO	50
TRABALHADORES ADMITIDOS E REGRESSADOS	51
SAÍDAS	52
POSTOS DE TRABALHO, PREVISTOS E NÃO OCUPADOS	53
MUDANÇAS DE SITUAÇÃO	54
TRABALHO NOTURNO	55
TRABALHO EXTRAORDINÁRIO DIURNO E NOTURNO	55
TRABALHO EXTRAORDINÁRIO EM DIAS DE DESCANSO SEMANAL E FERIADOS	55
AUSÊNCIAS AO TRABALHO	56
TOTAL DE ENCARGOS COM PESSOAL	57
SUPLEMENTOS REMUNERATÓRIOS	59
PRESTAÇÕES SOCIAIS	59
BENEFÍCIOS SOCIAIS	60
HIGIENE E SEGURANÇA	61
ACIDENTES EM SERVIÇO	61
CASOS DE INCAPACIDADE DURANTE O ANO	64
DOENÇAS PROFISSIONAIS	65
ATIVIDADES DE MEDICINA NO TRABALHO E ENCARGOS	66
INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	66
AÇÕES DE REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL EM RESULTADO DE ACIDENTES DE TRABALHO OU DOENÇA PROFISSIONAL	67
AÇÕES DE FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EM MATÉRIAS DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	67
CUSTOS COM A PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS	68
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	68



AÇÕES DE FORMAÇÃO	68
PARTICIPANTES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO	68
HORAS DESPENDIDAS EM FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	69
DESPESAS ANUAIS COM FORMAÇÃO.....	69
RELAÇÕES PROFISSIONAIS	69
DISCIPLINA	70
ELEITOS.....	70
GABINETES DE APOIO PESSOAL.....	70
DIRIGENTES E EQUIPARADOS.....	71
V - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	72
VI – CONCLUSÃO	77
VII – NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	79

A
9
T
A
V



SÍNTESE

1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL

Nos termos da alínea da alínea i) do nº 1, do art.º 33º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, propõe-se que a Câmara aprove os Documentos de Prestação de Contas (DPC) do Ano de 2013, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea I) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro.

Os DPC (Documentos de Prestação de Contas) são apresentados em obediência à Resolução nº 6/2013 – Alteração à Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Secção - Instruções n.º 01/2001 - 2.ª S - Instruções para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicada no DR, 2ª Serie de 21 de Novembro de 2013.

Em conformidade com esta Resolução, resultam para o Município de Mira, e como elementos de prestação de contas, os documentos descritos no quadro seguinte.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

N.º / DESIGNAÇÃO / CÓDIGO POCAL / GRUPO 1

- 1 · Balanço 5 X
- 2 · Demonstração de resultados 6 X
- 3 · Plano plurianual de investimentos 7.1 X
- 4 · Orçamento (Resumo) 7.2 X
- 5 · Orçamento 7.2 X
- 6 · Controlo orçamental da despesa 7.3.1 X
- 7 · Controlo orçamental da receita 7.3.2 X
- 8 · Execução do Plano Plurianual de Investimentos 7.4 X
- 9 · Fluxos de caixa 7.5 X
- 10 · Contas de ordem 7.5 X
- 11 · Operações de tesouraria 7.6 X
- 12 · Caracterização da entidade 8.1 X
- 13 · Notas ao balanço e à demonstração de resultados 8.2 X
- 14 · Modificações do orçamento - receita 8.3.1.1 X
- 15 · Modificações do orçamento - despesa 8.3.1.2 X
- 16 · Modificações ao Plano plurianual de investimentos 8.3.2
- 17 · Contratação administrativa - Situação dos contratos 8.3.3 X
- 18 · Transferências correntes - despesa 8.3.4.1 X
- 19 · Transferências de capital - despesa 8.3.4.2 X
- 20 · Subsídios concedidos 8.3.4.3 X
- 21 · Transferências correntes - receita 8.3.4.4 X
- 22 · Transferências de capital - receita 8.3.4.5 X
- 23 · Subsídios obtidos 8.3.4.6 X
- 24 · Activos de rendimento fixo 8.3.5.1 X
- 25 · Activos de rendimento variável 8.3.5.2 X
- 26 · Empréstimos 8.3.6.1 X
- 27 · Outras dívidas a terceiros 8.3.6.2 X
- 28 · Relatório de gestão 13 X
- 29 · Guia de remessa X
- 30 · Acta da reunião em que foi discutida e votada a conta X

[Handwritten signatures and initials]



- 31 · Norma de controlo interno e suas alterações 2.9 X
- 32 · Resumo Diário de Tesouraria 12.2.9 X
- 33 · Síntese das reconciliações bancárias X
- 34 · Mapa de Fundos de Maneio X
- 35 · Relação de emolumentos notariais e custas de execuções Fiscais X
- 36 · Relação de acumulação de funções X
- 37 · Relação nominal de responsáveis X

A partir de 2011, a Prestação de Contas por Via Electrónica tornou-se obrigatória nos termos da resolução nº 27/2009 publicada no Diário da República, 2ª Série – Nº 240 de 14 de Dezembro de 2009 (Resolução nº 2/09 – 2ª S – Prestação de Contas de Contas por Via Electrónica).

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), apresenta-se o Relatório de Gestão referente ao ano financeiro de 2013, que constitui um dos documentos de prestação de contas, conforme ponto n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 - 2.ª Secção - Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, atrás referidas.



I – INTRODUÇÃO

A Prestação de Contas e o Relatório de Gestão são os principais documentos políticos e técnicos que sintetizam e descrevem a actividade desenvolvida pelo Município de Mira no ano de 2013.

No final de cada ano económico cabe ao executivo municipal apresentar e demonstrar os resultados da sua gestão, através da prestação de contas nos termos da alínea i) do nº 1, do art.º 33º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro e, ainda submetê-la à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos i) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro.

O ano de 2013, é marcado pela realização de eleições autárquicas, pelo que as contas são prestadas nos termos do nº 1 do artigo 52º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto na redação atual. No caso concreto não se afigura a ocorrência de gerências partidas, conforme preconizado no nº 2 do art.º 52 da referida lei.

Num contexto de incerteza económica e financeira, nacional e internacional, o Município assentou a sua gestão em princípios essenciais de rigor e disciplina financeira, o que permitiu terminar o ano económico com uma margem positiva de tesouraria, correspondendo a um saldo de gerência de operações orçamentais de € 709.147,76.

Não obstante as condicionantes atrás evocadas, ainda assim, o Município de Mira fez um acentuado esforço apresentando um quadro de investimento que atingiu o montante executado (pago) de 1.211.476,07 €, onde se destacam:

- Remodelação do Pólo Educativo da Praia de Mira;
- Requalificação do Pólo Educativo de Carapelhos;
- Construção, Reparação e Beneficiação de Arruamentos em Diversas Povoações;
- Remodelação de Redes de Saneamento;
- Construção do Campo de Tiro;

O Relatório de Gestão enquadra-se no âmbito da prestação de contas relativa ao exercício de 2013 e foi elaborado de acordo com os procedimentos estabelecidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei -162/99 de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei 315/2000 de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei 84-A/2002 de 5 de Abril, bem como outra legislação específica.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'V' and a signature that appears to be 'C. Silva'.



Este relatório compreende a análise da situação do Município de Mira relativamente ao exercício de 2013, nas vertentes orçamental e económico-financeira.

A metodologia utilizada passou pela elaboração de quadros, gráficos e rácios, a partir dos mapas da prestação de contas, através dos quais se pretende evidenciar o comportamento das variáveis mais relevantes da gestão municipal, não apenas no ano de 2013, mas também a sua evolução face a anos anteriores, sempre que possível considerando um período de quatro anos.

Não foi possível efetuar consolidação de contas devido ao processo de insolvência da AIBAP, mas foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial, com impacto nas Demonstrações financeiras do Município de Mira, designadamente a redução da participação de capital para valor nulo na sequência de testes de imparidade e registo da quota parte do Município de Mira (89,29%) das dívidas de terceiros incorridas pela AIBAP a bancos e dívidas a outros credores.

As contas do Município foram auditadas e certificadas por um Revisor Oficial de Contas.



II – EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

II.1 – EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL DESENVOLVIDA PELA AUTARQUIA

O Orçamento de 2013 e as GOP's obtiveram aprovação, pela Câmara em 11/12/2012 e em 28/12/2012 pela Assembleia Municipal.

Durante a Gerência de 2013, procederam os serviços de contabilidade às seguintes modificações aos Documentos Previsionais – Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano:

- 1 Revisão ao Orçamento para incorporação do saldo de gerência do ano anterior;
- 7 Alterações Orçamentais, das quais 3 não tiveram repercussões nas Grandes Opções do Plano;

A comparação entre orçamento inicial e corrigido final, resultado das modificações orçamentais, permite concluir que a Alteração ao orçamento da receita, consubstanciou-se à inclusão do saldo de gerência que transitou do ano anterior para reforço de dotações de despesa corrente resultado de dívidas transitadas do ano anterior e serviu também para reforço de dotações relativas a projectos de investimento.

Orçamento Inicial			
Receitas	Valor (€)	Despesas	Valor (€)
Receitas Correntes	9.644.114,00	Despesas Correntes	9.024.062,00
Receitas Capital	4.646.082,00	Despesas Capital	5.266.134,00
Total	14.290.196,00	Total	14.290.196,00

Orçamento Corrigido			
Receitas	Valor (€)	Despesas	Valor (€)
Receitas Correntes	9.644.114,00	Despesas Correntes	9.465.184,42
Receitas Capital	4.646.082,00	Despesas Capital	5.162.134,00
Outras Receitas -Saldo Orçamental	337.122,42		
Total	14.627.318,42	Total	14.627.318,42

Orçamento Inicial			
Receitas	Valor (€)	Despesas	Valor (€)
Impostos Directos	1.946.000,00	Despesas com Pessoal	3.859.250,00
Impostos Indirectos	350.000,00	Aquisição de Bens e Serviços	4.483.112,00
Taxas, Multas e Outras Penalidades	740.500,00	Juros e Outros Encargos	276.000,00
Rendimentos da Propriedade	28.500,00	Transferências Correntes	339.700,00
Transferências Correntes	4.287.114,00	Outras Despesas Correntes	66.000,00
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.257.000,00	Total Despesas Correntes	9.024.062,00
Outras Receitas Correntes	35.000,00	Aquisição Bens Capital	3.468.390,00
Total Receitas Correntes	9.644.114,00	Transferências de Capital	1.212.744,00
Venda de Bens de Investimento	399.410,00	Activos Financeiros	0,00

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]



Transferências de Capital	2.840.894,00	Passivos Financeiros	585.000,00
Passivos Financeiros	1.403.778,00	Total Despesas Capital	5.266.134,00
Reposições não abatidas nos pagamentos	2.000,00		
Total Receitas Capital	4.646.082,00		
Total	14.290.196,00	Total	14.290.196,00

Orçamento corrigido			
Receitas	Valor (€)	Despesas	Valor (€)
Impostos Directos	1.946.000,00	Despesas com Pessoal	3.780.250,00
Impostos Indirectos	350.000,00	Aquisição de Bens e Serviços	5.047.634,42
Taxas, Multas e Outras Penalidades	740.500,00	Juros e Outros Encargos	123.000,00
Rendimentos da Propriedade	28.500,00	Transferências Correntes	415.300,00
Transferências Correntes	4.287.114,00	Outras Despesas Correntes	99.000,00
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.257.000,00	Total Despesas Correntes	9.465.184,42
Outras Receitas Correntes	35.000,00	Aquisição Bens Capital	3.490.390,00
Total Receltas Correntes	9.644.114,00	Transferências de Capital	1.160.744,00
Venda de Bens de Investimento	399.410,00	Activos Financeiros	0,00
Transferências de Capital	2.840.894,00	Passivos Financeiros	511.000,00
Passivos Financeiros	1.403.778,00	Total Despesas Capital	5.162.134,00
Total Receitas Capital	4.644.082,00		
Reposições não abatidas nos pagamentos	2.000,00		
Outras Receitas - Saldo Gerência	337.122,42		
Total	14.627.318,42	Total	14.627.318,42

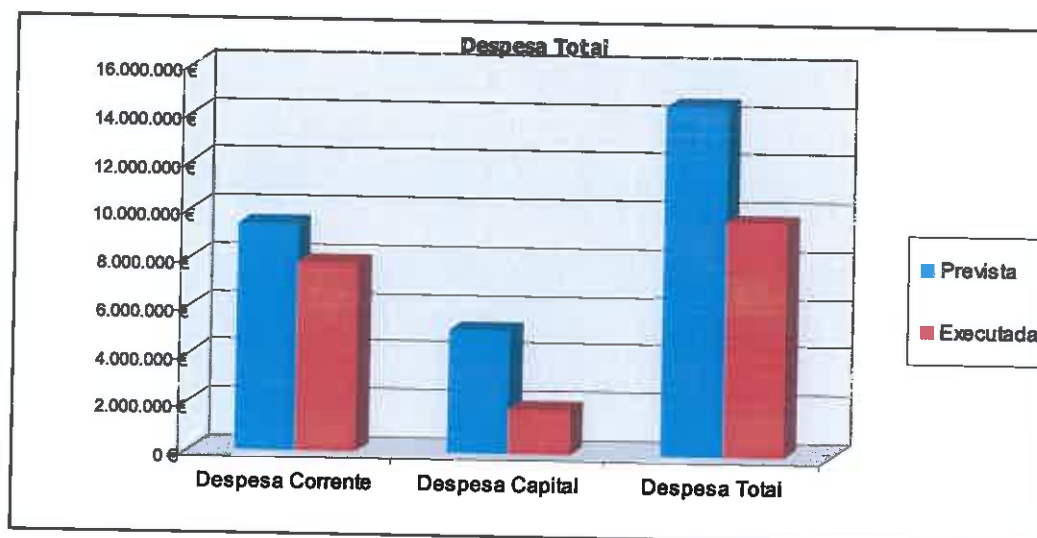
II.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A – DESPESA

A execução orçamental da despesa pode ser visualizada no seguinte quadro:

Despesa	Prevista (€)	Executada (€)	Grau Realização (%)	Desvio (%)
Despesa Corrente	9.465.184,42 €	7.919.622,36 €	83,67%	16,33%
Despesa Capital	5.162.134,00 €	1.880.263,12 €	36,42%	63,58%
Despesa Global	14.627.318,42 €	9.799.885,48 €	67,00%	33,00%

Salienta-se que a taxa de execução da despesa, reporta-se a obrigações efectivamente pagas e não a despesa traduzida na totalidade das obrigações assumidas para com terceiros (despesa facturada).



A.1 - Análise Estrutural Despesa

A.1.1 - Despesas Correntes

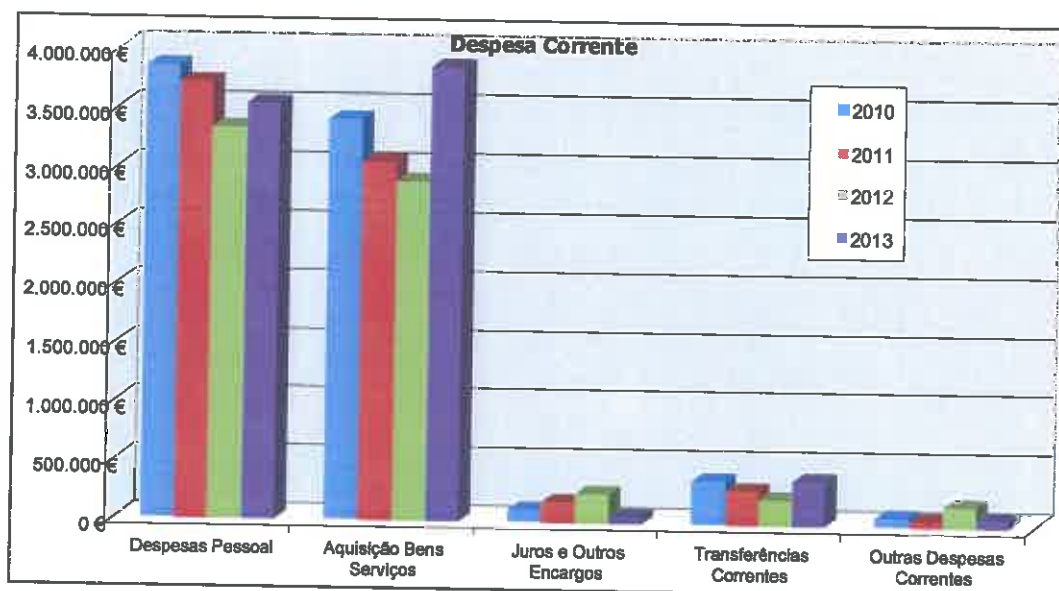
Unidade: Euros

	2010	2011	2012	2013
Despesas com o Pessoal	3.854.845,82	3.717.948,34	3.335.044,37	3.538.967,82
Aquisição de Bens e Serviços	3.410.227,47	3.063.865,26	2.895.162,15	3.877.295,18
Juros e Outros Encargos	105.622,39	180.223,91	251.605,37	54.025,05
Transferências Correntes	360.324,02	295.057,24	224.819,42	375.188,23
Outras Despesas Correntes	70.655,88	53.060,59	179.468,12	74.146,08
TOTAL	7.801.675,58	7.312.155,34	6.886.099,43	7.919.622,36

Da análise do presente quadro é possível verificar que o total das despesas correntes cresceu relativamente ao ano anterior, sendo visível **um acréscimo da componente de Aquisição de Bens e Serviços e das Despesas com Pessoal.**



Em 2013, a rubrica Aquisição de Bens e Serviços foi a componente mais significativa seguida da Despesas com Pessoal, representando 49% e 44,70% respectivamente das despesas correntes.



As Despesas com Pessoal foram objecto de acompanhamento mensal por parte da Direcção-Geral das Autarquias Locais, no âmbito dos deveres de informação previstos no artigo 50º da Lei das Finanças Locais. Assim, nos termos da legislação em vigor, constituem despesas com pessoal as despesas tipificadas na rubrica *"01-Despesas com Pessoal"* (*peçoal CTFPTI, peçoal a termo resolutivo certo, peçoal em qualquer outra situação, titulares órgãos autárquicos, peçoal em regime de tarefa e avença...*), mas inclui também a aquisição de serviços com pessoas singulares relevadas na classificação *"02 – Aquisição de bens e serviços"*.

Neste sentido apresentamos um quadro resumo com os dados comparativos relativamente ao ano anterior, donde **ressalta o acréscimo de despesas com peçoal:**

DESPESAS COM PESSOAL	2012	2013	(€)
	Final período ano anterior (1)	Final período ano corrente (2)	
			Comparação (3)=(2)-(1)
Despesas com peçoal (total do agrupamento 01)	3.335.044,37	3.538.967,82	203.923,45
Aquisição de serviços com peçoas singulares (incluídas no agrupamento 02)	35.814,49	34.999,63	(814,86)



TOTAL	3.370.858,86	3.573.967,45	203.108,59
-------	--------------	--------------	------------

O acréscimo das despesas com pessoal deveu-se ao facto do Tribunal Constitucional ter considerado inconstitucional as normas constantes dos n.ºs 1 a 9 do artigo 29.º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro de 2012 (Lei do Orçamento do Estado para 2013 e, a título consequente, das restantes normas constantes do mesmo preceito, por eventual violação, no plano tributário, do princípio da igualdade na sua dimensão de proporcionalidade, resultante da conjugação das disposições normativas do artigo 13.º e do n.º 1 do artigo 104.º com a norma do n.º 2 do artigo 18.º da Constituição da República Portuguesa República (CRP), designadamente a inconstitucionalidade da **Suspensão do subsídio de férias aos trabalhadores ativos do setor público.**

Declarada a inconstitucionalidade pelo Tribunal Constitucional, a Lei nº 39/2013, de 21 de Junho veio regular a reposição, em 2013, do subsídio de férias para os trabalhadores públicos, aposentados, reformados e demais pensionistas.

Assim, a presente lei regula, para o ano de 2013, a forma de reposição do subsídio de férias, das prestações correspondentes ao 14º mês e equivalentes, devidos às pessoas a que se refere o nº 9 do artigo 27º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro, e aos aposentados, reformados e demais pensionistas.

Assim, o subsídio de férias ou quaisquer prestações equivalentes que sejam devidos, nos termos legais, às pessoas a que se refere o nº 9 do artigo 27º, da Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro, é pago:

- a) Na totalidade do mês de Junho, às pessoas cuja remuneração base mensal seja inferior a € 600;
- b) No mês de Junho um montante calculado com base na fórmula $\text{subsídio/prestações} = 1320 - 1,2 \times \text{remuneração base mensal}$ e no mês de Novembro o valor correspondente à diferença entre aquele montante e a totalidade do subsídio, às pessoas cuja remuneração base mensal seja igual ou superior a € 600 e não exceda o valor de € 1100;
- c) Na totalidade no mês de Novembro, às pessoas cuja remuneração base mensal seja superior a € 1100;

As despesas com pessoal aumentaram ainda em resultado da alteração da contribuição para a caixa geral de aposentação, cuja contribuição da entidade patronal passou de 15% para 20%.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



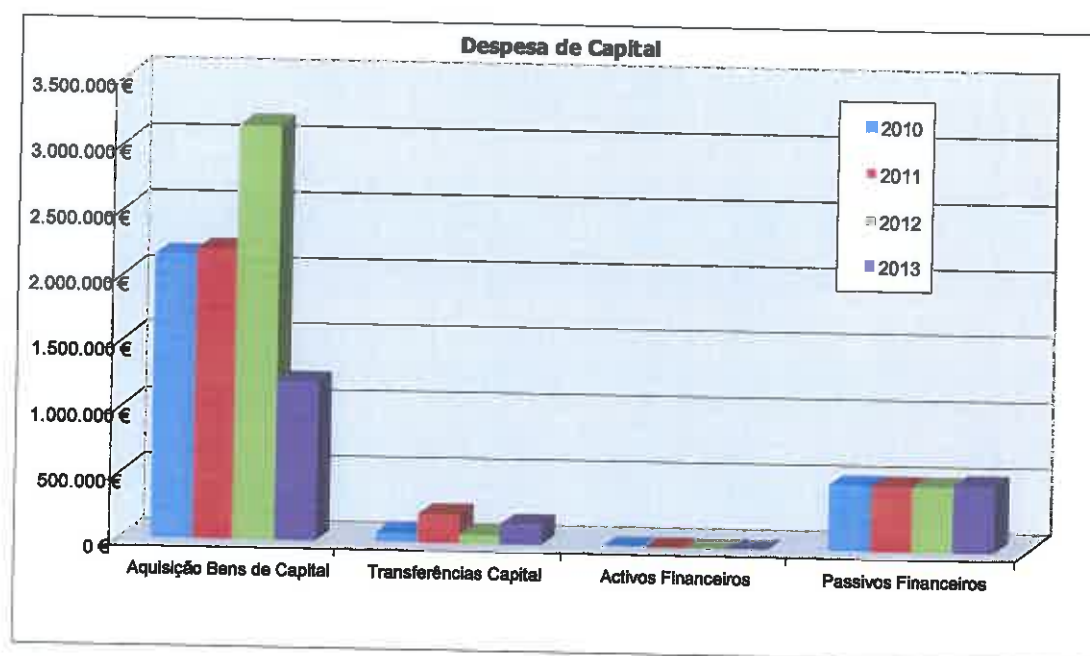
A.1.2 - Despesas de Capital

	Unidade: Euros			
	2010	2011	2012	2013
Aquisição Bens de Capital	2.163.023,04	2.210.830,35	3.150.464,92	1.211.476,07
Transferências Capital	72.092,75	221.776,00	65.365,21	157.799,65
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	495.122,86	498.572,32	501.113,51	510.987,40
TOTAL	2.730.238,65	2.931.178,67	3.716.943,64	1.880.263,12

Relativamente ao quadro apresentado, verifica-se um decréscimo das despesas de capital, justificado pela diminuição da componente de Aquisição de Bens de Capital, i.é, investimento pago durante a gerência de 2013.

O valor de Passivos Financeiros, corresponde ao valor da amortização dos empréstimos, realizada durante o exercício de 2013, tendo-se crescido ligeiramente.

A componente mais significativa das despesas de capital, continua a ser o Investimento, em Aquisição de Bens de Capital, representando 64,40% do global.

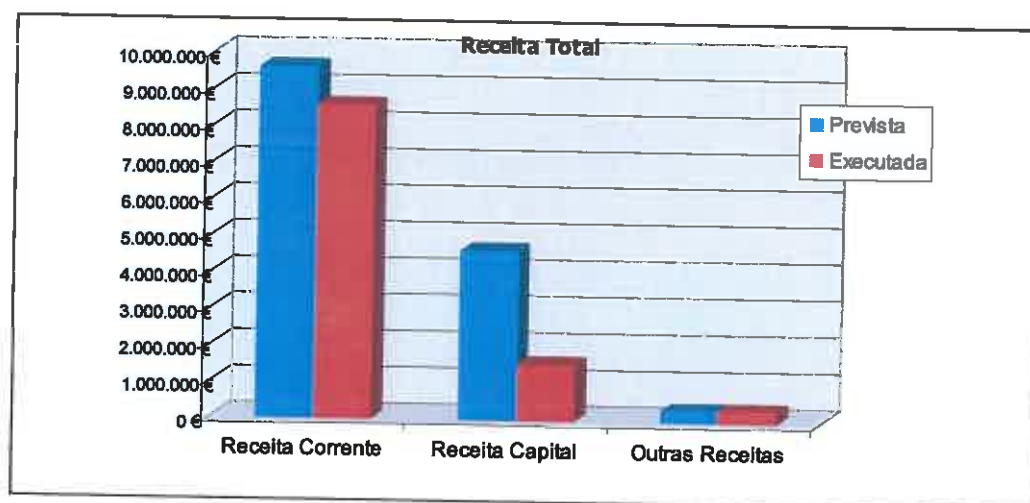


B - RECEITA

Em termos orçamentais, a execução da receita corrente cifrou-se em 78,85%, tendo a rubrica de capital atingido um grau de execução de 31,73%, como se pode verificar no quadro seguinte:



Receita	Prevista (€)	Executada (€)	Realização (%)	Desvio (%)
Receita Corrente	9.644.114,00	8.594.364,05	89,12	10,88
Receita Capital	4.644.082,00	1.550.803,92	33,39	66,61
Outras Receitas	339.122,42	337.207,94	99,44	0,56
TOTAL	14.627.318,42	10.482.375,91	71,66	28,34



B.1 - Análise Estrutural Receita

B.1.1 - Receitas Correntes

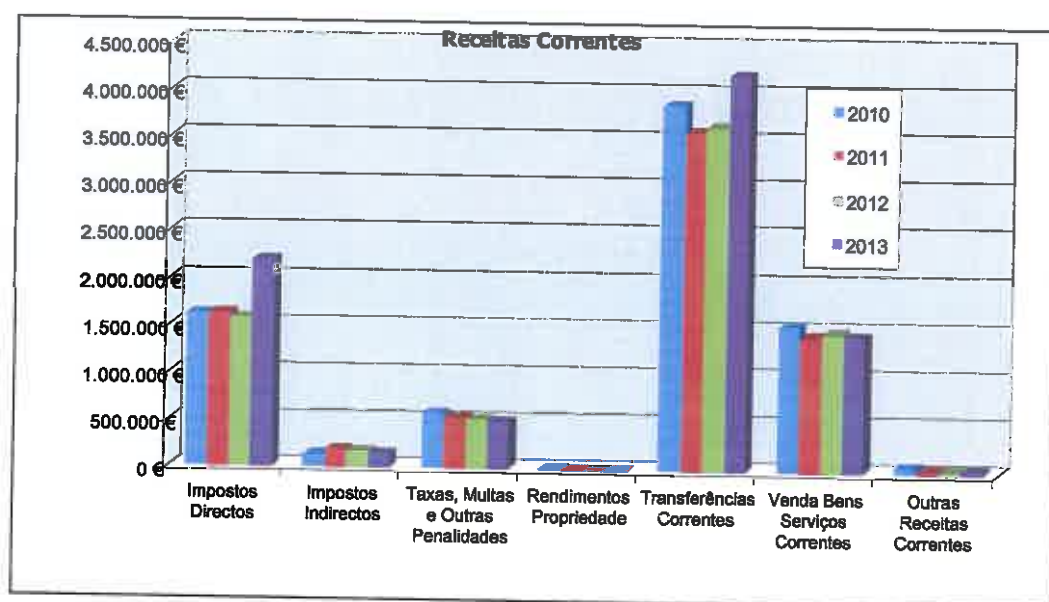
	2010	2011	2012	2013
Impostos Directos	1.619.573,81	1.637.229,73	1.581.333,51	2.203.245,99
Impostos Indirectos	127.678,70	193.540,38	176.447,12	157.636,48
Taxas, Multas e Outras Penalidades	586.160,80	544.338,57	519.106,54	510.721,21
Rendimentos de Propriedade	12.055,38	13.073,44	9.972,86	11.966,68
Transferências Correntes	3.885.089,56	3.611.726,60	3.650.937,29	4.219.649,07
Venda Bens Serviços Correntes	1.533.512,29	1.439.070,00	1.476.912,64	1.445.020,67
Outras Receitas Correntes	61.968,76	36.719,36	36.443,23	46.123,95
TOTAL	7.826.039,30	7.475.698,08	7.451.153,19	8.594.364,05

Unidade: Euros



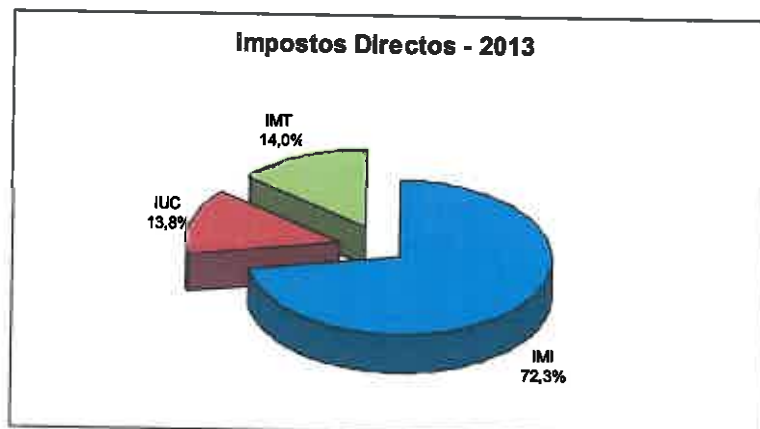
Da análise do quadro supra, verifica-se que globalmente **o nível de realização de receita corrente aumentou relativamente ao ano anterior, em parte justificadas pelo aumento dos Impostos Directos e das Transferências Correntes.**

As componentes mais significativas da estrutura das receitas correntes provêm das Transferências Correntes que representam 49,1%, Impostos Directos 25,6% e Venda de Bens e Serviços Correntes 16,8%.



IMPOSTOS DIRECTOS

Impostos Directos	2010 (€)	%	2011 (€)	%	2012 (€)	%	2013 (€)	%	Δ (%) 10/11	Δ (%) 11/12	Δ (%) 12/13
IMI / CA	1.101.855,60	68,1	1.162.791,51	71,0	1.192.411,68	75,3	1.592.377,38	72,3	5,5	2,5	33,5
IMV/ IUC	196.409,24	12,1	221.254,10	13,5	248.856,07	15,7	303.296,96	13,8	12,6	12,5	21,9
IMT / Sisa	321.308,97	19,8	253.184,12	15,5	142.065,76	9,0	307.571,65	14	-21,2	-43,9	116
TOTAL	1.619.573,81	100	1.637.229,73	100	1.581.333,51	100	2.203.245,99	100	1,1	-3,3	39,3



Comparando os valores dos impostos directos relativamente ao ano anterior, podemos verificar um acréscimo dos mesmos, para o qual contribuiu o aumento do Imposto Municipal sobre Imóveis. Em termos de representatividade o Imposto Municipal sobre Imóveis é o mais significativo dos impostos directos com 72,3%, seguido do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas - IMT com 14%.

IMPOSTOS INDIRECTOS E TAXAS

Impostos Indirectos e Taxas	2010 (€)	%	2011 (€)	%	2012 (€)	%	2013 (€)	%	Δ (%) 10/11	Δ (%) 11/12	Δ (%) 12/13
Mercados e Feiras	86.824,79	12,2	89.683,36	12,2	93.913,01	13,5	75.593,41	11,01	3,3	4,7	-21,6
Loteamentos e Obras	177.117,13	24,8	167.679,42	22,7	117.442,66	16,9	128.098,04	19,17	-5,3	-30,0	9,1
Ocupação Via Pública	10.075,01	1,4	17.429,81	2,4	16.280,11	2,3	12.026,17	1,8	73,0	-6,6	-26,1
Publicidade	8.408,47	1,2	22.907,85	3,1	14.628,43	2,1	6.213,94	0,93	172,4	-36,1	-57,5
Caça, Uso Porte Arma	185,99	0,0	159,90	0,0	89,68	0,0	159,86	0,02	-14,0	-43,9	78,3
Saneamento	91.813,38	12,8	95.463,80	12,9	113.320,85	16,3	98.752,21	14,78	4,0	18,7	-12,9
Lixo	302.674,11	42,4	307.872,67	41,7	307.509,67	44,2	307.977,51	46,08	1,7	-0,1	0,2
Outros (as)	30.607,61	4,3	31.373,48	4,3	25.754,86	3,7	25.024,44	3,74	2,5	-17,9	-2,8
Multas e Penalidades	6.133,01	0,9	5.308,66	0,7	6.614,39	1,0	16.512,11	2,47	-13,4	24,6	149,6
TOTAL	713.839,50	100	737.878,95	100	695.553,66	100	668.357,69	100	3,4	-5,7	-3,9

Handwritten signatures and initials:

Handwritten signature (top right)

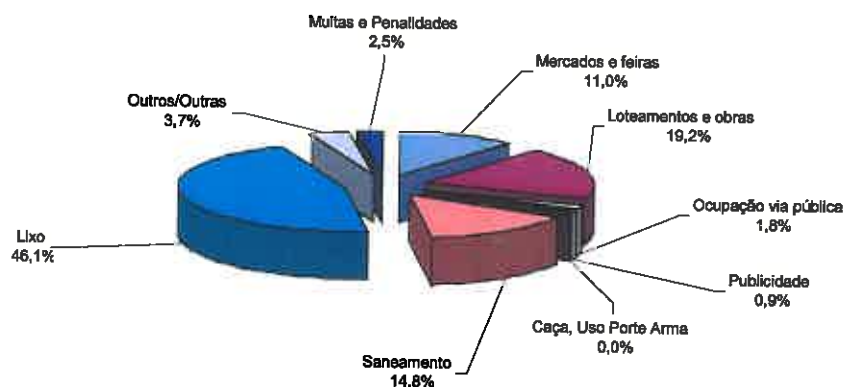
Handwritten signature (bottom right)

Handwritten signature (bottom right)

Handwritten signature (bottom right)



Impostos Indirectos e Taxas - 2013



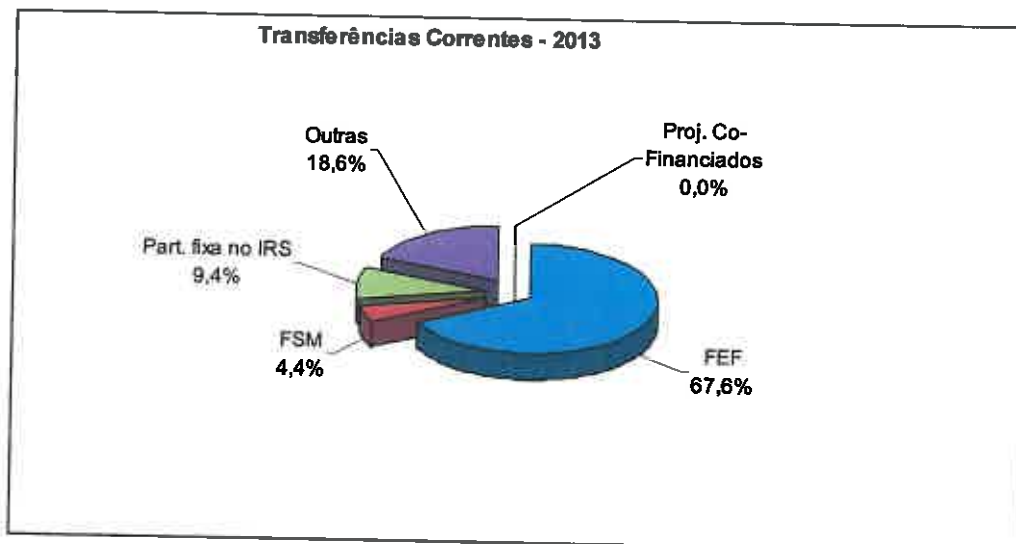
Pela análise do quadro anterior verifica-se uma variação dos Impostos Indirectos e Taxas, de 2013 para 2012, em cerca de (3,9) %. **A diminuição resultou em grande parte pelo decréscimo verificado na rubrica de Mercados e Feiras, que diminuiu em termos absolutos € 18.319,60, Publicidade que diminuiu €4.253,94 e Saneamento € 14.568,64, em virtude da entrada em lay off da Unidade de Aquicultura.**

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Transferências Correntes	2010 (€)	%	2011 (€)	%	2012 (€)	%	2013 (€)	%	Δ (%) 10/11	Δ (%) 11/12	Δ (%) 12/13
FEF	2.443.983,26	62,9	2.316.621,00	64,1	2.139.707,00	58,6	2.852.942,00	67,61	-5,2	-7,6	33,33
FSM	210.046,00	5,4	199.100,00	5,5	184.009,00	5,0	184.009,00	4,36	-5,2	-7,6	0,00
Particip. Fixa no IRS	311.236,00	8,0	304.731,00	8,4	396.463,00	10,9	396.463,00	9,40	-2,1	30,1	0,00
Outras	874.207,59	22,5	770.803,70	21,3	920.481,51	25,2	786.235,07	18,63	-11,8	19,4	-14,58
Projecto Co-Financiados	45.616,71	1,2	20.470,90	0,6	10.276,78	0,3	0,00	0,00	-55,1	-49,8	-100



TOTAL	3.885.089,56	100	3.611.726,60	100	3.650.937,29	100	4.219.649,07	100	-7,0	1,1	15,58
-------	--------------	-----	--------------	-----	--------------	-----	--------------	-----	------	-----	-------



As Transferências Correntes, em termos globais, aumentaram relativamente ao ano anterior em termos absolutos € 568.711,78. Verificou-se um aumento de 33,33 % no que concerne ao FEF corrente, resultado da alteração da repartição entre o FEF corrente e capital, que passou de 60% corrente e 40% capital, para 80% corrente e 20% capital no exercício de 2013.

A rubrica "Outras Transferências" agrega as transferências provenientes do Programa de Educação Pré - Escolar, Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º CEB, Programa de Generalização do Ensino de Inglês nos 3º e 4º Anos do 1º Cido; Programa de Estágios Qualificação Emprego; Transportes Escolares; Funcionamento do Gabinete Técnico Florestal e da Equipa de Sapadores Florestais; Transferência oriunda do Ministério de Educação para Pessoal Não Docente do 1º, 2º e 3º Ciclos no âmbito das novas competências para autarquias locais.

A componente mais significativa provém do Fundo de Equilíbrio Financeiro - FEF, que representa 67,61% das Transferências Correntes, transferido mensalmente pela DGAL de conformidade com o Orçamento do Estado aprovado, para financiamento da actividade corrente da autarquia.

VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

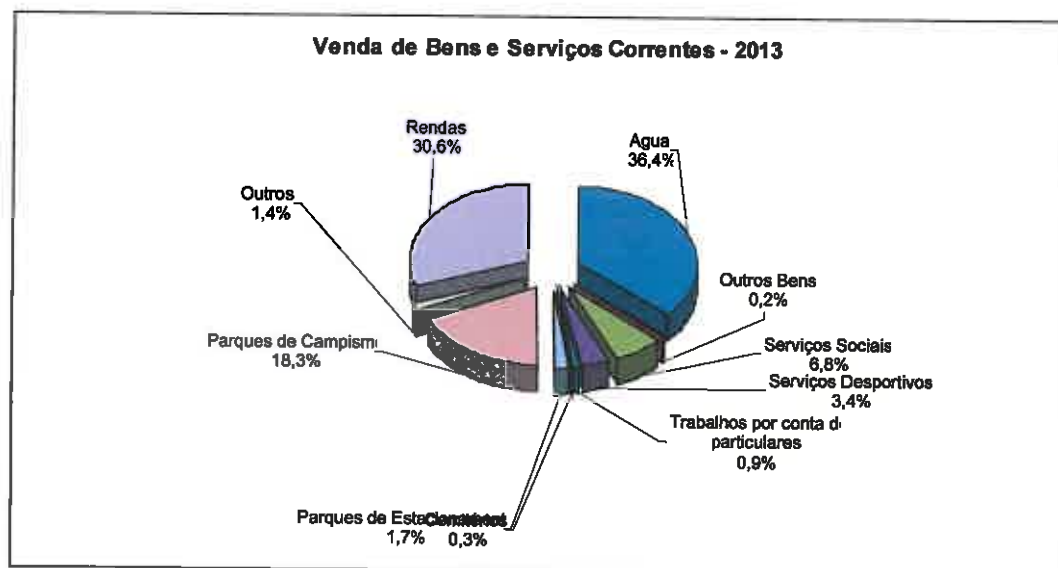
Venda de Bens e Serviços Correntes	2010 (€)	%	2011 (€)	%	2012 (€)	%	2013 (€)	%	Δ (%) 10/11	Δ (%) 11/12	Δ (%) 12/13
Água	537.486,32	35,0	538.169,64	37,4	563.301,66	38,1	525.868,93	36,39	0,1	4,7	-6,6

Handwritten signatures and initials:
 - A large blue checkmark.
 - A signature in blue ink.
 - The word "Cuij" written in blue ink.



Outros Bens	6.025,35	0,4	7.457,25	0,52	6.115,67	0,4	3.567,76	0,25	23,8	-18,0	-41,7
Serviços Sociais	94.633,07	6,2	96.942,99	6,74	98.697,15	6,7	98.502,73	6,82	2,4	1,8	-0,2
Serviços Desportivos	78.374,36	5,1	70.589,93	4,91	58.337,76	4,0	48.868,36	3,36	-9,9	-17,4	-16,2
Trabalhos p/ conta de Particulares	52.591,41	3,4	20.496,72	1,42	15.742,47	1,0	12.413,78	0,86	-61,0	-23,2	-21,1
Cemitérios	5.168,00	0,3	5.203,00	0,36	4.718,00	0,3	4.352,00	0,30	0,7	-9,3	-7,8
Parques de Estacionamento	31.981,96	2,1	25.233,71	1,75	26.318,07	1,8	24.450,02	1,69	-21,1	4,3	-7,1
Parque de Campismo	285.497,80	18,7	233.815,11	16,25	247.547,47	16,8	263.732,51	18,25	-18,1	5,9	6,5
Outros	23.243,47	1,5	21.547,80	1,50	18.818,69	1,3	20.739,15	1,44	-7,3	-12,7	10,2
Rendas	418.510,55	27,3	419.613,85	29,16	437.315,70	29,6	442.525,43	30,62	0,3	4,2	1,2
TOTAL	1.533.512,29	100	1.439.070,00	100	1.476.912,64	100	1.445.020,67	100	-6,2	2,6	-2,2

Relativamente à Venda de Bens e Serviços verificou-se um decréscimo de 2,2 % da receita em termos globais. Esse decréscimo deveu-se em boa medida à receita proveniente de venda de água e serviços desportivos. A quebra na receita cobrada de água deveu-se em parte à entrada em lay off da Unidade de Aquicultura, que reduziu o seu consumo para cerca de metade relativamente ao ano anterior. De salientar ainda uma pequena subida das receitas do Parque de Campismo, resultado da exploração das Unidades Complementares de Alojamento durante todo o ano.



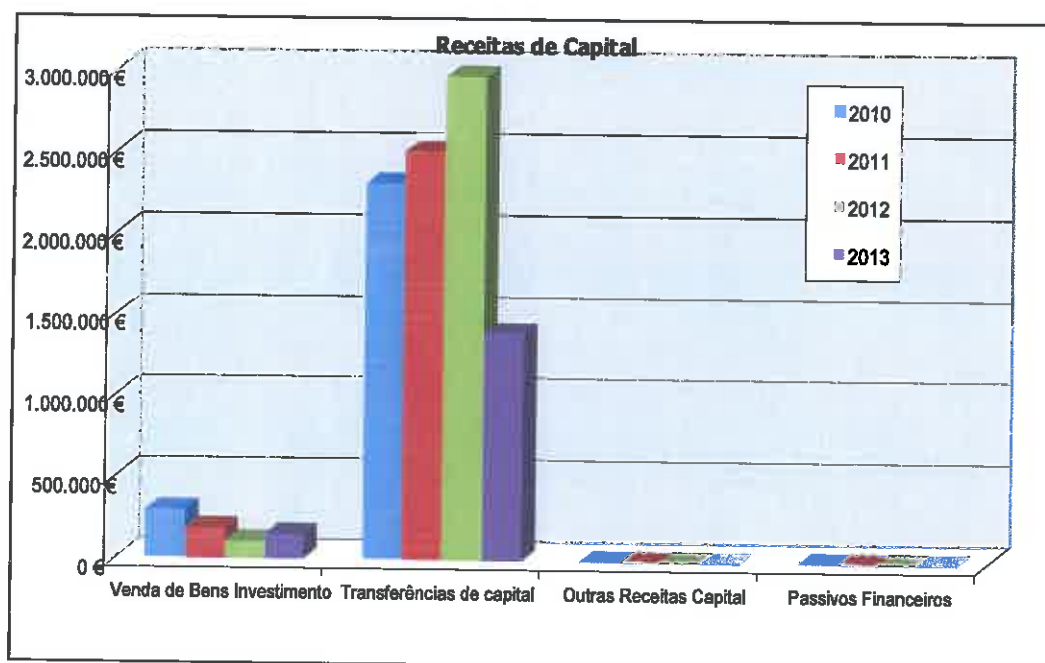
B.1.2 - Receita Capital

	2010	2011	2012	2013
--	------	------	------	------

Unidade: Euros



Venda de Bens Investimento	289.615,43	190.924,12	108.985,35	150.378,20
Transferências de capital	2.304.839,77	2.513.036,70	2.979.887,41	1.400.425,72
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Capital	0,00	0,00	0,00	85,52
TOTAL	2.594.455,20	2.703.960,82	3.088.872,76	1.550.889,44



As receitas de capital diminuíram relativamente ao ano anterior, em particular pelo decréscimo verificado nas Transferências de Capital.

Unidade: Euros

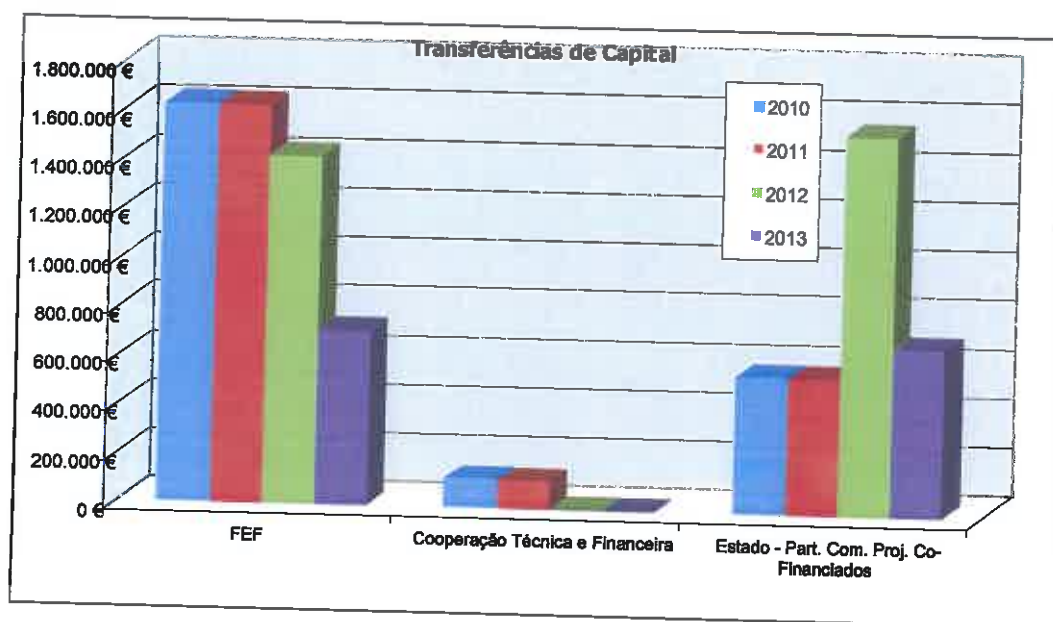
Transferências de Capital	2010	2011	2012	2013
FEF	1.629.325,00	1.544.414,00	1.426.471,00	713.236,00
Cooperação Técnica e Financeira	116.758,21	169.584,13	0,00	0,00
Part. Comunit. Proj. Co-Financiados	558.756,56	799.038,57	1.553.416,41	687.189,72
TOTAL	2.304.839,77	2.513.036,70	2.979.887,41	1.400.425,72

A participação comunitária de Projectos Co-Financiados resultou do reembolso de comparticipação financeira das candidaturas aprovadas em grande medida no âmbito do Contrato de Delegação de



Competências com Subvenção Global, entre o Programa Operacional Regional do Centro e a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM), assinado em 16 de Abril de 2008 – MAIS CENTRO e PRODER:

Mais Centro - FEDER - Remodelação do Polo Educativo da Praia de Mira - EDU_2011_16_001_4565	IFDR - Inst. Financeiro Desenv. Regional, IP	154.569,83 €
Mais Centro - FEDER - Construção do Campo de Tiro - IED_2012_01_001_5112	IFDR - Inst. Financeiro Desenv. Regional, IP	441.402,36 €
Percursos Pedestres de Interpretação do Património Rural - PRODER Eixo 3 - LEADER ADELO	IFAP, IP - Inst. Financ. da Agricultura e Pescas	6.434,19 €
PRODER - Gestão Espaço Florestal e Agro-Florestal - Minimização Riscos/Defesa Floresta Contra Incêndios	IFAP, IP - Inst. Financ. da Agricultura e Pescas	41.356,09 €
Saneamento Águas Residuais Município Mira - 1ª Fase - CÓDIGO POVT-12-0154-FCOES - 000101	IFDR - Inst. Financeiro Desenv. Regional, IP	36.606,87 €
Museu do Território da Gândara e Percursos Pedestres - PRODER Eixo 3 - LEADER ADELO	IFAP, IP - Inst. Financ. da Agricultura e Pescas	6.820,38 €



Handwritten signatures and initials:
 J. # R
 N
 Quix

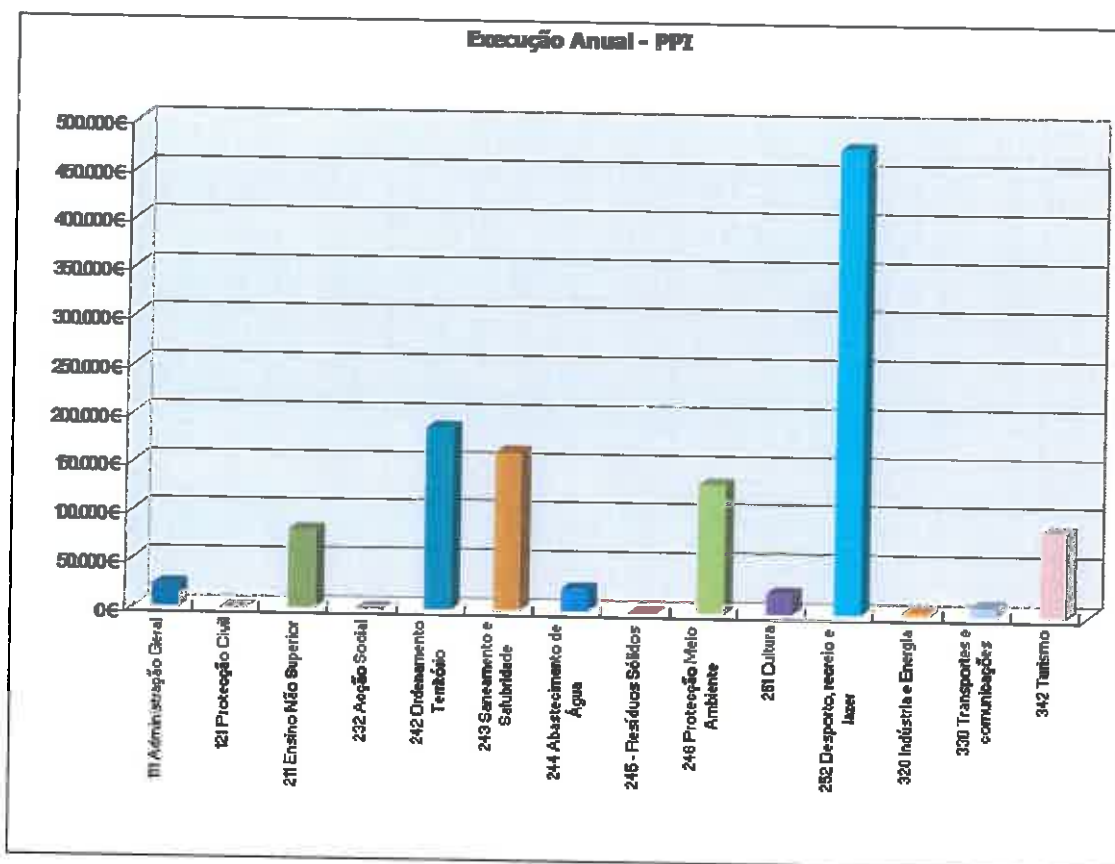


II.3 – EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

A - Execução do PPI

Execução Anual do PPI					
		Orçado	Executado	Taxa execução anual	Peso sobre total da execução
1.Funcões Gerais	111 Administração Geral	44.500,00	23.119,74	51,95%	1,91%
	121 Protecção Civil	7.000,00	0,00	0,00%	0,00%
2.Funcões Sociais	211 Ensino Não Superior	456.720,00	79.803,92	17,47%	6,59%
	232 Acção Social	2.000,00	0,00	0,00%	0,00%
	242 Ordenamento Território	792.970,00	188.275,27	23,74%	15,54%
	243 Saneamento e Salubridade	555.900,00	162.721,31	29,27%	13,43%
	244 Abastecimento de Água	78.000,00	23.669,47	30,35%	1,95%
	245 - Resíduos Sólidos	5.000,00	0,00	0,00%	0,00%
	246 Protecção Meio Ambiente	291.200,00	132.245,28	45,41%	10,92%
	251 Cultura	83.000,00	21.426,13	25,81%	1,77%
	252 Desporto, recreio e lazer	829.600,00	477.910,62	57,61%	39,45%
3.Funcões Económicas	320 Indústria e Energia	99.500,00	3.788,10	3,81%	0,31%
	330 Transportes e comunicações	13.000,00	10.072,10	77,48%	0,83%
	342 Turismo	232.000,00	88.444,13	38,12%	7,30%

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'W' and 'P' and various other marks.



Como se verifica a taxa de execução global do PPI cifrou-se em 34,71%. A taxa de execução é dada pelo montante pago relativamente ao orçado, o que no caso concreto se justifica pela não entrada do empréstimo aprovado PAEL no montante de 1.403.778,00 €, resultado da desistência do Município de Mira.

A candidatura do Município ao Programa II do PAEL - Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), aprovada no valor de **€1.403.777,87** (um milhão, quatrocentos e três mil, setecentos e setenta e sete euros e oitenta e sete cêntimos), destinava-se ao pagamento de dívidas do Município, **vencidas há mais de 90 dias, à data de 31 de Março de 2012, registadas no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (Pagamentos em Atraso).**

Constatou-se depois que o entendimento do Tribunal de Contas, DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais e DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças, originava uma diminuição da elegibilidade do valor aprovado no âmbito do Programa II do PAEL – Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), porque **só considerava elegíveis as dívidas vencidas há mais de 90 dias à data de 31 de Março de 2012, que não tivessem sido pagas.** As que haviam sido pagas antes da produção de efeitos de visto do Tribunal de Contas e entrada de verba em conta não eram consideradas elegíveis.

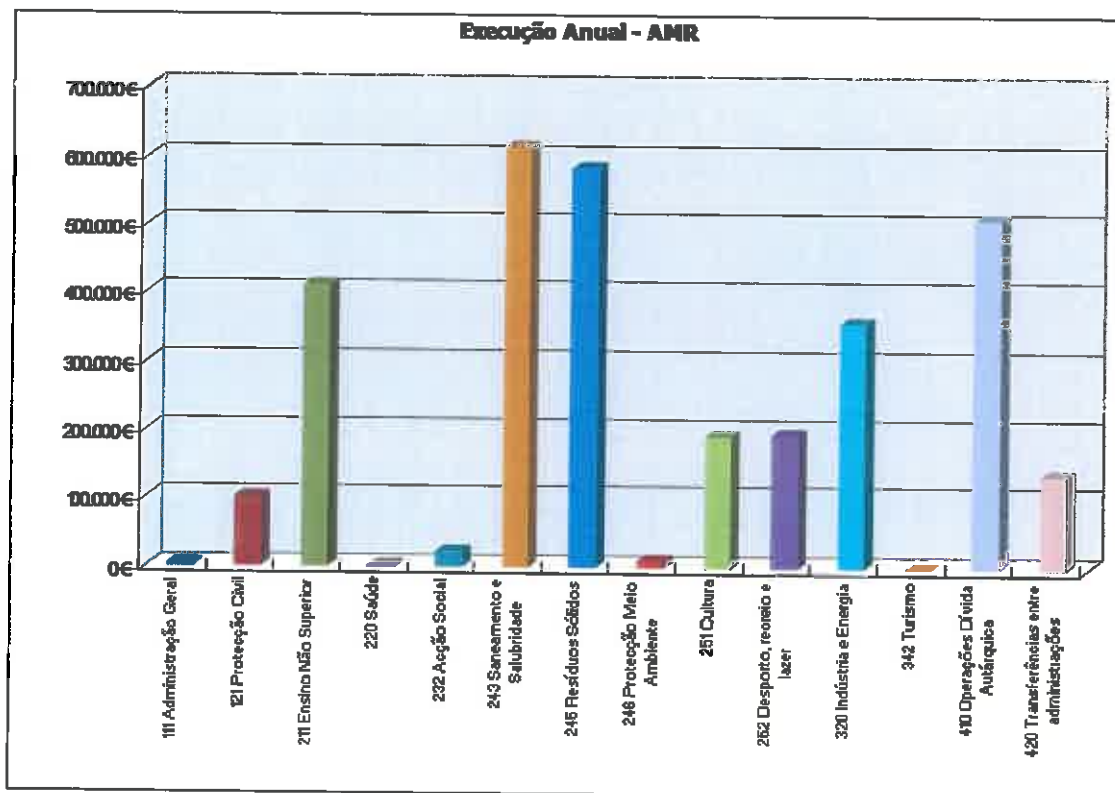
Handwritten signatures and initials:
 - Top right: a stylized signature.
 - Middle right: "g. 3 q"
 - Bottom right: "Raff"
 - Far bottom left: a large "W" or "W" signature.



Nessa circunstância, quer porque haviam sido pagas dívidas **no valor de € 663.168,67**, e porque reuniam um montante relativo a processos judiciais em curso em que não tinha sido possível chegar a consenso com o empreiteiro, **no valor de €558.688,14€**, a redução do valor elegível para **€181.921,06**, levou a que a Autarquia desistisse já no ano de 2013 do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), tendo o referido assunto sido remetido aos órgãos autárquicos e comunicado às partes envolvidas, levando a que a receita prevista em orçamento para 2013, aprovado pela Assembleia em 28-12-2012 e inscrito na rubrica passivos financeiros não se concretizasse.

B - Execução das Actividades Mais Relevantes

Execução Anual das Actividades Mais Relevantes					
		Orçado	Execução	Taxa Execução Anual	Peso sobre total da execução
1. Funções Gerais	111 Administração Geral	21.500,00	3.818,76	17,76%	0,12%
	121 Protecção Civil	169.500,00	102.462,14	60,45%	3,27%
	211 Ensino Não Superior	486.500,00	410.129,99	84,30%	13,07%
2. Funções Sociais	220 Saúde	10.000,00	1.201,50	12,02%	0,04%
	232 Acção Social	51.800,00	21.527,99	41,56%	0,69%
	243 Saneamento e Salubridade	731.022,42	613.305,51	83,90%	19,54%
	245 Resíduos Sólidos	661.962,00	583.860,26	88,20%	18,60%
	246 Protecção Meio Ambiente	51.250,00	10.010,40	19,53%	0,32%
	251 Cultura	220.000,00	193.065,56	87,76%	6,15%
	252 Desporto, recreio e lazer	228.000,00	195.163,87	85,60%	6,22%
3. Funções Económicas	320 Indústria e Energia	461.000,00	356.737,29	77,38%	11,37%
	342 Turismo	12.300,00	0,00	0,00%	0,00%
4. Outras Funções	410 Operações Dívida Autárquica	511.000,00	510.987,40	100,00%	16,28%
	420 Transferências entre administrações	1.064.244,00	135.924,57	12,77%	4,33%
		4.680.078,42	3.138.195,24	67,05%	100,00%



A Taxa de Execução das Actividades Mais relevantes cifrou-se em 67,05%. Em termos funcionais as Operações com a Dívida Pública (amortização de empréstimos) representaram 16,3%; A recolha de efluentes pela SIMRIA 19,05%. O Ensino Não superior foi responsável por 13,1% - referente ao Programa de Expansão e Desenvolvimento Escolar, Programa de Generalização Ensino Inglês e Transportes Escolares; Os Resíduos Sólidos, onde se destaca a actividade de recolha de lixo da ERSUC, com 18,6%;

C - Classificação Orgânica das Despesas

Designação	Montante (€)	Peso (%)
0101 - Operações Financeiras	565.012,45	5,77
0102 - Classes Inactivas	4.674,84	0,05
0103 - Órgãos da Autarquia	776.028,51	7,92
0104 - Assembleia Municipal	10.033,84	0,10
0201 - Serviços Administrativos e Financeiros	719.870,33	7,35
0301 - Obras e Urbanização	1.308.524,33	13,35
0401 - Serviços Água	644.463,34	6,58
0402 - Serviços de Electricidade	375.582,63	3,83
0403 - Mercados e Felras	3.481,72	0,04



0404 - Serviços de Fiscalização	71.572,59	0,73
0405 - Aferição	18.106,21	0,18
0501 - Saneamento	830.580,51	8,48
0502 - Higiene e Limpeza	650.170,83	6,63
0503 - Cemitérios	28.051,70	0,29
0504 - Sanidade Pecuária	6.923,13	0,07
0601 - Educação	1.348.301,26	13,76
0602 - Cultura e Arquivos	503.717,29	5,14
0603 - Desporto	862.377,61	8,80
0604 - Turismo	264.789,39	2,91
0701 - Serviços de Saúde	137.507,47	1,40
0702 - Acção Social	100.878,85	1,03
0703 - Protecção Civil	215.003,77	2,19
0801 - Jardins e Arborização	334.232,88	3,41
TOTAL	9.799.885,48	100,0

Em termos de despesa global por Classificação Orgânica, a rubrica Obras e Urbanização representou 13,35%, a da Educação representou 13,76, a do Desporto 8,80%, a do Saneamento 8,48%, sendo as mais significativas em termos de peso na despesa global. A rubrica órgãos da Autarquia representa um peso de 7,92%, porque integra para além das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços parte das transferências correntes e de capital, das quais se destaca o Protocolo com a Polis Litoral Ria de Aveiro.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'W' and a signature that appears to be 'G. R.' with 'C. R.' below it.



II.4 – DESCRIÇÃO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

1.111 – Administração Geral

A Autarquia tem procurado manter a certificação dos serviços, designadamente nos seguintes sectores: DAJ (Divisão Administrativa e Jurídica), STL (Secção Taxas e Licenças), SAS (Sector Águas e Saneamento), SRH (Sector de Recursos Humanos), SMM (Serviço Municipal de Metrologia), SCT (Sector Cultura e Turismo), SDJ (Sector Desporto e Juventude) e SEEAS (Sector Educação, Ensino e Acção Social), mediante a realização de auditorias internas e externas e efetuando a atualização dos registos que visam a uniformização de procedimentos, fluxogramas e documentos associados.

A Certificação é um ideal, no entanto a sua manutenção incorre em custos adicionais financeiros e administrativos que a conjuntura atual imposta pela troika e as medidas governamentais de redução de pessoal não favorecem.

Em grande medida o objetivo da qualidade traduz-se na orientação para o munícipe, pelo que a visão estratégica deverá ser direcionada para uma política de qualidade total, orientada para os outputs e os resultados produzidos.

Condições de qualidade e sustentabilidade dos investimentos implicam, não só, o **envolvimento dos técnicos e dirigentes** autárquicos na análise e desenho dos processos mas também a **adequada formação dos técnicos** que hão-de manter, operar e explorar os serviços no quotidiano dos serviços municipais visando a satisfação do munícipe.

A Autarquia dispõe do sistema informático desenvolvido pela AIRC, e uma estrutura de intranet e internet de acesso ao cidadão.

De forma generalizada procurou-se proporcionar aos funcionários formação externa pertinente e adequada.

Pontualmente, e no decorrer de 2013, foi adquirido o equipamento Informático e o mobiliário necessário a apetrechar os serviços.

h
F
C
C
C



1.121 - Protecção Civil

A valorização da riqueza ambiental constitui um objetivo estratégico de melhoria de qualidade de vida e desenvolvimento sustentável. A promoção de projectos e ações com vista à melhoria da segurança de pessoas e bens e proteção de toda a mancha florestal não podem ser descurados.

Assim, e porque a 19 de Janeiro de 2013, ocorreu um fenómeno de intempérie, que atingiu com particular intensidade o concelho de Mira, designadamente a Praia de Mira, e a área florestal, destacam-se particularmente no ano de 2013 a realização de vários serviços de silvicultura, remoção de cepos e remoção de areias.

No ano de 2013, assistiu-se também à **renovação do Protocolo entre a Autoridade Nacional de Protecção Civil, Município de Mira e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mira** para o Enquadramento de Pessoal destinado a integrar as Equipas de Intervenção Permanente de serviço de socorro às populações, sendo os custos associados financiados equitativamente pela Autoridade Nacional de Protecção Civil e a Câmara Municipal de Mira e o **protocolo entre a Direcção – Geral de Recursos Florestais e Município de Mira** para constituição de uma Brigada de Sapadores Florestais – SF 03-162 Mira.

Foram ainda realizados trabalhos de limpeza de aceiros, desmatção de áreas, vigilância móvel em toda a área florestada do concelho, "Serviço Público", entre outras sob coordenação do Gabinete Técnico Florestal;

2.211 - Ensino Não Superior

No âmbito da educação manteve-se em vigor o Contrato de Execução com o Ministério de Educação relativamente à descentralização de competências para os Municípios: pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar, atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, mediante a transferência de verbas oriundas do Ministério de educação;

O Município assegurou a ocupação de tempos livres das crianças e jovens, promovendo diversas actividades, através da organização de respostas diversificadas em função das realidades locais.

Manteve-se a preocupação em **dotar os estabelecimentos de ensino do concelho com mobiliário, equipamento e material didático e pedagógico, adequado ao desenvolvimento das actividades escolares e extra – curriculares**, assim como a **prestação**

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'N' and a signature that appears to be 'Coutinho'.



do serviço de refeições a todos os alunos em todos os níveis de ensino, a **garantia dos transportes escolares** para as crianças e jovens em idade escolar obrigatória.

Em termos de obras, concluiu-se a Empreitada de Conservação do Pólo Educativo da Praia de Mira e efetuou-se o seu apetrechamento com mobiliário escolar. De destacar que a mesma havia sido objeto de candidatura ao Mais Centro no âmbito do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global entre Programa Operacional Regional do Centro e a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM) em 09 de Dezembro de 2012 no âmbito do Eixo 3 – Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais, Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar de 1º Cido do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, e aprovada em 23 de Janeiro de 2013 a que corresponde o Investimento Elegível de €191.417,75 € e o montante FEDER de €162.705,09.

Realizou-se ainda a Empreitada de Requalificação da Escola Básica Integrada de Mira, com vista a minimizar os estragos decorrentes do temporal que ocorreu em 2013.

A escola do 1º CEB de Carapelhos foi requalificada e apetrechada com mobiliário novo.

2.232 - Acção Social

No âmbito do Projecto de Rede Social foram analisadas e desenvolvidas **acções de apoio a agregados carenciados, nomeadamente na vertente da reabilitação social**, disponibilizando verbas para a aquisição de materiais de construção essenciais ao conforto e segurança das habitações em risco a apoios pontuais a famílias com manifesta carência económica e social;

Foi renovada também a parceria com o Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra – Serviço Local de Mira, e desenvolvidos os Programas de Inserção existentes no Concelho, nomeadamente: RSI (Rendimento Social de Inserção), PCAAC (Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados).

No âmbito da **CPCJ** (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo), destaca-se o seu pleno funcionamento com a realização de reuniões em «Comissão Alargada» e «Comissão Restrita», o acompanhamento psicossocial, aplicação de medidas de promoção e Protecção e a realização de atividades lúdicas e eventos destinados ao público infantil.

Permaneceu em funcionamento o Gabinete de Inserção Profissional Municipal de Mira - GIP, no âmbito da sua actividade colaborou com diversas entidades, IEFP, INETESE, ACIC; FORMAR, CEARTE,



entre outras, no sentido de apoiar nas inscrições e candidaturas a cursos e acções de formação visando a integração no mercado de trabalho.

2.242 - Ordenamento do Território

Em termos de ordenamento do território foram realizadas algumas obras de conservação e pavimentação de vias, com vista à melhoria de circulação e segurança rodoviária, procurando minimizar os constrangimentos decorrentes de alguns pisos em mau estado de conservação.

Nesse sentido foi executada a Empreitada de Pavimentação em Diversos Arruamentos, designadamente a Rua do Salgueiro – Mira, a Rua das Palmeiras, a Travessa Cabo Marques Melo (Prazos Velhos) e a Rua do Areal;

A rede de iluminação pública, foi ampliada, respondendo às várias solicitações de munícipes, quer em zonas carenciadas ou resultado do aumento de novos fogos:

Ampliação de Rede – Iluminação Pública Bairro do Areeiro – Carromeu;

Ampliação de Rede – Iluminação Pública Rua do Fidalgo – Portomar;

Ampliação de Rede – Iluminação Pública Rua Heróis do Mar – Praia de Mira;

Ampliação de Rede – Iluminação Pública Rua das Escolas – Carapelhos;

2.243/2.244 - Saneamento e Salubridade/Abastecimento de Água

Os objetivos do PEAASAR II para o período de 2007-2013 consistiam em servir 90% da população do Concelho de Mira, residente em área urbana, com sistemas públicos de águas residuais, e corrigir situações de risco de saúde pública ou prejudiciais ao meio ambiente. Nesse sentido a Autarquia prosseguiu, embora a ritmo mais lento, resultado de constrangimentos físicos e financeiros, oriundos da lei de compromissos e pagamentos em atraso, com as Empreitadas de Saneamento do Casal de S. Tomé – Largo de Portomar e a Empreitada de Remodelação da Rede da Saneamento Existente – 1ª Fase.

A primeira enquadrada na Operação Saneamento de Aguas Residuais do Município de Mira – 1ª Fase, no âmbito do “Ciclo Urbano da Água” financiada à taxa de 80%, correspondendo a um valor FEDER de 1.011.862,95 €.

No que concerne à Empreitada de Remodelação da Rede da Saneamento Existente – 1ª Fase, foi apresentada candidatura ao POVT – Programa Operacional Valorização do Território em 26 de

h
F
Q
C
W



Novembro de 2012, no âmbito do Eixo Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos (FC), vertente Ciclo Urbano da Água, correspondendo a um investimento total elegível de €436.296,00. No entanto, porque a mesma não apresentava uma taxa de execução física superior a 60 %, não obteve deferimento favorável no POVT – Programa Operacional Valorização do Território. Esta obra esteve suspensa, à data de candidatura apresentava apenas uma taxa de execução de 40% e para ser aprovada necessitava de ter execução física de pelo menos 60%. Tal decisão de não aprovação só veio a concretizar-se a 23-12-2013.

No que concerne ao abastecimento de água foram desenvolvidas algumas intervenções de correção e substituição de condutas e extensão da rede existente a novos núcleos habitacionais.

2.245 - Resíduos Sólidos

Esta rubrica compreende a actividade de recolha de lixo efectuada pela Ersuc, que representa 7,4% em termos de despesa corrente. Houve também lugar à recolha de ferralha e “monos” pelos serviços da Câmara. Verificou-se a aquisição de contentores e Ecopontos e sua distribuição pelas povoações.

2.246 - Protecção Meio Ambiente e Conservação da Natureza

No ano de 2013 concluiu-se a operação “Percursos Pedestres de Interpretação do Património Rural” que visava implementar cinco percursos pedestres no concelho de Mira, diversificando a oferta turística, dando a conhecer o vasto património natural e cultural da região, incentivando a sua preservação.

Este projecto havia sido candidatado ao PRODER/Medida Melhoria da Qualidade de Vida e aprovada a comparticipação financeira de € 73.137,13;

Ainda no âmbito do ambiente e durante o ano de 2013 foram desenvolvidas várias acções de requalificação e educação ambiental, nomeadamente: - Actividades de Educação Ambiental Programa Bandeira Azul da Europa envolvendo a atividade escolar; Requalificação de zonas balneares, de linhas de água e de margens de lagoas; - Limpeza e arborizações em espaços verdes urbanos e florestais; - Monitorização e controlo da qualidade da água para consumo humano; - Planeamento e construção de espaços verdes; - Tratamentos fitossanitários e corretivos; - Levantamento de resíduos volumosos e colocação de novos contentores de RSU e ecopontos;

No que concerne ao protocolo estabelecido entre o Município de Mira e a “Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.”, houve um impasse na sua implementação na Medida em que o Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'F' and a signature that appears to be 'Caril'.



da Ria de Aveiro (PEIRVRA), oportunamente aprovado pelos accionistas Estado e Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, embora fosse objeto de planeamento (financeiro e físico), sofreu ajustamentos de circunstância.

Assim, atendendo a que apenas se podem realizar os investimentos constantes do Plano Estratégico, ou parte dos mesmos, desde que estejam previamente asseguradas as respectivas fontes de financiamento, nessa circunstância careceram de autorização superior a abertura de avisos de candidatura aos programas operacionais comunitários, razões porque, após a conclusão de alguns projectos, não foi possível avançar para as respectivas empreitadas. Nesse sentido, o Governo (pelo Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, acionista maioritário da Polis Litoral ponderou a aplicação de ajustamentos aos Programas Polis Litoral.

Nesse sentido as obras estiveram suspensas, tendo sido retomadas apenas em 2014. No que concerne à execução das obras protocoladas a autarquia tinha uma dívida com a Polis a 31-12-2013 no valor de 451.068,00 €.

2.251 – Cultura/2.252 - Desporto, Recreio e Lazer

À semelhança de anos anteriores deu-se continuidade à realização de eventos de carácter regular, nomeadamente: XIII Gândara & Planta; IX Feira dos Grelos da Região da Gândara; Marchas Populares Mira 2013; Festas do Concelho em honra de São Tomé de Mira; Animação Cultural da Praia de Mira, durante a Época Balnear; VIII Feira do Livro e XVI Mostra Gastronómica da Região da Gândara; Cerimónia de Hasteamento da 25ª Bandeira Azul consecutiva; Actividade Construções na Areia"

Articulação com o Agrupamento de Escolas, organização e dinamização de actividades de comemoração do Dia Mundial da Árvore, realizadas em todos os estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas de Mira.

Foram igualmente realizados outros eventos, de carácter pontual, tais como exposições diversas (pintura, fotografia, artesanato e outras), edição e lançamento de livros, publicações de interesse cultural para a história e cultura do município, concertos musicais e teatro.

No âmbito da cultura destaca-se a conclusão do Projecto do Museu do Território da Gândara financiado pelo PRODER/Medida de Qualidade de Vida, em €97.094,40.

Handwritten signature and initials in blue ink.



Este visou valorizar todo o património cultural e ambiental da Região da Gândara como factor de identidade e atractividade do território mediante a criação de novo serviço museológico a integrar a rede de oferta de equipamentos culturais da região.

O Pavilhão Municipal de Desportos, Piscina Municipal e Estádio Municipal foi disponibilizado às Escolas, Associações, e público em geral, no sentido de estimular a prática desportiva e a integração social. Para esse efeito foram ministradas aulas de iniciação, aperfeiçoamento e hidroginástica, 1ºs socorros e resgate aquático por professores credenciados.

Em termos de Equipamentos Desportivos, destaca-se o ultimar das obras do Campo de Tiro.

O campo de tiro foi financiado pelo Mais Centro, no seguimento de Convite Público dirigido ao Município para construção de estrutura desportiva especializada.

O projecto em apreço foi enquadrado no Regulamento Específico e no Convite Público nº Centro-IED-2012-01 dirigido ao Município após algumas dificuldades na elegibilidade e integração em regulamento. Este encontra-se praticamente concluído.

Procedeu-se ainda em 2013 à abertura de concurso público para Fornecimento de Equipamento para Campo de Tiro de Mira.

3.330 - Transportes e comunicações

O Município prosseguiu a aquisição de sinalética a afectar a diversos lugares do Concelho, nomeadamente a aquisição de sinais circulares, octogonais e quadrados e instalação e manutenção de semáforos e ópticas, para protecção e segurança rodoviária.

Em termos de transportes e comunicações o Município havia efetuado nova candidatura no que concerne ao Projeto de Correção do Traçado e Repavimentação da Variante Sul, Eixo 3 - Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais – Aviso CENTRO – MOT-2011-26 em Novembro de 2011. Esse projeto havia transitado do Q.C.A. em overbooking e só nessa data foi possível contemplar o seu financiamento no aviso nº 26, Regulamento Mobilidade Territorial, Balcão Q.C.A. III.

Este foi aprovado em 2 de Outubro de 2012 correspondendo a um valor elegível de € 657.532,36, e uma comparticipação não reembolsável até €558.902,51. A empreitada encontra-se por encerrar, por

↓
H
Z
Q
W
L
9



estar em curso o processo 307/12.4BECBR do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra em que a Autora Construções Júlio Lopes S.A., reclama, entre outros pedidos, a Revisão de Preços no valor de 128.505,29 €.

3.342 – Turismo

Na área do Turismo destaca-se o funcionamento durante todo o ano das **Unidades Complementares de Alojamento do Parque de Campismo**.

Sob a gestão da autarquia, e com o recurso a pessoal externo as **Unidades Complementares de Alojamento encontram-se abertas ao público e a funcionar de acordo com as normas aprovadas na reunião de câmara de 28 de Junho de 2012**.

O Município para efeitos de divulgação, efetuou ainda Publicidade do site do Parque de Campismo Municipal de Mira www.campingmira.com.

II.5 - INDICADORES DE NATUREZA ORÇAMENTAL

Unidade: Euros

Poupança Corrente = Receita Corrente - Despesa Corrente				
	2010	2011	2012	2013
Receita Corrente	7.826.039,30	7.475.698,08	7.451.153,19	8.594.364,05
Despesa Corrente	7.801.675,58	7.312.155,34	6.886.099,43	7.919.622,36
Poupança Corrente	24.363,72	163.542,74	565.053,76	674.741,69

A poupança corrente apresenta saldo positivo, o que significa que parte da receita corrente permitiu financiar investimento.

Unidade: Euros

Peso das Despesas com Pessoal na Receita Corrente				
	2010	2011	2012	2013
Despesas com Pessoal	3.854.845,82	3.719.948,34	3.335.044,37	3.538.967,82
Receitas Correntes	7.826.039,30	7.475.698,08	7.451.153,19	8.594.364,05
Despesas c/ Pessoal / Receitas Correntes (%)	49,26	49,76	44,76	41,20

Em 2013, o peso das despesas com o pessoal absorveu 41,20% da receita corrente, o que se traduziu num decréscimo relativamente ao ano anterior.

Handwritten signature and initials



Unidade: Euros

		2010	2011	2012	2013
Cobertura da despesa total por receitas controladas pela Autarquia	Receitas Próprias	2.321.375,93	2.226.741,75	2.218.882,39	2.171.468,99
	Despesa Total	10.531.914,23	10.243.334,01	10.603.043,07	9.799.885,48
	(%)	22,04	21,74	20,93	22,20

Receitas Próprias:

Impostos Indirectos	127.678,70	193.540,38	176.447,12	157.636,48
Taxas, Multas e outras Penalidades	586.160,80	544.338,57	519.106,54	510.721,21
Rendimentos de Propriedade	12.055,38	13.073,44	9.972,86	11.966,68
Venda de bens e Serviços Correntes	1.533.512,29	1.439.070,00	1.476.912,64	1.445.020,67
Outras Receitas Correntes	61.968,76	36.719,36	36.443,23	46.123,95
Total	2.321.375,93	2.226.741,75	2.218.882,39	2.171.468,99

A taxa de cobertura da despesa total por receitas controladas pela Autarquia é de 22,20%, o que revela um ligeiro acréscimo face ao ano anterior.

Unidade: Euros

		2010	2011	2012	2013
Receita de Funcionamento/ Despesa de Funcionamento	Receita Funcionamento	2.309.320,55	2.213.668,31	2.208.909,53	2.159.502,31
	Despesa Funcionamento	3.480.883,35	3.116.925,85	3.074.630,27	3.951.441,26
	%	66,34	71,02	71,84	54,7

Receita de Funcionamento:

Impostos Indirectos	127.678,70	193.540,38	176.447,12	157.636,48
Taxas, Multas ou Penalidades	586.160,80	544.338,57	519.106,54	510.721,21
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.533.512,29	1.439.070,00	1.476.912,64	1.445.020,67
Outras Receitas Correntes	61.968,76	36.719,36	36.443,23	46.123,95
Total	2.309.320,55	2.213.668,31	2.208.909,53	2.159.502,31

Despesa de Funcionamento:

Aquisição de Bens e Serviços	3.410.227,47	3.063.865,26	2.895.162,15	3.877.295,18
Outras Despesas Correntes	70.655,88	53.060,59	179.468,12	74.146,08
Total	3.480.883,35	3.116.925,85	3.074.630,27	3.951.441,26

Este rácio mede o grau de cobertura das despesas com a aquisição de bens e serviços inerentes ao funcionamento da Autarquia pelas receitas provenientes desse mesmo funcionamento. O rácio é inferior a 100 o que significa que as receitas de funcionamento não cobrem as despesas de funcionamento e que o grau de cobertura piorou relativamente ao ano anterior.

		2010	2011	2012	2013
Grau das despesas de estrutura da autarquia	Receita Estrutura	5.508.762,42	5.248.956,33	5.232.270,08	6.422.895,06



cobertas pelos impostos directos e transferências	Despesa de Estrutura	4.806.453,69	4.693.801,81	4.312.865,01	4.479.168,30
	%	114,61	111,83	121,32	143,40

Receita de estrutura:

Impostos Directos	1.597.197,49	1.637.229,73	1.581.333,51	2.203.245,99
Transferências Correntes	3.911.564,93	3.611.726,60	3.650.937,29	4.219.649,07
Total	5.508.762,42	5.248.956,33	5.232.270,08	6.422.895,06

Despesa de Estrutura:

Despesas com Pessoal	3.956.954,17	3.719.948,34	3.335.326,71	3.538.967,62
Juros e Outros Encargos	139.551,63	180.223,91	251.605,37	54.025,05
Transferências Correntes	341.233,78	295.057,24	224.819,42	375.188,23
Passivos Financeiros	368.714,11	498.572,32	501.113,51	510.987,40
Total	4.806.453,69	4.693.801,81	4.312.865,01	4.479.168,30

Este indicador mede o grau de cobertura das despesas fixas da Autarquia pela receita proveniente dos Impostos Directos e das Transferências Correntes; a taxa foi de 143,40%, tendo aumentado relativamente ao ano anterior, o que denota uma melhoria do rácio.



III - EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

A - Endividamento Líquido

O **montante de endividamento líquido municipal** é calculado nos termos do art.º 36º da Lei nº 2/2007, designadamente pela diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

Limiares de Endividamento para 2013

No que concerne aos limiares de endividamento, o OE para 2013 consagra no artigo 98º a **regra a aplicar-se no ano de 2013**. Assim, nos termos do nº 3 do artigo 5º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis nºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, 3-B/2011, de 30 de Dezembro, e 22/2012, de 30 de Maio, o Limite de endividamento líquido de cada município para 2013, tendo em vista assegurar uma variação global nula do endividamento líquido municipal no seu conjunto, **corresponde ao menor dos seguintes valores:**

a) Limite de endividamento líquido de 2012;

- b) Limite resultante do disposto no nº 1 do art.º 37º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis nºs. 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 55-A/2010, de 31 de Dezembro, 64-B/2011, de 30 de Dezembro, e 22/2012, de 30 de Maio

Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o limite de endividamento de médio e longo prazos para cada município em 2013 é o calculado nos termos do art.º 39º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis nº 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 55-A/2010, de 31 de Dezembro, 64-B/2011, de 30 de Dezembro, e 22/2012, de 30 de Maio.

O cálculo do rateio que caberá ao Município para efeitos de contratação de empréstimos de médio e longo prazos, proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, deverá ser calculado pela DGAL, de acordo com as regras definidas no artigo 98º.

No ano de 2013, o valor do rateio do endividamento de médio e longo prazo ao abrigo do previsto no nº 3 e nº 8 do art.º 98º do Orçamento do Estado para 2013 foi de **670.846,00 €**.

[Handwritten signatures and initials]



Nesse sentido, foram comunicados pela DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais, os **Limites Legais de Endividamento para 2013:**

LIMITE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO – 5.464.038 €

LIMITE ENDIVIDAMENTO LONGO PRAZO – 5.543.975 €

Assim, o endividamento líquido municipal, a 31-12-2013, dado pela diferença entre passivos financeiros e activos financeiros (excluindo a conta 2745), é o seguinte:

QUADRO 2	CÓD. CONTAS	Saldo devedor Final do trimestre	Saldo credor Final do trimestre
1 DISPONIBILIDADES		1.167.669,04	
11 Caixa		1.824,37	
12 Depósitos em instituições financeiras		1.165.844,67	
13 e 14 (...)			
15 Títulos negociáveis			
18 Outras aplicações de tesouraria			
2 TERCEIROS		142.275,54	11.361.658,52
21 Clientes, contribuintes e utentes		97.652,36	0,00
211 Clientes, c/c		57.146,42	
212 Contribuintes, c/c		40.243,76	
213 Utentes, c/c			
214 a 216 (...)		262,18	
217 Clientes e utentes c/ cauções			
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa			
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
22 Fornecedores		0,00	476.918,79
221 Fornecedores, c/c			476.918,79
222 a 227 (...)			
228 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência			
229 Adiantamentos a fornecedores			
23 Empréstimos obtidos			1.721.594,62
231 Em moeda nacional			1.721.594,62
2311 De curto prazo			0,00
23111 Empréstimos bancários			
23112 a 23119 (...)			
2312 De médio e longo prazo			1.721.594,62
23121 Empréstimos bancários			1.721.594,62
23123 Outros empréstimos obtidos			
24 Estado e outros entes públicos		34.933,14	52.291,15
25 Devedores e credores pela execução do orçamento		0,00	0,00
251 Devedores pela execução do orçamento			
252 Credores pela execução do orçamento			
26 Outros devedores e credores		642,70	1.468.881,81
261 Fornecedores de imobilizado		0,00	608.747,43
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c			608.747,43
2612 Factor's			0,00



2618 Facturas em recepção e conferência		
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		
262 Pessoal		
263 Sindicatos		714,82
264 Administração autárquica	0,00	23,23
2641 Associações de municípios		
2642 Municípios		
2643 Serviços municipalizados		
2644 Federações de municípios		
2645 Associações de freguesias		
2646 Freguesias		
2647 Empresas municipais e intermunicipais		
2648 e 2649 (...)		
265 e 266 (...)		
267 Consultores, assessores e intermediários		
268 Devedores e credores diversos	642,70	859.396,33
269 Adiantamentos por conta de vendas		
27 Acréscimos e diferimentos	9.047,34	7.641.972,15
271 Acréscimos de proveitos		
272 Custos diferidos	9.047,34	
273 Acréscimos de custos		248.586,04
274 Proveitos diferidos		7.393.386,11
2741 a 2744 (...)		
2745 Subsídios para investimentos*		7.393.386,11
2748 Diferenças de câmbio favoráveis		
2749 Outros proveitos diferidos*		
28 Empréstimos concedidos		
4 IMOBILIZAÇÕES	629.243,00	
41 Investimentos financeiros	629.243,00	
411 Partes de capital	629.243,00	
412 Obrigações e títulos de participação		
413 (...)		
415 Outras aplicações financeiras		
TOTAL	1.939.187,58	11.361.658,52
TOTAL CONSIDERADO PARA CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	1.939.187,58	3.968.272,41
Endividamento Líquido do Município	2.029.084,83€	

ENDIVIDAMENTO DE LONGO PRAZO (empréstimos de longo prazo), a 31-12-2013, cifra-se em € **1.721.594,62**, assim repartido:

Empréstimo contraído em 2001 no valor de €**1.496.393,69** – Totalmente Utilizado – **Montante em dívida € 737.823,49;**

Empréstimo contraído em 2002 no valor de €**2.992.790,00** destinado ao Saneamento Financeiro do Município - Totalmente Utilizado – **Montante em dívida € 272.071,80;**

Empréstimo contratado em 2002 no valor de € 4.489.200,00 destinado a Investimento; **Só Creditado em conta € 997.600,00; Valor em dívida – € 191.991,24**

h
H
J. G
C. G



Empréstimo contratado em 2009 – PREDE – Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado:

- Estado – Valor de € 394.880,00 - Totalmente Utilizado – **Montante em dívida – € 394.880,00;**
- CCAM – Valor de € 592.322,00 - Totalmente Utilizado – **Montante em dívida – € 124.828,09;**

Assim, atendendo ao preceituado na Lei das Finanças Locais, a situação do endividamento da Autarquia face aos limites legais pode ser visualizada no quadro seguinte:

APURAMENTO DA SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO NO FINAL DO ANO		
Designação	Montante	Observações
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	(A) = Saldo credor da conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA		(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de Dezembro
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	1.721.594,62	(C) = Saldo credor da conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	2.029.084,83	(D) = Passivos - Activos do Quadro 2.
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS ¹	0,00	(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos*
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO (CIM-BM)	(47.797,02)	(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido*
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	0,00	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
DÍVIDAS À EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	1.721.594,62	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	1.981.287,81	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)
Limites endividamento municipal (recapitulativo)		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO		(K) = Campo (E) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	5.543.975	(L) = Campo (F) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	5.464.038	(M) = Campo (G) do Quadro 1
Situação face aos limites		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	Excesso	(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)
	Margem	
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	Excesso	(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
	Margem	3.822.380,38
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	Excesso	(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)

¹ Contribuição da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – CIMRC



Margem 3.482.750,19

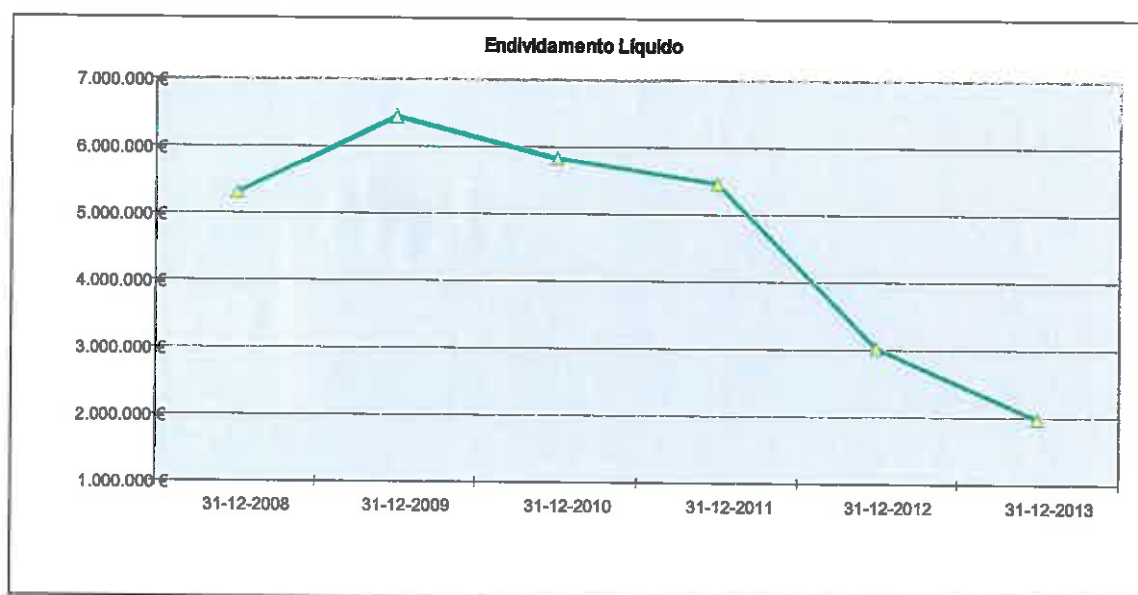
* O valor deve corresponder ao somatório das contribuições das entidades inscritas no formulário AM, SM e SEL para este tipo de endividamento.

** Apenas no último trimestre do ano em causa.

Da análise do quadro supra, podemos concluir que a **Autarquia no ano de 2013, cumpriu os limites de endividamento legal.**

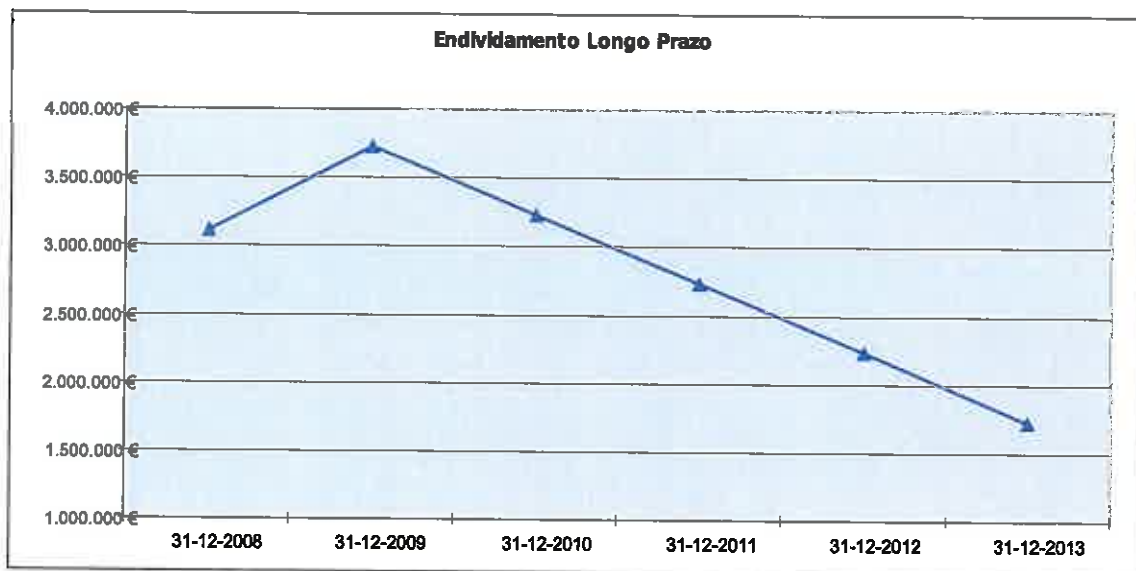
B - Evolução do Endividamento Líquido do Município

31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013
5.837.553,19	5.464.037,79	3.022.243,64	1.981.287,81



C - Evolução do Endividamento de Longo Prazo

31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013
3.232.267,85	2.733.695,53	2.232.582,02	1.721.594,62



C – Pagamentos em Atraso

A Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, regulado pelo Decreto-Lei nº 127/2012 de 21 de Junho vem impor o rigor na assunção de despesas e compromissos aos dirigentes e responsáveis.

Assim, resulta da Lei, designadamente no artigo 7º, que "a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento de pagamentos em atraso".

Decorre ainda da lei que os responsáveis pela assunção de compromissos em desconformidade com as regras e procedimentos previstos na presente lei respondem pessoal e solidariamente perante os agentes económicos quanto aos danos por estes incorridos.

Daqui resultou, a necessidade de impor rigor na assunção de qualquer despesa, sob pena de incorrer em despesas ilegais e violação de lei, **designadamente aumento de "pagamentos em atraso"**.

Entende-se por **Pagamento em Atraso** "as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documento equivalente.

h
H
F
g
W
Chiff



Excluem-se os pagamentos objeto de impugnação judicial até que sobre eles seja proferida decisão final e executória.

As entidades que violem o disposto no art.º 7º da presente lei:

- a) não podem beneficiar da utilização da previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes para efeitos de determinação dos fundos disponíveis definidos na alínea f) do art.º 3º ;
- b) apenas podem beneficiar da aplicação da exceção constante do nº 1 do artigo 4º mediante prévia autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças;

Mais se esclarece, que o artigo 96º do OE para 2013, impôs **as seguintes metas para a redução dos pagamentos em atraso:**

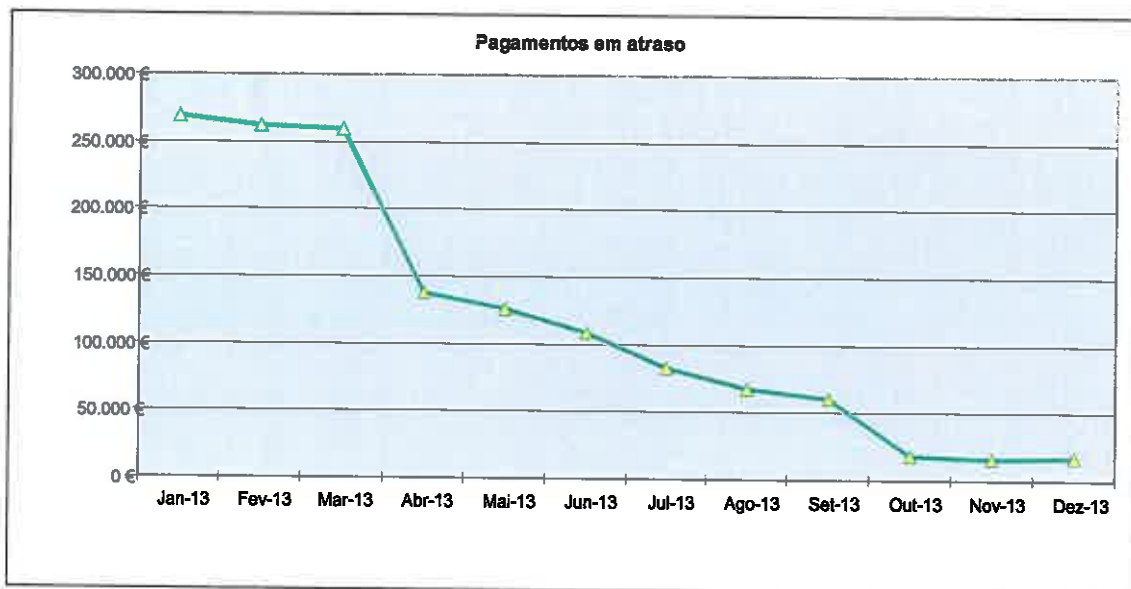
Até ao final do ano de 2013, as entidades incluídas no subsector da administração local reduzem para além das já previstas no PAEL, aprovado pelo Decreto-Lei nº 43/2012, de 28 de Agosto, no mínimo 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL), em Setembro de 2012.

O Município atingiu os objetivos de redução de pagamentos em atraso, conforme consubstanciado no artigo 96º.

Assim, e face ao exposto, apresenta-se uma evolução dos pagamentos em atraso do município, ao longo de 2013:

Jan-13	Fev-13	Mar-13	Abr-13	Mai-13	Jun-13
268.324,43	261.033,52	258.535,51	136.685,97	125.655,02	107.516,48
Jul-13	Ago-13	Set-13	Out-13	Nov-13	Dez-13
81.602,03	67.199,18	60.168,41	17.417,65	15.571,16	16.259,28

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Apresenta-se ainda um quadro com a evolução dos valores da dívida orçamental, relativamente a 31-12-2011:

Dívida ²	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013
Dívida Curto Prazo	3.740.192,73 €	1.786.213,54 €	1.539.308,30 €
Dívida Longo Prazo	2.733.695,53 €	2.232.582,02 €	1.721.594,62 €
Total	6.473.888,26 €	4.018.795,56 €	3.260.902,92 €
Compromissos Por Pagar ³	5.560.228,68 €	3.564.197,15 €	2.501.932,90
Pagamentos em Atraso ⁴	3.101.048,14 €	268.835,95€	16.259,28

O presente quadro permite-nos concluir que o Município conseguiu reduzir significativamente o valor da sua dívida quer de curto prazo quer de longo prazo. O decréscimo foi de 757.892,64€, ou seja um decréscimo de 18,9%.

² A Dívida circunscreve-se aos valores exigíveis a CP e LP, e exclui o valor de operações de tesouraria, que os serviços autárquicos efectuam para entrega a terceiros.

³ Compromissos consideram-se assumidos quando é executada uma ação formal pela entidade, como sejam a emissão de ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente, ou a assinatura de um contrato, acordo ou protocolo; O valor de dívida está incluído no valor de compromissos por pagar;

⁴ Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriores à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. Excluídos 560.575,01 € - processos judiciais – Júlio Lopes e Vítor M.C. Antunes, conforme art.º 4º do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21 de Junho



IV – BALANÇO SOCIAL

Introdução

O presente documento constitui o Balanço Social do Município de Mira, com referência a 31 de Dezembro de 2013. A estrutura e a numeração dos quadros do presente Balanço obedecem à que foi disponibilizada e solicitada pela Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

O Balanço Social aglutina um conjunto de informação que permite a observação da política de gestão dos recursos humanos de uma organização mas também a forma como esta procurou alcançar os seus objetivos estratégicos.

O Balanço Social foi institucionalizado para os organismos autónomos da Administração Pública, através do [Decreto-Lei n.º 155/92](#), de 28 de Julho. No entanto, foi o [Decreto-Lei nº 190/96](#), de 9 de Outubro, que consagrou, como medida de modernização da Administração Pública, a obrigatoriedade de elaboração deste Instrumento de planeamento estratégico para a generalidade dos serviços públicos, com 50 ou mais trabalhadores, o qual deve ser elaborado anualmente no primeiro trimestre, com referência a 31 de Dezembro do ano imediatamente anterior.

Em 1992, o Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, tornou obrigatória a apresentação do balanço social, enquadrado na lei geral, pelos organismos autónomos da Administração Pública.

Nos serviços e organismos da administração central e regional o balanço social é levado ao conhecimento e apreciação do membro do Governo competente até 31 de Março do ano seguinte àquele a que diz respeito. Atualmente, é enviado através de aplicação informática específica, isto é, através do SIIAL – Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais.

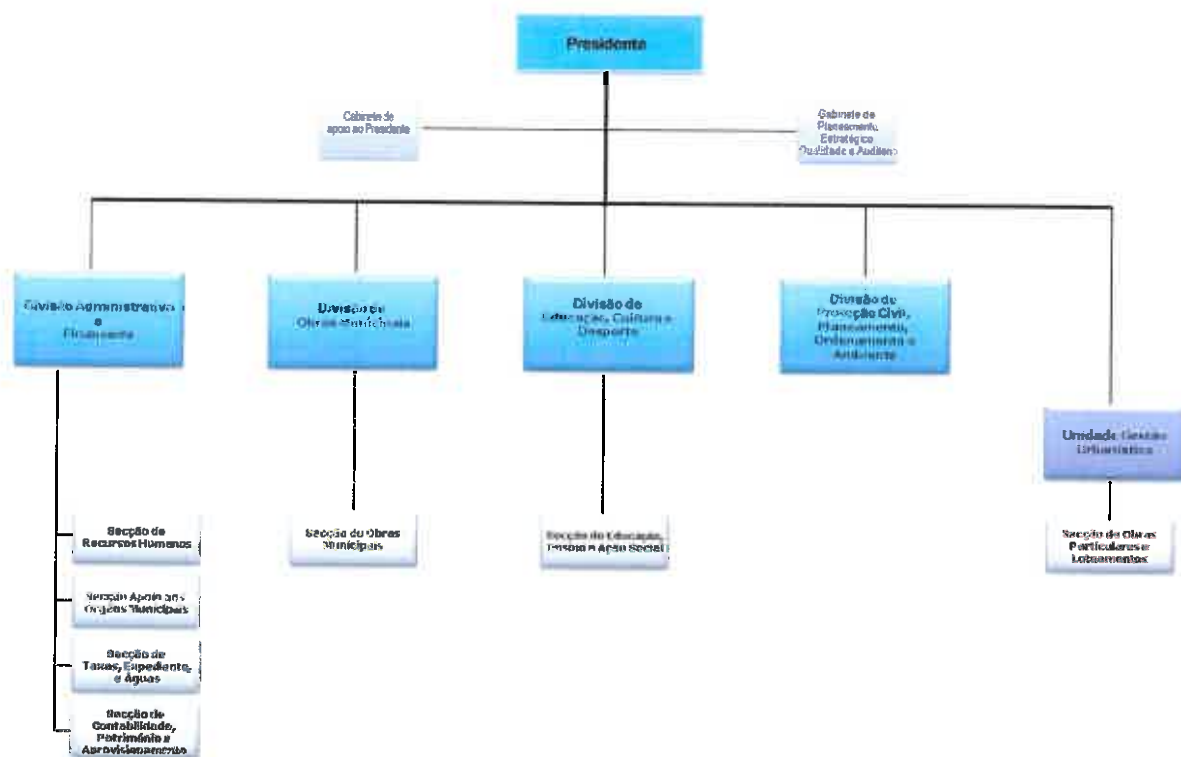
Sempre que possível, os serviços e organismos podem incluir no balanço social os Indicadores, as taxas, os quadros e os gráficos que melhorem a sua qualidade informativa.

O balanço social deve ser divulgado por todos os trabalhadores do serviço ou organismo através da sua afixação nos locais de trabalho, por forma bem visível.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'N' and a signature that appears to be 'Cariff'.



Organigrama





Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2013, encontravam-se em exercício de funções neste Município, 217 trabalhadores, como se pode verificar no quadro infra, distribuídos por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género.

		Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género									
Quadro 1		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermediário	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente e Técnico	Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	Total
Comissão de Serviço	M	0	2	0	0	0	0	0	0	2	4
	F	0	2	0	0	0	0	0	0	1	3
	Total	0	4	0	0	0	0	0	0	3	7
CTFP por tempo indeterminado	M	0	0	5	10	51	0	2	0	5	73
	F	0	0	22	35	70	0	1	0	0	128
	Total	0	0	27	45	121	0	3	0	5	201
CTFP a termo resolutivo	M	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CTFP a termo resolutivo	M	0	0	0	1	5	0	0	0	0	6
	F	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	Total	0	0	0	2	5	0	0	0	0	7
Outra	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	Total	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	M	0	2	6	11	58	0	2	0	7	84
	F	0	2	23	36	70	0	1	0	1	133
	Total	0	4	29	47	128	0	3	0	8	217

Prestadores de serviços

Em 31 de Dezembro de 2013 só existia 1 trabalhador prestador de serviços, conforme o quadro infra.

		Contagem dos prestadores de serviços (pessoas singulares) segundo a modalidade de prestação de serviços e género		
Quadro 1.1			Quantidades	Total
Tarefa	M		0	0
	F		0	0
	Total		0	0
Avença	M		0	0
	F		1	1
	Total		1	1
	M		0	0
	F		1	1
	Total		1	1

Evolução Global dos trabalhadores

Acrescentando aos 217 trabalhadores o prestador de serviços, perfaziam, em 31 de Dezembro de 2013, o total de 218 pessoas. O gráfico abaixo indicado retrata a evolução do n.º de trabalhadores no período compreendido entre 2007 e 2013.



Escalão Etário

De acordo com o quadro abaixo mencionado, em 31 de Dezembro de 2013 a distribuição dos trabalhadores por cargo/carreira, a que se refere o quadro 1, segundo escalão etário, era a seguinte:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'W' and '47' at the bottom left, and various initials and a signature at the bottom right.



Evolução Global dos trabalhadores

Acrescentando aos 217 trabalhadores o prestador de serviços, perfaziam, em 31 de Dezembro de 2013, o total de 218 pessoas. O gráfico abaixo indicado retrata a evolução do n.º de trabalhadores no período compreendido entre 2007 e 2013.



Escalão Etário

De acordo com o quadro abaixo mencionado, em 31 de Dezembro de 2013 a distribuição dos trabalhadores por cargo/carreira, a que se refere o quadro 1, segundo escalão etário, era a seguinte:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large '9' and a signature that appears to be 'Coutinho'.



		Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o escalão etário e género									
Quedros 2		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermediário	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistent e Técnico	Carreiras Gerais - Assistent e Operacion	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Menos de 20 anos	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20-24	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
25-29	M	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
	F	0	0	1	1	2	0	0	0	0	4
	Total	0	0	1	2	3	0	0	0	0	6
30-34	M	0	0	1	1	2	0	1	0	3	8
	F	0	0	5	6	10	0	1	0	0	22
	Total	0	0	6	7	12	0	2	0	3	30
35-39	M	0	0	2	1	3	0	0	0	0	6
	F	0	0	9	9	10	0	0	0	0	28
	Total	0	0	11	10	13	0	0	0	0	34
40-44	M	0	0	2	4	7	0	1	0	0	14
	F	0	1	5	5	9	0	0	0	1	21
	Total	0	1	7	9	16	0	1	0	1	35
45-49	M	0	1	0	1	9	0	0	0	2	13
	F	0	1	1	3	15	0	0	0	0	20
	Total	0	2	1	4	24	0	0	0	2	33
50-54	M	0	0	1	2	16	0	0	0	0	19
	F	0	0	2	5	8	0	0	0	0	15
	Total	0	0	3	7	24	0	0	0	0	34
55-59	M	0	1	0	1	12	0	0	0	2	16
	F	0	0	0	3	7	0	0	0	0	10
	Total	0	1	0	4	19	0	0	0	2	26
60-64	M	0	0	0	0	6	0	0	0	0	6
	F	0	0	0	4	9	0	0	0	0	13
	Total	0	0	0	4	15	0	0	0	0	19
65-69	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
70 ou mais anos	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Totais	M	0	2	6	11	56	0	2	0	7	74
	F	0	2	23	36	70	0	1	0	1	133
	Total	0	4	29	47	126	0	3	0	8	217

Nível de Antiguidade

O presente ponto reporta-se aos trabalhadores que constam no quadro 1, distribuídos por cargo/carreira segundo o nível de antiguidade e género, que em 31 de Dezembro de 2013, se apresentava nos seguintes termos:



Centagem de trabalhadores por cargo/carreira segundo o nível de antiguidade e gênero											
Quadro 3		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermediário	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente e Técnico	Gerais - Assistente Operacional	Bombeiro	Informático	Polícia Municipal	Outros	Total
até 5 anos	M	0	0	3	3	6	0	1	0	3	16
	F	0	0	9	3	28	0	1	0	1	43
	Total	0	0	12	6	34	0	2	0	4	59
5-9	M	0	0	3	1	7	0	0	0	0	11
	F	0	0	7	14	5	0	0	0	0	26
	Total	0	0	10	15	12	0	0	0	0	37
10-14	M	0	1	0	2	8	0	0	0	0	11
	F	0	2	5	3	23	0	0	0	0	33
	Total	0	3	5	5	31	0	0	0	0	44
15-19	M	0	0	0	1	12	0	0	0	1	14
	F	0	0	1	5	4	0	0	0	0	10
	Total	0	0	1	6	16	0	0	0	1	24
20-24	M	0	1	0	3	5	0	1	0	0	10
	F	0	0	1	2	4	0	0	0	0	7
	Total	0	1	1	5	9	0	1	0	0	17
25-29	M	0	0	0	0	9	0	0	0	0	9
	F	0	0	0	4	0	0	0	0	0	4
	Total	0	0	0	4	9	0	0	0	0	13
30-34	M	0	0	0	1	7	0	0	0	3	11
	F	0	0	0	3	3	0	0	0	0	6
	Total	0	0	0	4	10	0	0	0	3	17
35-39	M	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	F	0	0	0	1	2	0	0	0	0	3
	Total	0	0	0	1	3	0	0	0	0	4
40 ou mais anos	M	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	F	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	Total	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
		M	0	2	8	56	0	2	0	7	64
		F	0	2	23	36	0	1	0	1	133
		Total	0	4	29	47	0	3	0	8	217

Nível de Escolaridade

Em 31 de Dezembro de 2013, os trabalhadores distribuíam-se por cargo/carreira segundo o nível de escolaridade e gênero, nos termos constantes no quadro seguinte:



Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira, nível de escolaridade e género											
Quadro 4		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermediário	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente e Técnico	Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Menos de 4 anos de escolaridade	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4 anos de escolaridade	M	0	0	0	0	18	0	0	0	0	18
	F	0	0	0	0	13	0	0	0	0	13
	Total	0	0	0	0	31	0	0	0	0	31
6 anos de escolaridade	M	0	0	0	0	10	0	0	0	0	10
	F	0	0	0	1	10	0	0	0	0	11
	Total	0	0	0	1	20	0	0	0	0	21
9º ano ou equivalente	M	0	0	0	0	11	0	0	0	1	12
	F	0	0	0	0	12	0	0	0	0	12
	Total	0	0	0	0	23	0	0	0	1	24
11º ano	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	Total	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
12º ano ou equivalente	M	0	0	0	9	17	0	1	0	4	31
	F	0	0	0	27	32	0	0	0	1	60
	Total	0	0	0	36	49	0	1	0	5	91
Bacharelato	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	Total	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Licenciatura	M	0	2	8	2	0	0	1	0	2	13
	F	0	2	21	8	3	0	1	0	0	33
	Total	0	4	29	10	3	0	2	0	2	46
Mestrado	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2
	Total	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2
Doutoramento	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	M	0	2	8	11	58	0	2	0	7	84
	F	0	2	23	38	70	0	1	0	1	133
	Total	0	4	31	49	128	0	3	0	8	217

Trabalhadores Estrangeiros

Em 31 de Dezembro de 2013 havia registo de 1 trabalhador estrangeiro, pertencente à carreira de assistente operacional.

Quadro 5 - Contagem dos trabalhadores estrangeiros por cargo/carreira segundo a nacionalidade e género											
Quadro 5		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermediário	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente e Técnico	Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
União Europeia	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CRLP	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	Total	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
De Outros Países	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	Total	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1

Trabalhadores portadores de deficiência por cargo/carreira segundo o género



A 31 de Dezembro de 2013 exerciam funções neste Município, 2 trabalhadores que por motivo da sua deficiência beneficiavam de redução fiscal, distinguindo-se por cargo/carreira segundo escalão etário e género conforme o quadro 6 que se segue:

Quadro 6		Contagem dos trabalhadores portadores de deficiência por cargo/carreira segundo o género									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermediário	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente e Técnico	Gerais - Assistente e Operacional	Bombeiros	Informáticos	Policia Municipal	Outros	Total
Menos de 20 anos	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20 - 24	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
25 - 29	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30 - 34	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
35 - 39	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
40 - 44	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
45 - 49	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
50 - 54	M	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
55 - 59	M	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
60 - 64	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
65 - 69	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
70 ou mais anos	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	1	1	0	0	0	0	2

Trabalhadores admitidos e regressados

No ano de 2013, o conjunto de trabalhadores admitidos foram 6, conforme se apresenta no quadro seguinte:



		Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano por cargo/carreira segundo o modo de ocupação do posto de trabalho e género									
Quadro 7		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermediário	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente e Técnico	Gerais - Assistente e Operacionais	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Procedimento concursal	M	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	F	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2
	Total	0	0	2	0	0	0	1	0	0	3
Cedência de interesse	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mobilidade interna a órgãos ou	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Regresso de licença	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comissão de serviço	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
CEA GR/CEA GPA	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras situações	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	1	0	0	0	0	0	2	3
	F	0	0	1	0	0	0	1	0	1	3
	Total	0	0	2	0	0	0	1	0	3	6

Saídas

No decorrer do ano, quanto ao conjunto de trabalhadores, verificaram-se 10 saídas, conforme se apresenta no quadro abaixo.



Contagem das saídas de trabalhadores por cargo/carreira segundo o motivo de saída e o gênero											
Quadro 8		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermediário	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informáticos	Polícia Municipal	Outros	Total
Caducidade	M	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	F	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	Total	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2
Revogação (mútuo acordo)	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resolução ou Exoneração (iniciativa do empregador)	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resolução, Denúncia ou Exoneração (iniciativa do empregado)	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sanção disciplinar	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	M	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	F	0	0	0	1	3	0	0	0	1	5
	Total	0	0	0	1	3	0	0	0	2	6
Conclusão sem sucesso do período experimental	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fim da situação de mobilidade	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fim da situação de cedência de interesse	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Morte	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reforma/aposentação	M	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	F	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	Total	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Limite de idade	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cessação da comissão	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	1	0	1	0	0	0	1	3
	F	0	0	0	2	4	0	0	0	1	7
	Total	0	0	1	2	5	0	0	0	2	10

Postos de trabalho, previstos e não ocupados

Conforme se pode verificar no quadro abaixo mencionado, os postos de trabalho, previstos e não ocupados, que se reportam ao ano de 2013, foram 17.



Quadro 10	Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano por cargo / carreira segundo a dificuldade de recrutamento									
	Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermediário	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Não abertura de procedimento concursal	0	1	3	3	9	0	0	0	0	16
Impugnação do procedimento concursal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Falta de aprovação do órgão executivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Procedimento concursal im procedente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Procedimento concursal em desenvolvimento	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Totais	0	1	3	3	10	0	0	0	0	17

Mudanças de situação

Durante o ano de 2013 as mudanças de situação dos trabalhadores em exercício de funções no Município, apresentam-se no quadro seguinte:

Quadro 11	Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores durante o ano por cargo/carreira segundo o motivo o gênero										
		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermediário	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Promoções (carreiras não)	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Procedimento concursal	M	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	F	0	0	2	0	0	0	1	0	0	3
	Total	0	0	3	0	0	0	1	0	0	4
Consolidação da mobilidade	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alteração obrigatória do	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alteração do posic. remun. por	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alteração do posic. remun. por	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Totais	M	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	F	0	0	2	0	0	0	1	0	0	3
	Total	0	0	3	0	0	0	1	0	0	4



Trabalho Noturno

No ano de 2013 não se efetuaram horas de trabalho noturno, normal e extraordinário, conforme o quadro infra.

Quadro 14.1		Contagem das horas de trabalho noturno, normal e extraordinário, segundo o gênero	
		Valor	Total
Normal	M	0	0
	F	0	0
	Total	0	0
Extraordinário	M	0	0
	F	0	0
	Total	0	0
Totais	M	0	0
	F	0	0
	Total	0	0

Trabalho extraordinário diurno e noturno

No decorrer do ano de 2013 efetuou-se um total de 113 horas de trabalho extraordinário, diurno e noturno, conforme o quadro infra.

Quadro 14.2		Contagem das horas de trabalho extraordinário, diurno e noturno, segundo o gênero	
		Valor	Total
Extraordinário diurno	M	63	63
	F	50	50
	Total	113	113
Extraordinário noturno	M	0	0
	F	0	0
	Total	0	0
Totais	M	63	63
	F	50	50
	Total	113	113

Trabalho extraordinário em dias de descanso semanal e feriados

Durante o ano de 2013 efetuou-se um total de 707 horas, cuja contagem segundo o gênero, se apresenta nos termos do quadro seguinte:



Quadro 14.3		Contagem das horas em dias de descanso semanal e feriados segundo o gênero	
		Valor	Total
Descanso semanal obrigatório	M	121	121
	F	123	123
	Total	244	244
Descanso semanal complementar	M	229	229
	F	130	130
	Total	359	359
Feriados	M	78	78
	F	26	26
	Total	104	104
Totals	M	428	428
	F	279	279
	Total	707	707

Ausências ao trabalho

Em 2013, referente ao total de trabalhadores registraram-se 9155 dias de ausência consequência dos diversos tipos de faltas, férias, licenças parentais, entre outras, cuja distribuição por cargo/carreira se apresenta nos termos do quadro que se segue:



Quadro 15		Quantidade dos dias de ausência no trabalho durante o ano por cargo/carreira segundo o motivo da ausência e gênero									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermediário	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Casamento	M	0	0	0	15	0	0	0	0	0	15
	F	0	0	0	0	13	0	0	0	0	13
	Total	0	0	0	15	13	0	0	0	0	28
Proteção na paternidade	M	0	0	30	20	60	0	45	0	0	145
	F	0	0	442	145	648	0	0	0	0	1235
	Total	0	0	472	165	708	0	45	0	0	1380
Falecimento de familiar	M	0	0	1	0	3	0	0	0	0	4
	F	0	0	6	5	7	0	0	0	0	18
	Total	0	0	7	5	10	0	0	0	0	22
Doença	M	0	15	0	38	685	0	32	0	0	748
	F	0	0	64	183	609	0	0	0	0	766
	Total	0	15	64	220	1174	0	32	0	0	1.514,00
Por acidente em serviço ou doença profissional	M	0	0	0	0	26	0	0	0	0	26
	F	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
	Total	0	0	0	0	28	0	0	0	0	28
Assistência a familiares	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	14	3	29	0	0	0	0	46
	Total	0	0	14	3	29	0	0	0	0	46
Trabalhador-estudante	M	0	0	0	32	0	0	17	0	7	56
	F	0	0	12	40	13	0	2	0	0	67
	Total	0	0	12	72	13	0	19	0	7	123
Por conta do período de férias	M	0	32	170	308	1.571,00	0	48	0	140	2.290,00
	F	0	37	679	983,00	1.907,00	0	0	0	0	3.513,00
	Total	0	69	749	1301	3478	0	48	0	140	5.782,00
Com perda de vencimento	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cumprimento de pena disciplinar	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Greve	M	0	1	0	1	12	0	0	0	0	14
	F	0	0	0	10	17	0	0	0	0	27
	Total	0	1	0	11	29	0	0	0	0	41
Injustificadas	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	M	0	0	4	12	30	0	3	0	0	49
	F	0	1	37	38	67	0	1	0	0	142
	Total	0	1	41	50	97	0	4	0	0	191
Totais	M	0	48	205	424	2357	0	145	0	147	3.328,00
	F	0	38	1151	1426	3212	0	3	0	0	6.820,00
	Total	0	86	1356	1849	5569	0	148	0	147	9.150,00

Total de encargos com pessoal

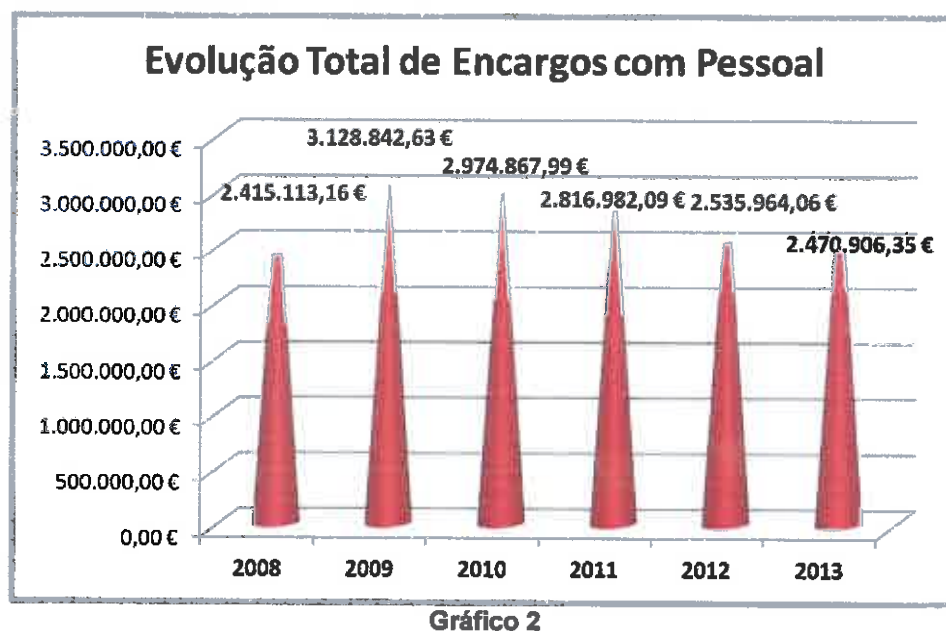
Gráfico 2



Em 2013 registou-se um total de 2.470.906,35€ com "Encargos com Pessoal", distribuídos nos termos do quadro que se segue.

[1] No quadro em apreço e para efeitos de balanço social não são relevadas as despesas com os Eleitos Locais, Contribuições para CGA e Segurança Social, Seguros de Pessoal e Reembolsos com a ADSE.

Quadro 18 Total dos encargos com pessoal durante o ano	
Tipos de Encargos[1]	Valor
Remunerações base	2.021.086,08 €
Suplementos remuneratórios	27.182,44 €
Prémios de desempenho	0,00 €
Prestações sociais	230.210,46 €
Outros encargos com pessoal	192.427,37 €
Total:	2.470.906,35 €



Como facilmente se pode constatar no gráfico, apesar de no ano de 2009 se ter aumentado a despesa com pessoal, por motivo de acréscimo do n.º de trabalhadores, (pessoal proveniente do Agrupamento de Escolas de Mira) tem se vindo a reduzir gradualmente a partir de 2010. Constatamos que do ano de 2012 para 2013, houve uma redução de 65.057,71€ nos encargos com o pessoal.



Suplementos remuneratórios

Verificou-se no decorrer do ano de 2013 um encargo de 27.182,44€ em suplementos remuneratórios, que se distribui nos termos do quadro infra comparativamente com o inscrito no quadro supra.

Quadro 18.1 Encargos com suplementos remuneratórios	
Tipos de Suplementos Remuneratórios	Valor
<i>Trabalho extraordinário (diurno e noturno)</i>	614,32 €
Trabalho normal noturno	- €
<i>Trab. dias desc. semanal, compl. e feriados (n incluído em trab. ext.)</i>	4.182,63 €
Disponibilidade permanente	- €
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	- €
<i>Risco, penosidade e insalubridade</i>	3.658,68 €
Fixação na periferia	- €
<i>Trabalho por turnos</i>	5.868,87 €
<i>Auxílio para família</i>	2.987,54 €
Participação em reuniões	- €
<i>Ajudas de custo</i>	918,99 €
<i>Representação</i>	8.637,31 €
Secretariado	- €
Outros suplementos remuneratórios	- €
Total:	27.182,44 €

Prestações sociais

Handwritten signatures and initials:
 H
 Q
 9.
 Quif



Novamente e comparando com o quadro 18 supra, registou-se um encargo de 230.210,46€ em prestações sociais que se apresentam distribuídas nos termos infra.

Quadro 18.2 Prestações sociais	
Tipos de Prestações Sociais	Valor
Abono de família	20.552,96 €
Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade	8.348,35 €
Subsídio de educação especial	- €
Subsídio mensal vitalício	- €
Subsídio de refeição	201.309,15 €
Subsídio de funeral	- €
Subsídio por morte	- €
Benefícios sociais	- €
Outras prestações sociais	0,00 €
Total:	230.210,46 €

No gráfico abaixo podemos visualizar em qual das parcelas relativas a prestações sociais se despendeu mais.

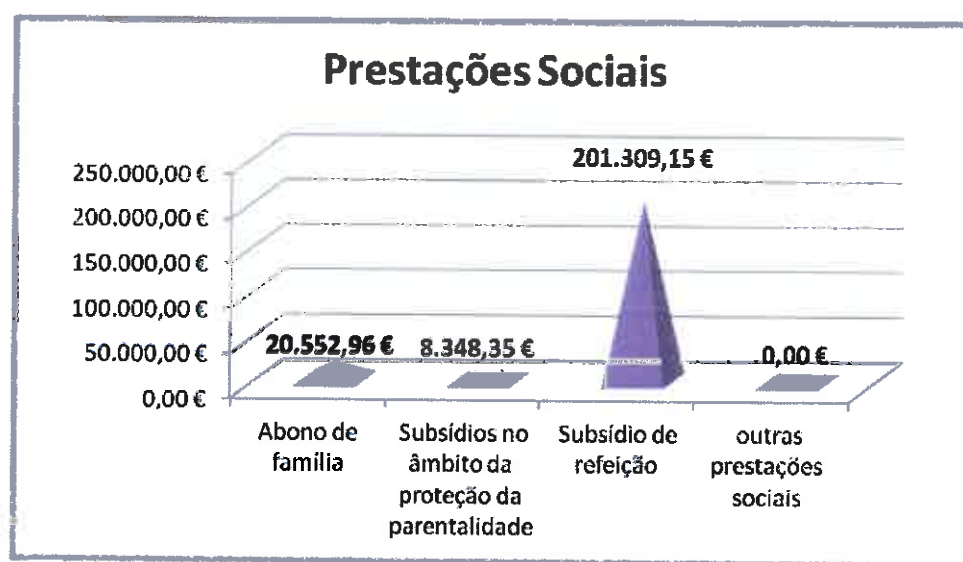


Gráfico 3

Benefícios sociais

Em 2013 não foram registados encargos com benefícios sociais, conforme inscrito no quadro infra.



Quadro 18.2.1 Benefícios de apoio social	
Tipos de Prestações de Ações Sociais Complementares	Valor (€)
Grupos desportivos / casa de pessoal	0
Refeitórios	0
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	0
Colónias de férias	0
Apoio a estudos	0
Apoio socioeconómico	0
Outros benefícios	0
Total:	0

Higiene e Segurança Acidentes em serviço

No decorrer do ano de 2013, registaram-se 3 acidentes de trabalho no local de trabalho, conforme inscrito no quadro 19.1.



Quadro 19.1		Contagem dos acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa por gênero (No local de trabalho)				
		Total	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortais
Número total de acidentes	M	2	0	1	0	0
	F	1	1	0	0	0
	Total	3	1	1	0	0
Número de acidentes com baixa	M	1	0	1	0	0
	F	1	1	0	0	0
	Total	2	1	1	0	0
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	26	0	26	0	0
	F	2	2	0	0	0
	Total	28	2	26	0	0
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	510	7	282	221	0
	F	197	0	77	120	0
	Total	707	7	359	341	0



Quadro 19.2		Contagem dos acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa por género (In itinere)				
		Total	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortais
Número total de acidentes	M	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0
Número de acidentes com baixa	M	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0

No entanto não se registou qualquer acidente de trabalho *in itinere*, como se poderá verificar no quadro 19.2.



Quadro 19.2		Contagem dos acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa por género (In itinere)				
		Total	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortais
Número total de acidentes	M	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0
Número de acidentes com baixa	M	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0

Casos de incapacidade durante o ano

No ano de 2013, como se pode constatar no quadro infra foram registados 2 casos de incapacidade temporária e parcial.



Quadro 20 Contagem dos casos de incapacidade declarados durante o ano relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente	
Casos de Incapacidade	Valor
Casos de incapacidade permanente absoluta	0
Casos de incapacidade permanente parcial	0
Casos de incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual	0
Casos de incapacidade temporária e absoluta	0
Casos de incapacidade temporária e parcial	2

Doenças profissionais

Durante o ano de 2013 não se verificaram situações de ausência por motivo de doença profissional.

Quadro 21 Contagem das situações de doença profissional registadas durante o ano			
Doença Profissional	Códigos D. Profissional	N.º de Casos	Dias de Ausência
Doenças provocadas por agentes químicos		0	0
Doenças do aparelho respiratório		0	0
Doenças cutâneas e outras		0	0
Doenças provocadas por agentes físicos		0	0
Doenças infecciosas e parasitárias		0	0
TOTAL:		0	0



Atividades de medicina no trabalho e encargos

Quadro 22 - Contagem das atividades de medicina no trabalho e respetivos encargos		
Atividades de Medicina	Número	Total (Euros)
Total dos exames médicos efetuados	0	0
Exames de admissão	0	0
Exames periódicos	0	0
Exames ocasionais e complementares	0	0
Exames de cessação de funções	0	0
Despesas com medicina no trabalho		0,00
Visitas aos postos de trabalho	0	
TOTAL:	0	0,00

Intervenção das comissões de segurança e saúde no trabalho

Quadro 23 Contagem das intervenções das comissões de higiene e segurança ocorridas durante o ano, por tipo	
Tipos de Intervenção de Higiene e Segurança	Total
Reuniões da Comissão	0
Visitas aos Locais de Trabalho	0
Outras	0
TOTAL:	0

Ações de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional

No ano de 2013 não se verificou nenhuma ação de reintegração, conforme o quadro abaixo demonstra.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Quadro 24 Contagem dos trabalhadores sujeitos a mobilidade interna durante o ano em resultado de acidentes de trabalho ou doença incapacitante	
Mobilidade Interna	N.º Trab.
Alteração das funções exercidas	0
Formação profissional	0
Adaptação do posto de trabalho	0
Alteração do regime de trabalho	0
Mobilidade Interna	0

Ações de formação e sensibilização em matérias de segurança e saúde no trabalho

Durante o ano não foram efetuadas ações de formação e sensibilização em matéria de higiene e segurança no trabalho.

Quadro 25 Contagem das ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho	
Ações de formação em higiene e segurança	Total
Ações de formação e de sensibilização realizadas	0
Trabalhadores abrangidos pelas ações realizadas	0
Total:	0

Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '9.5' and a signature.



De acordo com o quadro 26 onde se menciona o registo de custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais podemos constatar que houve despesas com a aquisição de equipamentos de proteção.

Quadro 26 Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais	
Tipos de Custo de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais	Valor (€)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho	0
Equipamentos de proteção	4.990,92
Formação em prevenção de riscos	0
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais	0
Total:	4.990,92

Formação Profissional

Ações de formação

Em 2013 registou-se a participação de trabalhadores, deste Município, em 31 ações de formação, distribuindo-se, nos termos do quadro seguinte.

Quadro 27	Contagem das ações de formação profissional por tipo segundo a duração da ação				
	Menos de 30 Horas	De 30 a 59 Horas	De 60 a 119 Horas	120 Horas ou mais	Total
Internas	0	0	0	0	0
Externas	27	4	0	0	31
Totais:	27	4	0	0	31

Participantes em ações de formação

Efetuaram-se 117 participações em ações de formação durante o ano de 2013, cuja distribuição consta no quadro infra.

h
g.
W
C
9



Quadro 28	Contagem relativa à participação em ações de formação durante ano por cargo/carreira segundo o tipo de ação e género									
	Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermediário	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	Total
Internas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Externas	0	12	34	45	18	0	1	0	7	117
Totais	0	12	34	45	18	0	1	0	7	117

Horas despendidas em formação profissional

Conforme o quadro supra, foram despendidas 1626 horas em formação, cuja distribuição se apresenta nos termos do quadro que se segue.

Quadro 29	Contagem relativa às horas despendidas em ações de formação durante ano por cargo/carreira segundo o tipo de ação e género									
	Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermediário	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	Total
Internas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Externas	0	147	320	445	574	0	14	0	126	1.626,00
Totais	0	147	320	445	574	0	14	0	126	1.626,00

Despesas anuais com formação

Em 2013 a despesa total com formação profissional foi de 1280,00€.

Quadro 30 Despesas anuais com formação profissional	
Tipos de Ação de Formação para Despesas	Valor
Internas	0
Externas	1.280,00
Total:	1.280,00

Relações Profissionais

Em 31 de Dezembro de 2013 encontravam-se sindicalizados 100 trabalhadores, dos quais 60 ao STAL⁵, 3 ao STFP⁶, 29 ao SINTAP⁷ e 8 ao STFPC⁸.

⁵ Sindicato dos trabalhadores da Administração Local

⁶ Sindicato dos trabalhadores da Função Pública

⁷ Sindicato de trabalhadores da Administração Pública

⁸ Sindicato dos trabalhadores da Função Pública do Centro

Quadro 31 Relações Profissionais	
Tipos de Relação Profissional	Número
Número de trabalhadores sindicalizados	100
Número de elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	0
Total de votantes para comissões de trabalhadores	0

Disciplina

Em 2013 não se verificaram processos de disciplina.

Quadro 32 Disciplina	
Tipos de Processo	Número
Processos Transitados do Ano Anterior	0
Processos Instaurados durante o Ano	0
Processos Transitados para o Ano Seguinte	0
Processos Decididos	
Arquivados	0
Repreensão escrita	0
Multa	0
Suspensão	0
Despedimento por facto imputável ao funcionário	0
Cessação da comissão de serviço	0

Eleitos

Quanto ao n.º de eleitos para o Município de Mira temos a seguinte distribuição:

Quadro 33 Eleitos	Regime permanência - tempo inteiro - câmara	Regime permanência - meio tempo - câmara municipal -	Regime não permanência - câmara municipal	Regime não permanência - assembleia municipal
N.º eleitos	3	0	3	25

Gabinetes de Apoio Pessoal

No que se refere aos Gabinetes de Apoio pessoal podemos verificar a sua distribuição no quadro abaixo mencionado.

[Handwritten signatures and initials]



Quadro 34 Gabinetes de Apoio Pessoal	Do mapa de pessoal do município	De outra entidade pública, com vínculo à Administração Pública	Sem vínculo à Administração Pública	Total
Chefe do Gabinete	0	0	0	0
Adjuntos	0	0	1	1
Secretários	0	0	2	2
Total	0	0	3	3

Dirigentes e Equiparados

Quanto ao n.º de dirigentes ou equiparados existentes no Município de Mira podemos constatar que estavam previstos 5 cargos. No entanto a 31 de dezembro de 2013 só estavam providos 4 lugares.

Quadro 35 Dirigentes e Equiparados	Dirigente Superior	Dirigente intermédio de 1º grau	Dirigente intermédio de 2º grau	Dirigente intermédio de 3º grau ou inferior	Chefe de equipa multidisciplinar (Dir. Dep.)	Chefe de equipa multidisciplinar (Chefe Div. Mun.)	Total
Nº de cargos previstos em regulamento municipal	0	0	4	1	0	0	5
Nº de cargos providos em 31/12	0	0	4	0	0	0	4

71
9. 9
Cuijff



V - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

V.1 - COMPONENTE ECONÓMICA

A - Proveitos

Em 2013 os Proveitos do exercício totalizaram € 9.751.904,74, distribuídos pelas rubricas do quadro abaixo indicadas:

Anos	2010 (€)		2011 (€)		2012 (€)		2013 (€)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e Prestações de Serviços	1.477.966,43	14,98	1.360.093,70	14,63	1.418.532,18	15,16	1.390.388,93	14,26
Impostos e Taxas	2.329.908,47	23,62	2.369.922,01	25,12	2.268.449,82	24,24	2.857.099,96	29,30
Proveitos Suplementares	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Transferências e Subsídios Obtidos	5.558.339,94	56,34	5.214.740,85	55,28	5.223.688,69	55,81	4.987.495,73	51,14
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Proveitos Operacionais	9.366.214,84	94,94	8.964.756,56	95,04	8.910.670,69	95,20	9.234.984,62	94,70
Proveitos e Ganhos Financeiros	12.055,38	0,12	13.073,44	0,14	9.972,86	0,11	11.966,68	0,12
Proveitos e Ganhos Extraordinários	487.361,65	4,94	454.830,87	4,82	439.325,97	4,69	504.953,44	5,18
Total dos Proveitos	9.865.631,87	100,0	9.432.660,87	100,0	9.359.969,52	100,0	9.751.904,74	100,0

Analisando a composição dos proveitos do ano 2013, verifica-se que as transferências e subsídios obtidos continuam a representar a grande parte dos proveitos, 51,14%, seguindo-se os impostos e taxas com 29,30% e as vendas e prestações de serviços com 14,26%.





B - Custos

Os custos e perdas da Autarquia no exercício de 2013 ascenderam a € 11.495.033,57, repartidos da seguinte forma:

Anos	2010 (€)		2011 (€)		2012 (€)		2013 (€)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Fornecimentos e Serviços Externos	3.243.630,39	36,31	3.188.501,67	35,17	3.379.700,11	39,66	3.333.679,65	29,00
Custos com o Pessoal	3.860.068,84	43,21	3.823.273,28	42,17	3.329.146,22	30,07	3.649.734,29	31,75
Transf. Subs Corr Concedidos e Prest. Soc.	360.080,20	4,03	291.640,54	3,22	225.149,42	2,64	374.916,46	3,26
Amortizações do Exercício	1.130.497,84	12,74	1.277.144,40	14,09	1.295.750,81	15,20	1.283.077,25	11,16
Provisões do Exercício	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	1.591.176,26	13,84
Outros Custos e Perdas Operacionais	46.717,79	0,52	53.668,52	0,59	56.478,53	0,66	32.055,18	0,28
Custos e Perdas Operacionais	8.648.995,06	96,82	8.634.228,51	95,24	8.286.225,09	97,23	10.264.639,07	89,30
Custos e Perdas Financeiros	208.166,10	2,33	207.125,21	2,28	165.813,66	1,95	573.994,30	4,99
Custos e Perdas Extraordinários	75.968,70	0,85	224.336,62	2,47	69.947,51	0,82	656.400,20	5,71
Total dos Custos	8.933.129,86	100,0	9.065.690,34	100,0	8.521.986,26	100,0	11.495.033,57	100,0

A estrutura dos custos incorridos em 2013 altera-se significativamente em relação aos anos anteriores, sendo as componentes mais representativas os fornecimentos e serviços externos, custos com pessoal e as amortizações.

Surgem as provisões do exercício, uma nova componente representando 13,84% da totalidade dos custos. Estas provisões devem-se ao reconhecimento da potencial responsabilidade no passivo da Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque (AIBAP) (1.501.742,37 €) e à criação de provisões para cobranças duvidosas dos clientes e contribuintes do município (89.433,89 €). O valor e a forma de apuramento destas provisões são detalhados nas Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

A subida dos custos com pessoal, como já referido, resulta do pagamento integral do subsídio de férias em 2013, por imposições legais, o que não aconteceu em 2012. Deve-se também ao aumento da taxa de contribuição do município para a Caixa Geral de Aposentações, passou de 15% em 2012 para 20% em 2013.

O aumento dos custos e perdas financeiros resulta da imparidade da participação financeira na AIBAP. Da totalidade destes custos (573.994,30 €), 517.508,00 € dizem respeito ao reconhecimento dessa imparidade. Para a reconhecer foi criada uma provisão para investimentos financeiros, afetando a subida destes custos

Analisando os custos extraordinários constata-se uma grande subida em relação ao ano anterior. Este montante (656.400,20 €) justifica-se na sua maioria pelas transferências de capital concedidas ao Polis Litoral Ria de Aveiro, ascendendo a 551.068,00 € (destes estão em dívida 451.068,00 €). O remanescente refere-se a transferências de capital para freguesias e instituições/associações.



C - Resultados

Unidade: Euros

Anos	2009	2010	2011	2012	2013
Resultados Operacionais (a)	963.255,82	717.219,78	330.528,05	624.445,80	-1.029.654,45
Resultados Financeiros (b)	-138.808,59	-196.110,72	-194.051,77	-155.840,80	-562.027,62
Resultados Correntes (a+b)	824.447,23	521.109,06	136.476,28	468.604,80	-1.591.682,07
Resultados Extraordinários (c)	165.659,32	411.392,95	230.494,25	369.378,46	-151.446,76
Resultados Líquido do Exercício (a+b+c)	990.106,55	932.502,01	366.970,53	837.963,26	-1.743.128,83

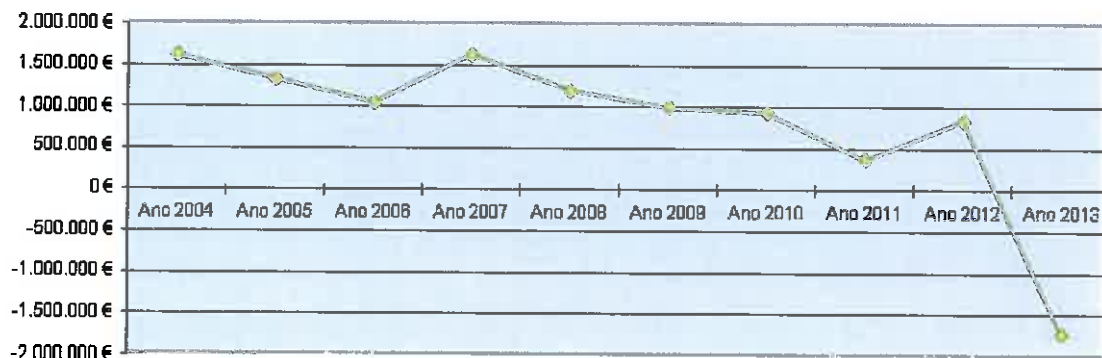
Os resultados líquidos tornaram-se negativos devido à introdução de provisões para riscos e encargos, para cobranças duvidosas, para investimentos financeiros e o aumento das transferências de capital. Expurgando as provisões para cobrança duvidosa e riscos e encargos no montante de 1.591.176,26 €, os resultados correntes seriam positivos em 561.521,81 €.

De igual forma, retirando aos resultados financeiros a provisão para investimentos financeiros (517.508,00 €), estes, em vez de serem -562.027,62, seriam só negativos no montante de 44.519,62. O que resultaria no melhor valor de resultados financeiros dos anos possíveis de comparar no quadro acima.

Assim, os resultados líquidos integram 2.108.684,26 € referentes a provisões e 551.068,00€ de transferências de capital para o Polis, o que fez condicionar de fortemente o valor negativo obtido (-1.743.128,83) €.



Evolução do Resultado Líquido do Exercício



V.2 - COMPONENTE FINANCEIRA

A - Activo

Anos	2010 (€)		2011 (€)		2012 (€)		2013 (€)	
ACTIVO	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imobilizado								
Bens do Domínio Público	14.088.335,31	12,50	14.421.838,68	12,75	14.016.704,17	12,44	13.499.022,95	12,03
Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações corpóreas	97.005.582,23	86,08	97.179.668,28	85,93	97.097.773,05	86,19	97.292.919,80	86,70
Investimentos Financeiros	629.243,00	0,56	629.243,00	0,56	629.243,00	0,56	111.735,00	0,10
Circulante								
Existências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de Terceiros - Médio L. Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	261.653,23	0,23	92.743,69	0,08	113.685,82	0,10	133.228,20	0,12
Títulos Negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em Inst. Financeiras e Caixa	690.356,96	0,61	753.634,08	0,67	783.826,75	0,70	1.167.668,04	1,04
Acréscimos e Diferimentos	10.724,40	0,01	12.057,54	0,01	9.870,72	0,01	9.047,34	0,01
Total do Activo	112.685.895,13	100	113.089.185,27	100	112.651.103,51	100	112.213.622,33	100

Analisando os dados apresentados, verifica-se que a estrutura e composição do ativo permanecem em linha com os anos anteriores.

**B - Capital Próprio e Passivo**

Anos	2010 (€)		2011 (€)		2012 (€)		2013 (€)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FUNDOS PRÓPRIOS								
Património	90.074.512,52	79,93	90.074.512,52	79,65	90.074.512,52	79,96	90.083.413,49	80,28
Reservas Legais	8.783.047,09	7,79	9.715.549,10	8,59	10.082.519,63	8,95	10.920.502,89	9,73
Resultado Líquido Exercício	932.502,01	0,83	366.970,53	0,32	837.983,26	0,74	-1.743.128,83	-1,55
PASSIVO								
Provisões para Riscos e Encargos	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	1.501.742,37	1,34
Provisões para Cobranças Duvidosas	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	89.433,89	0,08
Dívidas a Terceiros - Médio L. Prazos	3.232.267,85	2,87	2.733.695,53	2,42	2.232.582,02	1,98	1.721.594,62	1,53
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	4.215.754,02	3,74	4.124.036,24	3,65	2.233.180,04	1,98	1.998.091,75	1,78
Acréscimos e diferimentos	5.447.811,64	4,83	6.074.421,35	5,37	7.190.326,04	6,38	7.641.972,15	6,81
Total Fundos Próprios + Passivo	112.685.895,13	100	113.089.185,27	100	112.651.103,51	100	112.213.622,33	100

Quando à evolução dos fundos próprios e do passivo, pode verificar-se a existência de provisões, já descritas anteriormente, sendo uma componente nova no passivo. Constatam-se também a evolução negativa dos resultados líquidos, decorrente dos custos associados às provisões.

76

[Handwritten signatures and initials]



VI – CONCLUSÃO

O Ano 2013, à semelhança dos anos anteriores, foi para as autarquias mais um ano de cortes nas transferências recebidas do estado, de contenção na despesa, de congelamento de admissões de trabalhadores, de aumento de burocracias com reportes de Informação financeira, de mudanças nas regras legais a uma velocidade estonteante, etc.

Foi mais um ano em que as autarquias se tiveram de reinventar, de otimizar os seus recursos financeiros e humanos, muito para além do que já é aceitável, muitas vezes com bastante sacrifício dos seus trabalhadores, dirigentes e representantes, que, apesar das diminuições salariais, e do atrofamento financeiro imposto às autarquias, esforçam-se para continuar a dar uma resposta digna às necessidades apresentadas pelas populações, cada vez mais empobrecidas e a necessitarem de mais respostas e apoios.

Atendendo a que esta prestação de contas abrange um ano de mudança de mandato autárquico, ela traduz os compromissos em que o município se envolveu, descrevendo o mais fielmente possível a posição financeira do município.

Temos, pela primeira vez, a introdução do reconhecimento nas demonstrações financeiras de potenciais riscos que podem advir para o município. Factos que nunca constaram nestes documentos financeiros. Estes riscos traduziram-se na obtenção de resultados líquidos negativos. Não poderíamos nem seria correto, nem seria compatível com a nossa forma de estar, ocultar esta informação!

Apesar deste constrangimento, continuaremos a trabalhar com afinco para ultrapassar estas dificuldades e estes alertas que as contas nos apresentam.

Por se terem alterado de sobremaneira os recursos financeiros do município, mesmo assim, estamos convictos que continuando a gerir os destinos deste Concelho com muito realismo, exigência, rigor e muita determinação, levaremos o nosso Concelho rumo a um futuro melhor para as gerações vindouras.

Não nos faltará o ânimo!

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'N' and a signature that appears to be 'Mira'.



78
W
C
Q
Q



VII – NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTA INTRODUTÓRIA

As Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados integram os Anexos às Demonstrações Financeiras e são apresentadas nos termos do ponto 2.4 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), com o objetivo de *"facultar aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras, ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo"*.

Nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2013 foi ainda tido em conta o pressuposto da continuidade das operações e os princípios previstos no ponto 3.2 do POCAL, nomeadamente do custo histórico, da prudência, da consistência, da especialização do exercício, da materialidade e da não compensação.

8.2.1 – Derrogações do POCAL

Não são usadas as contas da classe 3 – Existências.

Não existem dados para o apuramento de valores relativos a obras por administração direta.

Não tendo ainda implementada uma contabilidade de custos nos termos previstos no POCAL, o Município de Mira continua a utilizar a classificação orgânica para apurar os gastos das atividades.

8.2.2 – Comparabilidade do Balanço e da Demonstração de Resultados

Todos os dados são comparáveis com os do ano anterior.

8.2.3 – Critérios valorimétricos

A) IMOBILIZADO

O ativo imobilizado foi valorizado nos termos do POCAL e do CIBE, ao custo de aquisição, acrescido de eventuais despesas com a sua aquisição, excetuando alguns bens do balanço inicial, cujo valor atribuído foi baseado em critérios técnicos adequados à sua natureza aquando do inventário inicial.

Como critério valorimétrico na contabilização dos bens adquiridos durante este exercício, foi utilizado o valor de aquisição ou de produção.

O método adotado para o cálculo das amortizações foi o das quotas constantes, tendo sido aplicadas as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril, que instituiu o CIBE

h
79
9
9
9

**B) INVESTIMENTOS FINANCEIROS**

As participações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição.

C) CIRCULANTE

Como já foi referido, não são usadas as contas da Classe 3, logo não se aplicaram critérios.

D) DÍVIDAS DE E A TERCEIROS

As dívidas de e a terceiros foram contabilizadas pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam.

E) DISPONIBILIDADES

Os depósitos em Instituições financeiras e os montantes constantes em caixa representam o valor dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos à ordem e a prazo. Todas as importâncias estão tituladas em moeda "Euro" e pelo seu valor facial.

H) PROVISÕES

Os critérios valorimétricos utilizados para constituição de provisões foram os seguintes:

- Provisões para cobranças duvidosas: importâncias constantes nos documentos que titulam as dívidas acrescido de antiguidade dessas mesmas dívidas.
- Provisões para riscos e encargos: dívida da entidade participada vezes a percentagem de participação do município na entidade – Método da Equivalência Patrimonial.
- Provisão para Investimentos Financeiros: o custo de aquisição do investimento/participação.

I) – ESPECIALIZAÇÃO DE CUSTOS E PROVEITOS POR EXERCÍCIO**Explicitação dos movimentos ocorridos nas contas de Acréscimos e Diferimentos**

I-a) ACRÉSCIMOS DE CUSTOS (conta 273): custos ainda não documentados mas que se devem incluir nas demonstrações financeiras do exercício (custos a incluir na Demonstração de Resultados; passivo a incluir no Balanço).

MAPA DE LANÇAMENTOS EM ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

h
9.9
Cust



Descrição dos Custos	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
	Conta Custos Acrescida	Acréscimos de Custos	
Subsídio de Férias – Remunerações a liquidar - CT Indeter. (anterior nomeação)	6421101	2732	116.526,60 €
Subsídio de Férias – Remunerações a liquidar - CT Indeter.	6421102	2732	45.105,84 €
Subsídio de Férias – Remunerações a liquidar - CT Certo	642121	2732	5.386,08 €
		Sub-Total	167.018,52 €
Caixa Geral de Aposentações de Dez. 2013, só paga em Jan. 2014 (CTFP - TI)	6452	2739	26.399,05 €
Segurança Social de Dez. 2013 só paga em Jan. 2014 (Pessoal CTFP - TI)	6453	2739	11.640,00 €
Segurança Social de Dez. 2013 só paga em Jan. 2014 (Outros)	6454	2739	4.194,42 €
Contribuição para a CGA por subsídio de férias a liquidar – CT Indeter. (anterior nomeação)	6452	2739	27.675,07 €
Contribuição para a Seg. Social por subsídio de férias a liquidar – CT Indeter.	6453	2739	10.647,23 €
Contribuição para a Seg. Social por subsídio de férias a liquidar – CT Certo	6454	2739	1.011,75 €
		Sub-Total	81.567,52 €
TOTAL			248.586,04 €

I-b) CUSTOS DIFERIDOS (conta 272): despesas ainda não consumidas, reduzindo os custos na Demonstração de Resultados e incluídas no ativo do Balanço.

MAPA DE LANÇAMENTOS EM CUSTOS DIFERIDOS			
	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
	Custos diferidos	Contas de custos	
Seguros ramo automóvel e outros	2729	62223	7.765,00 €
Seguro acidentes de trabalho	2729	646	1.282,34 €
TOTAL			9.047,34 €

I-c) ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS (conta 271): proveitos ainda não documentados mas incluídos na Demonstração de Resultados e consequentemente ativos no Balanço (sem movimentos);

I-d) PROVEITOS DIFERIDOS (conta 274): receitas que só devem ser considerados proveitos à medida que ocorrerem os respetivos custos, passivo no Balanço e proveitos na Demonstração de Resultados, na proporção em que ocorrem os custos.

MAPA DE LANÇAMENTOS EM PROVEITOS DIFERIDOS			
	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
Piscina Municipal			
Parte no saldo final de 2012 da conta			1.416.664,28 €



MAPA DE LANÇAMENTOS EM PROVEITOS DIFERIDOS			
	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
274541 – Proveitos Diferidos - FEDER			
Reconhecimento do proveito, referente à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	19.406,36 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 19.406,36 € durante 72 anos (2014 – 2085)		1.397.257,92 €
Casa da Música			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER			209.898,36 €
Reconhecimento do proveito, referente à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	2.875,32 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 2.875,32 € durante 72 anos (2014 – 2085)		207.023,04 €
Abastecimento de Água IV Fase			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER			109.672,11 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	12.185,79 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 12.185,79 € durante 08 anos (2014 – 2021)		97.486,32 €
Recuperação de Obras Danificadas pelas Intempéries			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER			264.163,00 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	26.416,30 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 26.416,30 € durante 09 anos (2014 – 2022)		237.746,70 €
Pré-Escola da Praia			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER			60.629,03 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	853,93 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 853,93 € durante 70 anos (2014 – 2083)		59.775,10 €
Pré-Lentisqueira			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER			30.588,39 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	443,31 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 443,31 € durante 68 anos (2014– 2081)		30.145,08 €
Centro Cultural da Praia de Mira			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER			211.633,96 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	2.980,76 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 2.980,76 € durante 70 anos (2014 – 2083)		208.653,20 €
Escola de Cabeças Verdes			
Parte no saldo final de 2012 da conta 2745 – Proveitos Diferidos - FEDER			77.622,24 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	1.124,96 €
Parte no saldo final de 2013 da conta	a considerar proveitos de 1.124,96 € durante 68 anos (2014 – 2081)		76.497,28 €



MAPA DE LANÇAMENTOS EM PROVEITOS DIFERIDOS			
	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
274541 – Proveitos Diferidos - FEDER			
Ponte Vala da Cana			
Parte no saldo final de 2012 da conta 2745111 – Proveitos Diferidos – Cooperação Técnica e Financeira			60.827,00 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	2745111 – Proveitos diferidos – Coop. Técnica	7983 – Transferências de Capital	4.679,00 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 2745111 – Proveitos Diferidos – Coop. Técnica e Financeira	a considerar proveitos de 4.679,00 € durante 12 anos (2014 – 2025)		56.148,00 €
Pavimentação de Estradas nas Freguesias do Concelho de Mira			
Parte no saldo final de 2012 da conta 2745111 – Proveitos Diferidos – Cooperação Técnica e Financeira			89.874,20 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	2745111 – Proveitos diferidos – Coop. Técnica	7983 – Transferências de Capital	6.913,40 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 2745111 – Proveitos Diferidos – Coop. Técnica e Financeira	a considerar proveitos de 6.913,40 € durante 12 anos (2014 – 2025)		82.960,80 €
Requalificação do Largo Feira Portomar			
Parte no saldo final de 2012 da conta 2745111 – Proveitos Diferidos – Cooperação Técnica e Financeira			166.024,00 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	2745111 – Proveitos diferidos – Coop. Técnica	7983 – Transferências de Capital	10.376,50 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 2745111 – Proveitos Diferidos – Coop. Técnica e Financeira	a considerar proveitos de 10.376,50 € durante 16 anos (2014 – 2028)		155.647,50 €
Passagem Inferior Percurso Pedonal Ecomira			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			74.534,40 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	1.035,20 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 1.035,20 € durante 71 anos (2014 – 2084)		73.499,20 €
Apoio da Pista Pedonal Ecomira			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			37.551,90 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	528,90 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 528,90 € durante 70 anos (2014 – 2083)		37.023,00 €
Prolongamento do Percurso Pedonal Ecomira			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			55.593,83 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	4.304,91 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 4.304,91 € durante 12 anos (2014 – 2025)		51.658,92 €
Abastecimento de Água ao Cabeço			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			39.710,71 €



MAPA DE LANÇAMENTOS EM PROVEITOS DIFERIDOS			
	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	3.054,67 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 3.054,67 € durante 12 anos (2014 – 2025)		36.656,04 €
Requalificação do Parque de Campismo			
Parte no saldo final de 2012 da conta 2745111 – Proveitos Diferidos – Coop. Técnica e Financeira			576.690,27 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	2745111 – Proveitos diferidos – Coop. Técnica	7983 – Transferências de Capital	8.357,83 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 2745111 – Proveitos Diferidos – Coop. Técnica e Financeira	a considerar proveitos de 8.357,83 € durante 68 anos (2014 – 2081)		568.332,44 €
Infraestruturas de Apoio à Pesca da Praia de Mira			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			627.445,95 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	41.829,73 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 41.829,73 € durante 14 anos (2014 – 2027)		585.616,22 €
Remodelação da Escola de Casal de S. Tomé			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			201.896,07 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	2.926,03 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 2.926,03 € durante 68 anos (2014 – 2081)		198.970,04 €
Execução do 1º Relvado Sintético do Município de Mira			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			221.601,30 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	14.773,42 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 14.773,42 € durante 14 anos (2014 – 2027)		206.827,88 €
Correção do Traçado e Repavimentação da Variante Sul			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			536.162,08 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	33.510,13 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 33.510,13 € durante 15 anos (2014 – 2028)		502.651,95 €
Núcleo Museológico			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			284.070,41 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	4.116,96 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 4.116,96 € durante 68 anos (2014 – 2081)		279.953,45 €
Clube Náutico			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			176.304,48 €



MAPA DE LANÇAMENTOS EM PROVEITOS DIFERIDOS			
	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	9.794,69 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 9.794,69 € durante 17 anos (2014 – 2030)		166.509,79 €
Instalações Sanitárias Praia de Mira (Instalações Sanitárias - 1 hora)			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			47.207,64 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	2.622,65 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 2.622,65 € durante 17 anos (2014 – 2030)		44.584,99 €
Polo Educativo Zona Sul			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			277.982,32 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	3.610,16 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 3.610,16 € durante 76 anos (2014 – 2089)		274.372,16 €
Infraestruturas Energia Elétrica – Ampliação Requalificação Z.I. Polo II			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			465.524,82 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	25.862,49 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 25.862,49 € durante 17 anos (2014 – 2030)		439.662,33 €
Equipamentos Eletromecânicos de 5 Estações Elevatórias Saneamento			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			52.143,78 €
Recebimento de Financiamento em 2013	26823100307 – Fundos Comunitários – Participação Comunitária Projetos	274541 – Proveitos diferidos - FEDER	6.165,00 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	24.398,65 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	Bombas - a considerar proveitos de 4.755,80 € durante 3 anos (2014 – 2016) Quad. Electr. – considerar prov. de 16.641,88 € durante 1 ano (2014)		33.910,13 €
Saneamento Areal			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			54.973,02 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	3.435,81 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 3.435,81 € durante 15 anos (2014 – 2028)		51.537,21 €
Saneamento Casal Sobreiro – Largo Portomar			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			118.256,34 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	6.956,26 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 6.956,26 € durante 16 anos (2014 – 2029)		111.300,08 €
Saneamento Aquicultura			



MAPA DE LANÇAMENTOS EM PROVEITOS DIFERIDOS			
	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	10.267,76 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 10.267,76 € durante 16 anos (2014 – 2028)		174.552,01 €
Saneamento Casal S. Tomé – Carromeu Baixo			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	Em execução		322.190,30 €
Remodelação do Polo Educativo da Praia de Mira			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			
Recebimento de Financiamento em 2013	26823100307 – Fundos Comunitários – Participação Comunitária Projetos	274541 – Proveitos diferidos - FEDER	154.569,83 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	2.177,03 €
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 2.177,04 € durante 70 anos (2014 – 2083)		152.392,80 €
Saneamento de Águas Residuais – 1ª Fase			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			
Recebimento de Financiamento em 2013	26823100307 – Fundos Comunitários – Participação Comunitária Projetos	274541 – Proveitos diferidos - FEDER	30.441,87 €
	Em execução		
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER			30.441,87 €
Construção do Campo de Tiro			
Parte no saldo final de 2012 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			
Recebimento de Financiamento em 2013	26823100307 – Fundos Comunitários – Participação Comunitária Projetos	274541 – Proveitos diferidos - FEDER	441.402,36 €
	Em execução		
Parte no saldo final de 2013 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER			441.402,36 €
RESUMO - Saldo Final em 2012			
	274541 – Proveitos diferidos – FEDER		6.159.210,49 €
	2745111 – Proveitos diferidos – Coop. Técnica e Financeira		893.415,47 €
	274 – Proveitos Diferidos		7.052.625,96 €
RESUMO - Entradas em conta em 2013			
	274541 – Proveitos diferidos – FEDER		632.579,06 €
	274 – Proveitos Diferidos		632.579,06 €
RESUMO - Saídas para proveitos do exercício de 2013			
	274541 – Proveitos diferidos – FEDER		261.492,18 €
	2745111 – Proveitos diferidos – Coop. Técnica e Financeira		30.326,73 €
	274 – Proveitos Diferidos		291.818,91 €



MAPA DE LANÇAMENTOS EM PROVEITOS DIFERIDOS			
	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
RESUMO - Saldo Final em 2013	274541 – Proveitos diferidos – FEDER		6.530.297,37 €
	2745111 – Proveitos diferidos – Coop. Técnica e Financeira		863.088,74 €
	274 – Proveitos Diferidos		7.393.386,11 €

8.2.4 Cotações utilizadas na conversão para euros das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originalmente expressas em moeda estrangeira.

Nada a assinalar

8.2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado:

- **Por critérios valorimétricos diferentes dos estipulados no POCAL;**

Nada a assinalar

- **Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas;**

Nada a assinalar

- **Por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo.**

- Provisões para clientes de cobrança duvidosa – 89.433,89 €, conforme explicado no ponto 8.2.22
- Provisões para riscos e encargos – 1.501.742,37 € relacionado com o ativo de participação de capital na AIBAP, mais detalhado no ponto 8.2.27
- Provisões para Investimentos financeiros – Participação de capital na AIBAP – 517.508,00 €



8.2.6 Comentários às contas 431 – «Despesas de instalação» e 432 – «Despesas de investigação e desenvolvimento».

Todos os valores constantes nestas contas estão completamente amortizados.

8.2.7 Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes no balanço e nas respectivas amortizações e provisões.

Município de Mira								
Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)								
Ano: 2013								
Rúbricas	Saldo Inicial	Reaval/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros	Abates	Transferências	Unidade € Saldo Final
De Bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	1.777.650,11		5.267,28					1.782.937,39
Edifícios	0,00							
Outras construções e infra-estruturas	16.166.006,91						170.213,97	16.358.220,88
Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00							
Outros bens de domínio público	0,00							
Imobilizações em curso	861.434,65		222.666,73				-170.213,97	913.887,41
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00							
Total	18.827.091,67		227.954,01				0,00	19.055.045,68
De Imobilizações incorpóreas								
Despesas de instalação	0,00							
Despesas de investigação e desenvolvimento	78.590,35							78.590,35
Propriedade industrial e outros direitos	0,00							
Imobilizações em curso	0,00							
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00							
Total	78.590,35							78.590,35
De Imobilizações Corpóreas								
Terrenos e recursos naturais	80.263.646,69		14.349,08					80.267.994,87
Edifícios e outras construções	17.554.144,03						123.698,28	17.677.842,31
Equipamento básico	1.713.906,92		136.136,12					1.850.043,04
Equipamento de transporte	638.582,18		84.468,76					623.070,96
Ferramentas e utensílios	0,00							
Equipamento administrativo	936.263,29		30.725,53					966.988,82
Texas e vasilhame	0,00							
Outras imobilizações corpóreas	0,00							
Imobilizações em curso	634.632,02		466.887,26				-123.698,28	1.177.821,00
Adiantamentos por conta de imobilizações	0,00							



Município de Mira

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)

Ano: 2013

Unidade €

Rúbricas	Saldo Inicial	Reaval/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros	Abates	Transferências	Saldo Final
corpóreas								
Total	101.833.097,13		732.688,77				0,00	102.565.686,90
De Investimentos Financeiros	0,00							
Partes de capital	629.243,00							629.243,00
Obrigações e títulos de participação	0,00							
Investimentos em Imóveis								
Terrenos e recursos naturais	0,00							
Edifícios e outras construções	0,00							
Outras aplicações financeiras								
Depósitos em instituições financeiras	0,00							
Títulos de dívida pública	0,00							
Outros títulos	0,00							
Imobilizações em curso	0,00							
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00							
Total	629.243,00							629.243,00
TOTAL	121.368.022,15		960.542,76					122.328.564,93

Bens do Domínio Público:

- Bens do Domínio Público: foi transferido o montante 170.213,97 € de obras em curso para bens do domínio público:

Nº Inventário	Conta		Descrição	Valor (€)
I-995	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Pavimentação Diversos Arruamentos – 1ª Fase	80.153,76
I-996	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Beneficiação de Arruamentos na Rua Central Sul	4.077,29
I-997	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Reparação Passeios na Praia de Mira – Rua Por do Sol	2.243,33
I-998	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Reparação de Passeios na Praia de Mira	5.523,93
I-999	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Arranjo na Varanda Verde na Praia de Mira	4.674,00
I-1000	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Pavimentação do Largo dos Leitões	1.542,21
I-1001	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Reparação do Telhado Edifício Largo Feira Portomar	4.344,36
I-1002	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Conservação e Reparação de Estradas	25.235,03
I-1003	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Pavimentação de Passeios	25.307,18
I-1004	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Execução de Calçadas na Rua das Pedigueiras	950,00
I-1005	45304	Iluminação Pública	Ampliação de Rede no Bairro do Azeiro - Carromeu	279,36
I-1006	45304	Iluminação Pública	Ampliação de Rede na Rua do Fidalgo - Portomar	1.265,33
I-1007	45304	Iluminação Pública	Ampliação de Rede na Rua Heróis do Mar – Praia de Mira	739,81
I-1008	45304	Iluminação Pública	Ampliação de Rede na Rua das Escolas - Carapelhos	2.110,27
I-1009	45307	Captação e Distribuição de Água	Execução de Ramais de Água	1.696,01
I-1010	45309	Sinalização e Trânsito	Sinalização Rodoviária Concelho de Mira	10.072,10
			Total	170.213,97

Imobilizações Corpóreas:

- Terrenos e Recursos Naturais:



- Resolução do Contrato-Promessa de compra e venda do Lote nº 4 da Z.I. Polo II com Joaquim da Silva Lopes – 6.983,17 € (Deliberação de 25-06-2009)
- Revogação da alienação do Lote nº 48 da Z.I. Polo II a Neno & Neno, Lda – 4.622,61 € (Deliberação de 08-08-2012)
- Resolução do Contrato-Promessa de compra e venda do Lote nº 7 da Z.I. Polo II com Manuel Valdemar Santos Tomásio – 2.743,30 € (Deliberação de 12-09-2013)

➤ Edifícios e outras construções: foi transferido o montante de 123.698,28 € de obras em curso para imobilizado corpóreo, designadamente:

Nº Inventário	Conta		Descrição	Valor (€)
GR I-22	422106	Escolas	Requalificação Polo Educativo de Carapelhos	31.592,66
I-992	422106	Escolas	Requalificação Escola Básica Integrada de Mira	43.107,32
I-993	422206	Instalações Desportivas e	Abastecimento Água ao Campo de Tiro	17.331,00
I-994	42206	Instalações Desportivas e	Ampliação Circuito Distribuição Campo de Tiro	31.667,30
Total				123.698,28

- Conta 423 - Equipamento Básico: foram adquiridos diversos bens – valor total de aquisição 136.138,12 €
- Conta 424 – Equipamento de Transporte: foram adquiridos um trator agrícola e uma máquina de limpeza de praias no valor de 31.527,00 € e 49.138,50, respetivamente, e foram também efetuadas algumas grandes reparações em equipamentos.
- Equipamento Administrativo: foram adquiridos diversos bens – valor total das aquisições 30.725,53 €

Município de Mira

Ano: 2013		Amortizações e Provisões			Unidade: Euros
Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485	0,00			0,00
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	4853	4.810.387,50	745.635,23	0,00	5.556.022,73
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	4859	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-Total		4.810.387,50	745.635,23	0,00	5.556.022,73
De Imobilizações incorpóreas	483	0,00			
Despesa de instalação	4831	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	78.590,35	0,00	0,00	78.590,35
Propriedade industrial e outros direitos	4833	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-Total		78.590,35	0,00	0,00	78.590,35
De Imobilizações Corpóreas	482	0,00			0
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00	0
Edifícios e outras construções	4822	0,00			
Edifícios	48221	1.530.255,51	270.647,71	0,00	1.800.903,22
Outras construções	48222	485.082,07	77.331,12	0,00	562.423,19
Equipamento básico	4823	1.334.452,78	127.871,57	0,00	1.462.324,33
Equipamento de transporte	4824	488.941,85	35.434,89	0,00	524.376,84
Ferramentas e utensílios	4825	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	4826	896.581,79	28.166,73	0,00	924.748,52
Terros e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	0,00	0,00	0,00	0,00



	Sub-Total	4.735.324,08	537.442,02	0,00	5.272.766,10
De Investimentos em imóveis	481	0,00			0,00
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812	0,00			0,00
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00	0,00
	Sub-Total	0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49	0,00			0,00
Partes de capital	491	0,00	517.508,00	0,00	517.508,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495	0,00			0,00
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
	Sub-Total	0,00	517.508,00	0,00	517.508,00
	TOTAL	9.824.301,93	1.800.585,25	0,00	11.424.887,18

- Reforço de amortizações – 1.283.077,25 €: provém da amortização anual dos bens pelo método das quotas constantes, tendo sido aplicadas as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril, que instituiu o CIBE.
- Foi constituída uma provisão para Investimentos Financeiros – Partes de Capital no montante de 517.508,00, valor referente à totalidade da participação do Município de Mira na Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque (AIBAP), dado esta entidade ter aberto um Processo de Insolvência no ano 2013.

8.2.8 Desagregação dos mapas do ativo bruto e das amortizações e provisões apresentados.

Dada a extensão dos mapas, estes são apresentados em fascículo "Inventário de bens, direitos e obrigações".

8.2.9 Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Nada a assinalar

8.2.10 Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

Nada a assinalar

8.2.11 Quadro discriminativo das reavaliações

Nada a assinalar

A
91
9
9
9



8.2.12 Imobilizações corpóreas em poder de terceiros e implantadas em propriedade alheia

Nº Bem	Descrição	Entidade com a posse	Valor Actual (€)
I - 735	Infraestruturas de Apoio à Pesca da Praia de Mira	Docapesca	847.568,14
I - 398	Terreno sito em Cabeço destinado a infraestruturas de cariz social	Associação Cicloturística do Cabeço	30.325,86
I - 397	Terreno sito em Cabeço destinado a infraestruturas de cariz social	Associação Cicloturística do Cabeço	24.541,81
I - 376	Terreno com cedência d'irreito de superfície ao Centro de Dia do Seixo	Centro Social e Paroquial de Seixo de Mira	240.000,00
I - 8	Terreno com cedência d'irreito de superfície ao Centro de Dia do Seixo	Cencimira - Cooperativa Cidadãos Inadaptados	400.000,00
I - 1	Escola Primária de Carapalhos	Confraria dos Nabos e Companhia	25.160,00
I - 745	Terreno Sito na Cova do Marco - Lertisqueira	Centro Paroquial Solidariedade Social de Mira	37.500,00
I - 253	Escola Primária do Corticeiro de Baixo	Liga de Melhoramentos de Corticeiro de Baixo	24.820,00
I - 530	Edifício do Centro Cultural e Recreativo da Praia de Mira	Centro Cultural e recreativo da Praia de Mira	340.754,88
M - 7815	Planetário Digital	EMIR - Associação Cultural e Desportiva	0,00
	Bens nas instalações da Cruz Vermelha:	Cruz Vermelha	
M - 7871	Impressora HP Officejet J6410	Cruz Vermelha	0,00
M - 7876	Secretária Intermédia CZ 49 MLM Maple 79	Cruz Vermelha	45,00
M - 7877	Bloco Suspensão 2 Gavetas Med. Cinza	Cruz Vermelha	22,50
M - 7878	Canfo Curvo 90° CZ MLM Maple	Cruz Vermelha	21,00
M - 7879	Secretária Intermédia D CZ 49 MLM Maple 79 P	Cruz Vermelha	29,16
M - 7880	Armário AT 922 + XPT 100 CZ48 MD	Cruz Vermelha	81,00
M - 7881	Armário AT 972 + XPT 100 CZ48 MD87 PT	Cruz Vermelha	58,70
M - 7882	Cadeira Rodada com Coeira Média e Braços	Cruz Vermelha	27,72
I - 531	Edifício do Apolo de Piata	AAMARG	48.824,45
	Bens do Apolo de Piata:	AAMARG	
M - 8482	Taburete madeira	AAMARG	0,00
M - 8483	Taburete madeira	AAMARG	0,00
M - 8484	Taburete madeira	AAMARG	0,00
M - 8485	Taburete madeira	AAMARG	0,00
M - 8486	Taburete madeira	AAMARG	0,00
M - 8487	Taburete madeira	AAMARG	0,00
M - 8488	Taburete madeira	AAMARG	0,00
M - 8489	Taburete madeira	AAMARG	0,00
M - 8470	Taburete madeira	AAMARG	0,00
M - 8471	Taburete madeira	AAMARG	0,00
M - 8472	Taburete madeira	AAMARG	0,00
M - 8473	Taburete madeira	AAMARG	0,00
M - 8474	Mesa Chipre marca amat 3	AAMARG	0,00
M - 8475	Mesa Chipre marca amat 3	AAMARG	0,00
M - 8476	Mesa Chipre marca amat 3	AAMARG	0,00
M - 7898	Electrobomba submersível	AAMARG	78,54
M - 7899	Electrobomba submersível	AAMARG	78,54
M - 7730	Estante em folha de pinho	AAMARG	50,80
I - 8	Escola Primária de Leitões	Associação Cultural e Recreativa Leitões	42.314,28
I - 251	Escola Primária de Cavadas	Comissão de Melhoramentos das Cavadas	59.258,47
I - 10	Escola Primária de Seixo	Freguesia de Seixo	54.080,00
	Casa Gandareia de Carromeu	Associação de Melhoramentos e Cultural de Carromeu	
I-507	Terreno da Casa da Música - Contrato Comodato	Banda Filarmónica Ressurreição de Mira	65.721,57
I-587	Edifício da Casa da Música - Contrato Comodato	Banda Filarmónica Ressurreição de Mira	326.819,82
I-931	Instalações do Clube Náutico - Contrato Comodato	Associação Clube Náutico da Praia de Mira	212.458,18
	Campo de Tiro de Mira - Contrato de Comodato	Associação de Caçadores de Mira	Obra em curso
		Total	2.778.748,11



8.2.13 Bens utilizados em regime de locação financeira

Nada a assinalar

8.2.14 Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Existem bens móveis inseridos no inventário inicial, que pela sua idade e pelo seu estado de uso, foi impossível de avaliá-los pelo custo de aquisição ou por critérios técnicos. Por esse motivo foi-lhes atribuído valor zero.

8.2.15 Identificações dos bens do domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Todos os terrenos afetos ao domínio público não são passíveis de serem amortizados.

8.2.16 Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades.

DESIGNAÇÃO	NIF	SEDE	VALOR DA PARTICIPAÇÃO (realizada)	% Participação
SIMRIA – Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, SA	503.929.441	Rua Capitão Sousa Pizarro, 80 – 3810-076 AVEIRO	80.330,00	0,5%
Ereuc – Resíduos Sólidos do Centro, SA	503.004.405	Rua Alexandre Herculano, 21-B – Apartado 1048 – 3001-501 COIMBRA	23.905,00	0,587%
WRC – Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, SA	508.053.828	Cória Tecnoparque – 3780-544 TAMENGOS	2.500,00	0,18%
AIBAP – Ass. Da Incubadora do Beltra Atlântico Parque	506.287.373	Rua do Matadouro, 3070-438 MIRA	517.508,00 *	89,28%
UAC – Unidade de Acompanhamento e Coordenação dos Municípios de Condeixa-à-Nova e Mira	507.994.785	Av. Sá da Bandeira, 90/92 – 3000-350 COIMBRA	5.000,00	33,33%
TOTAIS			629.243,00	
*Ativo provisionado				

8.2.17 Indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores dos elementos incluídos nas contas de «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria»

Nada a assinalar



8.2.18 Indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores nominais e valores de balanço dos elementos incluídos nas contas de «Outras aplicações financeiras»

Nada a assinalar

8.2.19 Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com critérios valorimétricos adotados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Nada a assinalar

8.2.20 Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Nada a assinalar

8.2.21 Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Nada a assinalar

8.2.22 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço.

Respeitando o princípio da prudência, no ano 2013 foi constituída uma provisão para cobranças duvidosas no montante de 89.433,89, custo do exercício registado na conta 671 – Provisões para cobranças duvidosas e na respetiva conta de provisões 291, referente a 100% dos valores a receber em mora há mais de 12 meses e 50% dos valores a receber em mora entre 6 meses e 1 ano, conforme estipulado no POCAL (valores apurados conforme quadro abaixo).

Saliente-se que estes valores ainda constam nas contas de terceiros 211 – Clientes C/C, 212 – Contribuintes C/C e 26892 – Outros devedores, quando deveriam constar na conta 218 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa.

Rogando o princípio da consistência, optou-se por deixar permanecer estes saldos nas contas 211, 212 e 26892 pelo facto de no Município de Mira ainda se usar a "virtualização" de receitas, o que leva

h
9.
Cristina



a que todas as dívidas de clientes e contribuintes estejam em débito ao tesoureiro (documentos fora do prazo de pagamento normal).

Espera-se, brevemente, a utilização de um novo software de faturação que permitirá gerir as dívidas em mora de uma forma mais facilitada, deixando por isso de se usar o sistema de "virtualização" de receitas e os débitos ao tesoureiro.

Espera-se também, que sejam deliberadas as anulações da receita virtual por motivos de prescrição e julgamento em falhas das execuções fiscais existentes, anulando-se desta forma os documentos à guarda do tesoureiro e registando-se contabilisticamente a incobrabilidade dessas dívidas.

Conta de Terceiros	Classificação económica	Designação	Valores a receber a 31-12-2013 vencidos há mais de 1 ano	Valores a receber a 31-12-2013 vencidos há mais 6 meses e menos de 1 ano	Valores a receber em 31-12-2013 vencidos há menos de 6 meses	Total dos valores (orçamentais) em débito ao tesoureiro à data de 31-12-2013
2122	02020601	Impostos Indiretos - Mercados e feiras	5.447,35			5.447,35
2122	02020603	Impostos Indiretos - Ocupação da via pública	75,87			75,87
2122	0202060602	Impostos indiretos - Esgotos - Taxas de	304,92	86,85	121,79	493,56
2122	0202069901	Impostos Indiretos - Recolha de resíduos sólidos	862,27	183,75	309,75	1.355,77
2123	04012302	Taxas - Loteamentos e obras	1.432,55			1.432,55
2123	0401230602	Taxas - Esgotos - Taxas de conservação	5.279,11	59,76	317,84	5.656,71
2123	0401239901	Taxas - Taxa recolha de resíduos sólidos	20.380,45	2.306,25	3.095,25	25.781,95
211	070108	Venda de bens - Mercadorias - Água	38.199,25	686,10	3.103,00	41.988,35
211	070199	Venda de bens - Outros	1.205,90			1.205,90
211	07020804	Venda de serviços - Serviços desportivos	302,30			302,30
211	0702080401	Venda de serviços - Ramais de água	1.875,28			1.875,28
211	0702080402	Venda de serviços - Ramais de saneamento	151,91			151,91
211	07020908	Venda de serviços - Parque de campismo	9.554,81			9.554,81
211	07020999	Venda de serviços - Outros (limpeza fossas, etc)	1.550,30			1.550,30
211	070301	Rendas - Habitações	517,57			517,57
26892	08010999	Outras receitas correntes - diversas	642,70			642,70
		TOTAL	87.782,54	3.302,71	6.947,63	98.032,88
		TOTAL da PROVISÃO	100% = 87.782,54	50% = 1.651,35	0,00	89.433,89

8.2.23 Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia.

Nada a assinalar

8.2.24 Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Nada a assinalar

8.2.25 Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

Nada a assinalar

[Handwritten signature and initials]



8.2.26 Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e caucões prestadas e recibos para cobrança.

Município de Mira							
Ano: 2013		Unidade: Euros					
8.2.26 - Contas de Ordem							
Contas		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEQUENTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
003	Garantias e Cauções de Terceiros						
0032	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	1.250.184,57				1.250.184,57	
00321	Prestadas por Fomecedores de t/c	28.828,34				28.828,34	
00322	Prestadas por Fomecedores de Imobilizado	1.168.270,00				1.168.270,00	
00323	Prestadas por Outros Credores	20.158,33				20.158,00	
0033	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				100.492,23		100.492,23
00331	Devolvidas a Fomecedores de t/c				166.892,00		100.492,23
00332	Devolvidas a Fomecedores de Imobilizado						
00333	Devolvidas a Outros Credores						
0034	Garantias e Cauções de Terceiros, Antecipadas						
00341	Antecipadas a Fomecedores de t/c						
00342	Antecipadas a Fomecedores de Imobilizado						
00343	Antecipadas a Outros Credores						
Total de Garantias e Cauções		1.250.184,57		0,00	100.492,23	1.083.272,24	
Recibos para Cobrança							
002	Recibo para Cobrança (Responsabilidade)						
0021	A responsabilidade do Tesoureiro	91.625,06		78.605,51	72.126,04	88.295,06	
0022	A responsabilidade do Conselho						
Total de Recibos para Cobrança		91.625,06		78.605,51	72.126,04	88.295,06	
Total		1.341.809,63		78.605,51	172.618,27	1.161.657,25	

O saldo de recibos para cobrança à responsabilidade do tesoureiro (98.295,06 €) é o constante do total do quadro do ponto anterior (98.032,88 €), acrescido de 262,18 € de documentos de operações de tesouraria.

8.2.27 Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício.

Município de Mira					
Ano: 2013		Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas			
Unidade: Euros					
Contas		Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
261	Provisões para Cobranças Duvidosas	0,00	89.433,89	0,00	89.433,89
282	Provisões para Riscos e Encargos	0,00	1.601.742,57	0,00	1.601.742,57
39	Provisões para Depreciação de Equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para Investimentos Financieros	0,00	517.805,00	0,00	517.805,00

Como já referido em pontos anteriores as provisões constituídas no exercício são:

- 89.433,89 € - referente a provisão para clientes de cobrança duvidosa;



- 1.501.742,37 € - referente ao risco de insolvência da Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque (AIBAP). Percentagem de participação do Município de Mira (89,29%) vezes listagem de dívidas a credores apresentada no pedido de insolvência;

DENOMINAÇÃO do CREDOR da AIBAP	NIF	VALOR	NATUREZA dos CRÉDITOS
Associação dos Centros de Emp. e Inov. Portugueses	504508180	250,00	Serviços Prestados
Associação dos Centros de Emp. e Inov. Portugueses	504508180	228,59	Serviços Prestados
Caixa Crédito Agrícola Cantanhede	501092102	22.562,00	Empréstimo Bancário
Caixa Geral de Depósitos	500960046	1.473.404,55	Empréstimo Bancário
Caixa Geral de Depósitos	500960046	21.386,83	Empréstimo Bancário
CentralGest - Produção de Software	501932992	1.714,00	Serviços Prestados
Contribuição Pública Nacional - O.S.S Medida 2.4.1		122,80	
EBN - European Business and Innovation Centre Network	BE - 0426938	2.750,00	
EDP - Serviço Universal, SA	507846044	3.686,36	Serviços Prestados
Euclides Gonçalves Carneira	142710288	2.000,00	Serviços Prestados
Euclides Gonçalves Carneira	142710288	2.030,00	Serviços Prestados
Fundación Universidad-Empresa	A-78380144	14.266,32	Serviços Prestados
João Luis Santos Marques Pinho	210439440	7.700,00	Contrato de Trabalho
Jyvaskylan Kaupunki	FI01746664	1.230,50	
Maria Rosario Tomásio Coelho		11.813,35	Contrato de Trabalho
Mario Tarenta	214238172	1.744,16	Serviços Prestados
Niscayah, SA	506313131	2.309,08	Serviços Prestados
Nuno José Martins Nogueira		3.057,55	Contrato de Trabalho
Nuno Pacheco	214910075	4.500,00	Serviços Prestados
Otis Elevadores, Lda	500069827	17.748,09	Serviços Prestados
PT Comunicações, SA	504615947	1.182,69	Serviços Prestados
PT Prime	504615947	2.841,30	Serviços Prestados
Safetyágueda	508607990	519,31	Serviços Prestados
Sara Paulina Oliveira Monteiro		5.619,97	Contrato de Trabalho
Servicant, Lda	509339921	3.484,80	Serviços Prestados
Stiching Business Development Friesland		7.873,00	
Universidade de Aveiro	501461108	5.460,00	Serviços Prestados
Victor Manuel Paula Martins Cardial		60.000,00	Contrato de Trabalho
Vodafone Portugal, Lda	502544180	406,48	Serviços Prestados
TOTAL		1.681.876,73	
		89,29%	1.501.742,37

- 517.508,00 € - referente à provisão para a totalidade participação de capital na AIBAP por se verificar a imparidade deste investimento.

8.2.28 Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das contas da classe 5 «Fundo Patrimonial», constantes do balanço.

MUNICÍPIO DE MIRA					Unid. €
ANO 2013					
RÚBRICAS		SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Fundos Próprios					
51	Património	90.074.512,52	8.900,97		90.083.413,49

Handwritten signatures and initials: "J", "9.9", and "Crist".



571	Reservas Legais	10.082.510,83	837.983,26		10.920.502,89
6910	Resultados Transfidos de 2012		837.983,26	837.983,26	

- O aumento da conta 51 – Património, resulta de estar incorporado na dívida dos saldos iniciais do ano 2013, aquando do início da aplicação do POCAL, uma dívida do Município a Flávia Teixeira Louro referente a expropriações para a variante a mira 1ª fase. Verificou-se que o expropriado prescindiu da Indemnização.
- O aumento da conta 571 – Reservas Legais, resulta da aplicação dos resultados do ano anterior – 837.983,26 (2012).

8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

Como já foi referido, o município não utiliza as contas da classe 3 - Existências

Município de Mira		Ano: 2013
(continuação da demonstração)		(unidade: EUR)
Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00	0,00
Compras	0,00	0,00
Regularizações de Existências	0,00	0,00
Existências Finais	0,00	0,00
<i>Custos no Exercício</i>		

8.2.30 Demonstração da variação da produção.

Município de Mira						
Ano: 2015	Demonstração da Variação da Produção					Unidade: Euros
Movimentos	Produtos acabados e Intermedios		Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		Produtos e trabalhos em curso	
Existências Finais	33	0,00	34	0,00	35	0,00
Regularizações de Existências	363	0,00	364	0,00		
Existências Iniciais	33	0,00	34	0,00	35	0,00
Aumento/Produção no Exercício		0,00		0,00		0,00

8.2.31.a) Demonstração dos resultados operacionais

h
9.9
out

Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2013



Município de Mira

Demonstração de Resultados Operacionais

Ano: 2013

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Provetos e Ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
61	Custo das mercadorias vendidas	0,00		711	Vendas de mercadorias	0,00	0,00
62	Terminamento e serviços exerce	3.353.376,92	3.272.706,11	712-715	Venda de produtos	501.472,52	538.934,85
641-642	Remuneração do pessoal	2.630.014,74	2.744.632,34	712	Prestações de serviços	447.427,00	445.087,50
643 e 649	Encargos sociais	719.719,55	684.493,98	713	Rendas e alugueres	441.022,14	435.773,02
65	Taxas e subsídios correntes concedidos	374.916,46	226.147,42	715	Reembolso vendas prestadas de serviços	-176,51	-35,13
66	Amortização do imobiliz	1.285.077,20	1.285.760,81	716	Anulação vendas e prestação de serviços	-1,59	0,00
67	Provisões do ativo não	1.404.172,03	0,00	72	Taxas	2.857.099,96	2.368.449,82
68	Custos custos e perdas operacionais	32.065,16	65.476,83	73	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
				74	Provetos suplementares	0,00	0,00
				75	Transferências e subsídios obtidos	4.987.465,79	5.223.335,52
				76	Outros provetos e ganhos	0,00	0,00
	Total Custos e Perdas Operacionais	10.354.030,07	8.286.225,09		Total Provetos e Ganhos Operacionais	9.234.964,62	8.310.570,89
	Resultados Operacionais	-1.020.064,45	624.445,80				

Os resultados operacionais foram fortemente condicionados pela constituição de provisões para riscos e encargos e provisões para cobranças duvidosas, totalizando 1.591.176,26€. Quanto à provisão para riscos e encargos esta refere-se ao risco de insolvência da AIBAP e aos encargos que esta tinha assumido com os seus credores. Para esta situação foi constituída uma provisão para riscos e encargos de 1.501.742,37€.

Quando à provisão para cobranças duvidosas, esta foi constituída para o risco de incobrabilidade das dívidas dos clientes e contribuintes do município, representando 89.33,89 €.

A constituição de provisões foi a grande causa dos resultados operacionais se apresentarem negativos.

8.2.31.b) Demonstração dos resultados financeiros

Município de Mira

Demonstração de resultados financeiros

Ano: 2013

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Provetos e Ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
701	Juros recebidos	52.943,00	152.841,45	701	Juros obtidos	300,37	999,46
702	Receitas em entidades participadas	0,00	0,00	702	Ganhos em entidades participadas	6.898,89	1.325,45
703	Amortização de investimentos em imóveis	0,00	0,00	703	Recebimentos de imóveis	4.725,42	7.047,88
704	Provisões para aplicações financeiras	517.508,00	0,00	704	Recebimentos de participações de capital	0,00	0,00
705	Diferenças de câmbio de divisas	0,00	0,00	705	Diferenças de câmbio financeiro	0,00	0,00
706	Receitas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	706	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
707	Receitas na alienação de aplicações de tesouraria	3.548,90	2.972,21	707	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
708	Outros custos e perdas financeiras	-691.027,12	-155.543,29	708	Outros provetos e ganhos financeiros	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	11.966,68	9.972,86			11.966,68	9.972,86



Os resultados financeiros baixaram de -155.840,80 € em 2012 para -562.027,62 € em 2013, dada a constituição de provisões para aplicações financeiras, nomeadamente a participação de capital na AIBAP (517.508,00). Apesar da na sua característica serem anualmente negativos, em 2013, expurgando-os da provisão em causa, seriam negativos só no valor de -44.519,62 €.

- Juros suportados – 52.943,00 € resultam dos juros das prestações dos empréstimos contraídos pelo Município (23.916,77 €) e dos juros pelo atraso nos pagamentos das faturas a fornecedores (29.026,23 €).
- Provisões para aplicações financeiras no valor de 517.508,00 € resulta, como já referido em notas anteriores, da provisão constituída para a totalidade da participação de capital na Associação da Incubadora do Belra Atlântico Parque (AIBAP)
- Outros custos e perdas financeiros – 3.543,30 €, referem-se a serviços bancários.
- Juros obtidos – 300,37 €, são juros referentes às remunerações das contas bancárias tituladas pelo Município.
- Ganhos obtidos em entidades participadas – 6.869,89 €, são dividendos obtidos das entidades participadas ERSUC, SA e da SIMRIA, SA.
- Rendimentos de imóveis – 4.796,42 €, são na maioria provenientes de rendas obtidas pelo terreno sito em Selxo de Mira e explorado pela Cultimira, Lda.

8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'R' and 'A' and a signature that appears to be 'Coutinho'.



Município de Mira

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Ano: 2013

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
691	Transferências de capital concedidas	608.867,65	55.255,21	791	Provisões de encargos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	43,80	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em extinções	0,00	0,00	793	Perdas em extinções	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	0,00	0,00	794	Ganhos em imobilizações	50.958,16	34.280,66
695	Multas e Penalidades	0,00	553,75	795	Benefícios de penalizações contratuais	18.645,65	6.625,48
697	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	0,00	0,00
698	Conceitos relativos a processos judiciais	0,00	0,00	797	Conceitos relativos a processos judiciais	0,00	0,00
699	Outros custos e perdas extraordinárias	47.488,75	4.028,65	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	437.446,44	226.412,50
	Resultados extraordinários	-151.446,44	369.376,45				
		504.867,44	419.335,91			504.867,44	419.335,91

Os resultados extraordinários são negativos no montante de 151.446,44 €, influenciados em grande parte pelas transferências de capital concedidas.

- As transferências de capital concedidas representam 608.867,65 € e devem-se às transferências de capital para a Polis Litoral Ria de Aveiro, freguesias e associações. No que concerne ao protocolo celebrado entre a Polis Litoral Ria de Aveiro e o Município de Mira, existe reconhecido nas respetiva conta de terceiros o valor de 451.068,00 € correspondente ao valor da dívida do município, em conformidade com os valores comprometidos pela sociedade Polis de acordo com o cumprimento efetivo da realização das obras protocoladas.
- Outros custos e perdas extraordinárias – 47.488,75 €:
 - Indemnização por responsabilidade civil extracontratual a Manuel Alberto da Conceição – Processo 314/12.7BECBT – 1.000,00
 - Pagamento de decisão judicial a Maria Celeste de Jesus – Processo 1081/07.1BECBR – 45.002,82€
 - O restante é essencialmente referente ao ressarcimento a terceiros de prejuízos causados em automóveis por tampas de saneamento/pluviais mal sinalizadas, buracos, etc
- Ganhos em Imobilizações: 50.958,16 €
 - Arrematação em Hasta Pública (venda) do terreno localizado em Mira, junto à rotunda da variante com a EN 109, descrito na Conservatória Predial de Mira com o nº 8724 – Arrematado pelo Sr. Fernando Matilde Soares – 50.958,16 €



- Benefícios e penalidades contratuais – 16.546,86 €, resultam de contraordenações aplicadas (150,00 €), juros de mora e custas pagas por municípios em processos de execução fiscal (16.396,86 €).
- Outros proveitos e ganhos extraordinários – 437.448,42 €:
 - Transferência de proveitos diferidos para proveitos do próprio ano (quadros dos proveitos diferidos já apresentado) na proporção da amortização dos bens, conforme princípio contabilístico da especialização – 291.818,91 €.
 - Venda de lenhas pela Autoridade Florestal Nacional - 89.706,04 €
 - Venda de lenhas a particulares e empresas – 8.101,36 €
 - Concessões de sepulturas e jazigos no cemitério municipal – 9.714,00 €
 - Reembolso pela Ersuc, SA, do montante correspondente às remunerações do nosso funcionário cedido (Álvaro Colaço) – 20.435,67 €
 - Reembolso da ITAU, SA referente a gás consumido na escola do 2º Ciclo – 5.434,10 €
 - Recebimento da CPCJ dos encargos suportados pelo município com a psicóloga afeta a esta comissão – 5.040,00 €
 - Restante – Outras recelitas correntes diversas

8.2.33 Outras notas consideradas relevantes

Listagem de processos judiciais em curso

N.º E TIPO DE PROCESSO	AUTOR/REQUERENTE	RÉU/REQUERIDO	OBJETO/ CAUSA DE PEDIR	PROBABILIDADE DE RESULTADO
313/04.2 TBMIR – Acção de Processo Ordinário	Assembleia de Compartes do Baldio da Videira Sul	Município de Mira	Impugnação de escritura de justificação – posse do terreno	Remoto
620/06.0 BECBR – Acção Adm. Especial	Anabela Rodrigues - Funcionária	Município de Mira	Indemnização no valor de €14.965	Possível
990/06.0 BECBR – Acção Adm. Especial	Glória Rodrigues - Funcionária	Município de Mira	Nulidade de deliberações de Câmara	Remoto
742/08.2 BECBR – Acção Adm. Especial	Ministério Público	Município de Mira	Declaração de nulidade de licenciamento	Provável
20/11.0 BECBR - Acção Administrativa Comum	Irmãos Lopes & Cardoso, Lda	Município de Mira	Indemnização no valor €944.907,99	Remoto
394/11.2 BECBR – Acção Administrativa Comum	Ana Elvira Poiares Maduro e outros	Município de Mira	Pedido de indemnização por responsabilidade civil extracontratual - €1.200.000	Remoto
307/12.4 BECBR - Acção Administrativa Comum	Construções Júlio Lopes, SA	Município de Mira	Empreitada de correcção do traçado e repavimentação da Variante Sul - Indemnização € 388.493,88	Provável parcialmente (€254.882,44) e dependente do próximo, têm o mesmo objeto
573/12.5 BECBR - Acção Administrativa Comum	Construções Júlio Lopes, SA	Município de Mira	Empreitada de Correção do traçado e repavimentação da Variante Sul - Indemnização € 409.994,94	Idem
28891/12.5 YIPRT - Injunção	Vitor M.C. Antunes, Unipessoal, Lda	Município de Mira	Empreitada de execução de edifício de apoio a unidades complementar – parque de campismo – Indemnização €72.636,75	Possível
9/14.7 BECBR – Acção Administrativa Especial	Sindicatos de Trabalhadores da Administração Local	Município de Mira	Horário de Trabalho dos trabalhadores	Possível
241/13.0 TBMIR Execução	Município de Mira	Elisabete da Costa Borges	Execução da quantia (41.983,86)	Remoto por falta de bens da



N.º E TIPO DE PROCESSO	AUTOR/REQUERENTE	RÉU/REQUERIDO	OBJETO/ CAUSA DE PEDIR	PROBABILIDADE DE RESULTADO executada

NOTAS FINAIS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Não foi possível efetuar a consolidação de contas com as demonstrações financeiras da AIBAP, uma vez que esta não tem demonstrações financeiras credíveis (auditadas) nem contas aprovadas, e, em 31-12-2013 tinha um pedido de insolvência em curso.

No entanto, foi registada nas demonstrações financeiras do município uma responsabilidade adicional referente ao passivo da AIBAP apresentado no pedido de insolvência, e na proporção da participação do município (1.501.742,37 €).

Foi ainda provisionado todo o investimento na participação da AIBAP no montante de 517.508,00 €.

Desta forma, evidenciaram-se nas demonstrações financeiras os potenciais riscos de responsabilidade relacionados com esta entidade que podem caber ao município.

Foram ainda constituídas provisões para cobrança duvidosa evidenciando-se a risco de não recebimento das dívidas dos clientes e contribuintes do município.

Estes fatos evidenciam-se no ativo líquido referente a investimentos financeiros e no passivo nas respetivas rubricas de provisões. Ressentiram-se também os resultados líquidos apontando um valor negativo.

Acrescenta-se que o processo de insolvência da AIBAP foi considerado extinto, e está a ser preparado um plano de recuperação, negociando-se com os credores um perdão parcial da dívida, expectando-se um perdão de cerca de 1/3 desta. Procura-se também, neste plano, dar uma nova utilização ao edifício sede da AIBAP, buscando entidades e serviços que, de alguma forma, o possam rentabilizar. Neste caminho que está a ser traçado, também se procura a minimização dos riscos para o município, riscos estes, claramente apresentados nestas demonstrações financeiras.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

**RELATÓRIO DE GESTÃO E NOTAS
AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO
DE RESULTADOS 2013**



CÂMARA MUNICIPAL



Praça da República 3070-304 Mira
Tel: 231 480 550 • Fax: 231 458 185
geral@cm-mira.pt • www.cm-mira.pt

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Município de Mira, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 112.213.622 euros e um total de fundos próprios de 99.260.525 euros euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.743.391 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 9.799.885 euros de despesa paga e um total de 10.145.253 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

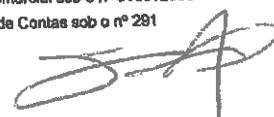
Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Orgão Executivo Camarário a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município de Mira, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de



distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

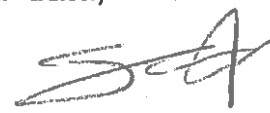
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo Camarário, utilizadas na sua preparação;
- a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efectuadas;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7 De acordo com informação dos serviços, não existe um cadastro de Imobilizado corpóreo e de Bens do domínio público elaborado nos moldes estatuídos pelo CIBE, que esteja devidamente atualizado e conciliado. Desta forma, não podemos validar adequadamente os saldos decorrentes da implementação da contabilidade digráfica, nem validar a adequada valorização de obras por "administração direta", nem confirmar se estão a cumprir integralmente os requisitos da legislação em vigor aplicáveis às rubricas de Imobilizado e Bens do domínio público, não sendo possível assegurar se todos os bens registados contabilisticamente existem e estão a ser utilizados para os fins que condicionaram a sua aquisição. De salientar que, até à data, não há



evidência de terem implementado um sistema de contabilidade analítica, necessário e fundamental para o cumprimento dos requisitos legais e para assegurarem a adequada valorização de "obras por administração direta".

8 Constatámos que existem materiais utilizados pela Instituição, que não estão devidamente refletidos contabilisticamente (não constam do Ativo). Para o exercício em causa (2013), não há evidência de inventariação física destes ativos pertencentes ao Município de Mira, não sendo possível assegurar a correlação entre os valores registados contabilisticamente em gastos e os consumos efetivos, nem apurar os valores que deveriam figurar no Ativo da Instituição à data de elaboração das Demonstrações financeiras; Adicionalmente, o Município de Mira não implementou um sistema de inventário permanente adequado e, por outro lado, o processamento administrativo das requisições de material nem sempre é efetuado pelo que, face à informação disponível, não é possível assegurar a exatidão e correção dos valores contabilizados nas rubricas de Gastos (consumos de materiais) e Ativos (existências em armazém).

9 Os procedimentos contabilísticos e de controlo interno em vigor no Município de Mira não contemplam a conciliação e análise periódica das rubricas de Fornecedores conta corrente, fornecedores de imobilizado, acréscimos e diferimentos e Credores de protocolos. Adicionalmente, as demonstrações financeiras incluem ajustamentos nas rubricas de provisões, acréscimos e diferimentos, património, fornecedores, credores e gastos, que apenas tiveram reflexo na contabilidade patrimonial e ainda não implicaram qualquer exfluxo monetário. Devido a problemas de cariz informático, o impacto destes ajustamentos nas rubricas de "compromissos" apenas será registado no exercício de 2014.

Opinião

10. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das situações descritas nos parágrafos 7 a 9 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município



de Mira em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

Ênfase

11. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, gostaríamos de salientar que:

Em 2013, a entidade denominada AIBAP está a enfrentar um processo de liquidação decorrente da impossibilidade de prossecução dos seus objetivos estatutários e pagamento das responsabilidades decorrentes da sua atividade operacional. Neste contexto, e por forma a assegurar o rigoroso cumprimento dos requisitos legais e contabilísticos, o Município de Mira registou uma imparidade nos seus investimentos financeiros, no montante de 517 mil euros e contabilizou uma Provisão para outros riscos e encargos, que visa fazer face a responsabilidades adicionais de 1.502 mil euros, relativas a créditos bancários e créditos de conta corrente. Desta forma, as responsabilidades adicionais do Município foram adequadamente registadas e divulgadas, sem prejuízo de eventuais acordos e renegociações subsequentes com os credores em causa.

Município de Mira, 24 de Abril de 2014

Rodrigues Sacramento, SROC
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por:



Ricardo Manuel Sacramento, ROC